


UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**PREVENÇÃO ÀS DROGAS NA ESCOLA: UM ESTUDO DE CASO  
NO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFSC**

Trabalho de Conclusão de  
Curso apresentado ao  
Departamento de Serviço  
Social da Universidade  
Federal de Santa Catarina  
para a obtenção do título  
de Assistente Social pelo  
Acadêmico:

Em 12/03/99

**SÉRGIO MIGUEL PIRES DE OLIVEIRA**

  
**Marly Venzon Tristão**  
Chefe do Depto. de Serviço Social  
CSE/UFSC

Florianópolis (SC), março de 1999

*Oliveira*

HELOÍSA MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA

*Krystyna Matys Costa*

KRYSTYNA MATYS COSTA

*Maria Salete F. Magalhães*

MARIA SALETE FERREIRA MAGALHÃES

*nota final : 10.0*

OFEREÇO ESSE TRABALHO PARA  
OS DOIS AMORES DA MINHA VIDA  
LAVÍNIA E MAURÍLIA

## **AGRADECIMENTOS**

- À MINHA IRMÃ CECÍLIA
- À MINHA TIA DIOMAR
- À NILZA PEREIRA
- À HELOÍSA MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA
- À LÚCIA GORETI GOBATTO
- AO GRUPO PET-SERVIÇO SOCIAL
- À ONDINA
- ÀS ASSISTENTES SOCIAIS CORINA, ANA PAULA E ORIVALDA



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	06
1. O PROBLEMA DAS DROGAS: RELEVANCIA E ABRANGENCIA	
1.1 Uma breve consideração sobre a história, legislação e influência das drogas na vida social.....	09
1.2 Drogas: terminologia, definições e classificações.....	20
1.3 A abordagem preventiva do uso indevido de drogas.....	28
1.4 Medidas preventivas nas escolas: linhas de planejamento e ação.....	36
2. COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFSC: AÇÕES CONCRETAS E PERSPECTIVAS FUTURAS	
2.1 Procedimentos metodológicos adotados para a investigação da pesquisa.....	46
2.2 Histórico da Comissão do Uso Indevido de Drogas da UFSC.....	51
2.3 Histórico das tentativas de implantação de um programa de prevenção às drogas no Colégio de Aplicação da UFSC.....	57
2.4 O Colégio de Aplicação da UFSC: esforços atuais em relação à prevenção as drogas.	64
2.5 Breve análise conclusiva dos dados da pesquisa sobre o trabalho de prevenção às drogas no Colégio de Aplicação.....	68
Considerações Finais.....	71

### Referências Bibliográficas

### Apêndices

## Introdução

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi elaborado a partir da prática de estágio realizada na Divisão de Serviço Social da Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Universitária (PRAC) da UFSC. A Divisão de Serviço Social tem como objetivo o atendimento das demandas sociais que os servidores apresentam. Na prática cotidiana, ela procura conhecer a realidade dos servidores, a fim de encontrar possíveis alternativas para a solução de suas situações sociais; para isso são desenvolvidos vários programas, pautados na melhoria da qualidade de vida dos servidores. Nossa prática de estágio foi realizada junto ao Projeto de Dependência Química desenvolvido por essa Divisão, cujas atribuições abrangem todas as questões relacionadas às drogas, no âmbito universitário, tais como prevenção, encaminhamento de dependentes para o tratamento, participação efetiva nos grupos de ajuda mútua, GAEPD (Grupo Alternativo de Estudo dos Problemas das Drogas), GAM (Grupo de Ajuda Mútua) e GEPAL (Grupo de Estudo dos Problemas do Alcool), bem como a Comissão do Uso Indevido de Drogas da UFSC. A partir dessa prática surgiu o interesse em estudar os trabalhos que essa Comissão vem realizando no Colégio de Aplicação da UFSC.

O presente tema foi escolhido pela importância que representa no atual contexto sócio-econômico-cultural e devido todas as multideterminações negativas que as drogas passam a ter na vida das pessoas.

A sociedade brasileira, assim como ocorre em diversos países do mundo, se defronta com problemas crescentes e de difícil resolução do consumo de drogas. Trata-se de um fenômeno extremamente complexo, cujas origens devem

ser encontradas na relação de aspectos culturais e filosóficos que representam a própria essência da existência humana. Assim sendo, o problema deve receber um tratamento global.

O uso abusivo de substâncias psicoativas, por parcelas significativas da população em geral e por estudantes em particular é fato preocupante para a sociedade, em especial para professores que exercem um contato direto e constante com eles. Essa prática pode vir a ser extremamente nociva para o indivíduo e para sociedade, trazendo como conseqüências mais comuns problemas de absenteísmo, baixo rendimento e até evasão escolar entre a população adolescente que faz uso de substâncias psicoativas. Os jovens necessitam que suas perguntas sejam respondidas em cooperação com adultos que respeitam o ponto de vista da juventude, possuindo uma boa perspectiva do problema e um bom conhecimento das drogas em geral. Muito pouco se pode conseguir com jovens com proibições drásticas e alertas violentos. Por isso, a prevenção ao uso de drogas entre os jovens torna-se imprescindível; e a escola passa a ter um papel fundamental em programas de prevenção às drogas.

Tendo como objetivo a análise dos trabalhos de prevenção às drogas, que estão sendo realizados no Colégio de Aplicação, estruturamos um projeto de pesquisa e formulamos o problema de pesquisa: "Prevenção às drogas na escola: um estudo de caso no Colégio de Aplicação da UFSC".

Nosso projeto teve como objetivos:

- Analisar a história das tentativas de implantação e implementação de um programa de prevenção às drogas, no Colégio de Aplicação da UFSC;

- Estudar o trabalho que vem sendo realizado por esse Colégio em relação às drogas até o presente momento.

Para apresentar o resultado desse trabalho de pesquisa estruturamos o presente trabalho em dois capítulos.

No primeiro são abordados a história, aspectos legais, a influência das drogas na vida social, as drogas e suas terminologias e a relação entre escola, prevenção e uso de drogas.

No segundo capítulo, é destacada o resultado e a análise das entrevistas individuais feitas com profissionais integrantes da Comissão e com professores do Colégio de Aplicação, que relataram o histórico das tentativas de implantação de um Programa de Prevenção no Colégio e o trabalho que vem sendo desenvolvido atualmente em relação a esse assunto. Ao final registraremos uma breve análise conclusiva sobre a pesquisa realizada.

## **Capítulo I**

### **O problema das drogas: relevância e abrangência**

#### **1.1. Uma breve consideração: história, legislação e influência das drogas na vida social**

As bibliografias estudadas referente ao tema drogas, mostram que o consumo delas pelo homem é tão antigo quanto a humanidade. O que se observa nos dias de hoje, no entanto, é uma expansão rápida e sem precedentes desse consumo cada vez mais precoce entre os jovens, que vem preocupando pais, educadores e a sociedade.

GONÇALVES ( In: Bucher, 1991) afirma que a toxicomania moderna é um fenômeno complexo, com raízes profundas nas contradições do mundo contemporâneo; a compreensão do problema que ela representa, e ,sobretudo, a prevenção não podem ser entendidas com interpretações unilaterais.

Para entendermos melhor a questão precisamos nos reportar à história das drogas. Elas devem ser consideradas em todo o seu contexto histórico, bem como deve-se conhecer o significado exato de cada uma de suas designações. Ao longo da história humana as substâncias psicoativas sempre estiveram presentes, como podemos observar em alguns exemplos clássicos apontados por autores como BUCHER (1991), GIKOVATE ( 1992) e ZALUAR (1994), que analisaram em suas obras a antropologia das drogas a respeito da qual discorreremos nos próximos parágrafos.

Considerando a Bíblia como um dos livros mais antigos, nota-se em seu primeiro livro, o do Gênesis, a indicação do uso de bebidas alcoólicas, bem como posteriormente, quando as filhas de Ló o embriagaram e se deitaram com ele para a manutenção da prole.

No início da era cristã, na própria história de Cristo há o relato do uso de álcool, como fica evidenciado no milagre da transformação da água em vinho. Todas as culturas conhecidas e descritas até hoje fizeram o uso de substâncias psicoativas, entre elas o álcool. Na China, há 3 mil anos os imperadores usavam a maconha, para relaxarem. Os egípcios já faziam plantações de uva e produziam vinho em larga escala.

*“Nas culturas da Mesopotâmia, as bebidas alcoólicas existiram com certeza no final do 2º milênio a.C. Aos poucos, a cerveja à base de cereais foi substituída por fermentação a base de tâmaras. O consumo de álcool nas civilizações gregas e romanas é bem conhecido. Ele era utilizado tanto pelo valor alimentício quanto para as festividades sociais. Ressaltamos apenas a associação entre o uso do vinho e certas práticas e concepções religiosas, representada pela popular figura de Bacchus. Durante longos períodos, o consumo de vinho era proibido para mulheres, interdito do qual testemunham também os relatos bíblicos. (BUCHER, 1991: 21)”*

Podemos constatar que, depois da Idade Média, coincidentemente com o grande avanço dos conhecimentos, as substâncias psicoativas passam a fazer parte do cotidiano de poetas, boêmios e escritores. É a partir dessa época que aumenta a percepção do poder dessas substâncias como fonte de prazer e de inspiração. Nesse contexto, a embriaguez passa a ser compreendida e tolerada, e também há a expansão de conhecimentos sobre outras formas de uso de substâncias psicoativas.

Também é nessa época que ocorre um maior aprofundamento dos estudos sobre as drogas e passa haver mais divulgação dos fenômenos relacionados com

seu uso, principalmente como parte de rituais religiosos, como o uso da cocaína, pelos habitantes da América Latina, dos cogumelos da América Central, do café e do haxixe no Oriente Médio, do ópio no Extremo Oriente e do álcool, de conhecimento e uso universal.

Na época dos grandes descobrimentos e conquistas acentuou-se o emprego de substâncias psicoativas como elemento de poder e triunfo, como também se tornou mais comum o uso de substâncias conhecidas por uma cultura, por outra cultura. ZALUAR (1994) cita como exemplos disso o fato de que, na França do século XVIII, se condenava o café, importado do Oriente Médio, e o nicot (cigarro), importado do Novo Mundo, como dois dos piores vícios então existentes. O vinho Mariani (como cocaína) foi difundido no mundo europeu, sendo louvado pela elite médica e eclesiástica, até a verificação de seus efeitos indesejados, como a dependência que provocava.

Cada país, cada povo tem sua droga, segundo sua própria cultura e sua tradição. Há dificuldade de se compreender o fenômeno da droga fora de um contexto cultural, que sofre mudanças constantemente.

Há evidências de que normas culturais em relação ao consumo das drogas têm um papel importante no desenvolvimento da dependência química. Culturas que ensinam as crianças a beber responsavelmente, bem como as que seguem rituais estabelecidos, com regras rígidas para o consumo de bebida, apresentam menores taxas de uso abusivo de drogas, quando comparadas às culturas que simplesmente proíbem as crianças de beber.

*“ Talvez o exemplo mais duro- sem dúvida o mais citado – da influência das normas culturais seja o que ocorre entre os judeus, onde, apesar de o álcool ser bastante consumido ( o número de abstêmios é baixo), tanto a embriaguez como o alcoolismo são menos freqüentes.” ( MANSUR, 1988:42)*

Com o passar dos tempos, as populações vêem seu ambiente se modifica e suas tradições desaparecer; as drogas até então usadas não mais se aplicam às novas formas de vida, o que determina o surgimento de outras drogas.

*“ Quanto a cultura brasileira é importante lembrar a soma das culturas indígena, africana e européia e que estamos sofrendo hoje a manipulação do sistema e ideologias dos países dominantes, que estrategicamente procuram impor seus valores. “ ( VIZZOLTO, 1995: 52)*

Atualmente, no Brasil, uma nova cultura está sendo construída, à base da desestruturação da sociedade. Ela se elabora a partir dos problemas sociais enfrentados pelo país, sendo a instabilidade econômica um dos principais. A partir disso a dependência química dos usuários e o tráfico de drogas ganham força, porque o fator econômico é um de seus principais suportes.

O tráfico de drogas apresenta uma conotação tão intensa, que a droga é a maior ameaça potencial à estrutura não apenas dos homens, mas da sociedade e do Estado. SANTOS ( 1997) cita como exemplo disso o General Noriega, ex-presidente do Panamá, envolvido com o Cartel de Medellin e preso nos EUA. Também cita como exemplo o Presidente Ernesto Samper da Colômbia, acusado de usar narcodólares na campanha de 1994 nas eleições presidenciais daquele país.

O narcotráfico movimenta, segundo a polícia norte-americana, 500 bilhões de dólares por ano. Organizações criminosas como os cartéis colombianos e a máfia chinesa podem faturar mais do que multinacionais como IBM e General Motors Isso porque a droga desperta o interesse econômico e, em muitos países, é uma questão de sobrevivência. A Colômbia, a Bolívia e o Peru contam com um grande número de trabalhadores rurais que dependem do plantio de coca. O Brasil também faz parte desse contexto, sendo o sertão nordestino rico em plantações de maconha.



*“A lavagem internacional de dinheiro proporciona o faturamento anual de 750 bilhões de dólares, somando-se o lucro de todas as máfias, baseadas em 23 países. Luxemburgo e Caribe seriam, segundo a ONU, os maiores lavadores de narcodoláres do planeta.” ( VIEIRA, 1995:84)*

No Brasil, a questão das drogas e a questão social estão interligadas. A Organização Mundial de Saúde revelou, em seu relatório de 1995, que 100 milhões de meninos em todo mundo são dependentes químicos. O Brasil, segundo o mesmo relatório, contava, em 1994, com cerca de 15 milhões de indigentes infantis, suscetíveis a ter contato com dois tipos de drogas: o *crack* e as drogas voláteis, como por exemplo a cola de sapateiro. O *crack*, feito a partir da pasta da cocaína, é de um baixo custo, tendo a maior incidência de uso no Rio de Janeiro e São Paulo, e os produtos voláteis predominam no resto do país.

Outro problema sério no Brasil é o desemprego. Ele acontece devido às transformações que vêm ocorrendo no mundo, a partir da década de 70, com o fim do modelo de produção fordista de acumulação rígida do capital, e foi substituído pelo modelo japonês da empresa Toyota Motors, que tem como princípio básico o acúmulo flexível de capital, que gera a terceirização da economia. A partir da década de 70, a globalização ganha força e o avanço tecnológico se espalha pelo mundo. As empresas no Brasil e no mundo já não precisam mais de tantos funcionários para desenvolver as tarefas, sendo alguns postos de trabalho substituídos por máquinas e robôs. É o que chamamos desemprego estrutural. Seguindo a teoria neoliberal, a globalização avança e começa a modificar todas as relações existentes no mundo, ocorrendo as privatizações e tercerizações.

*“ A abertura econômica, a integração dos mercados e a privatização têm sido apresentadas como a panacéia do desenvolvimento. As consequências sociais são graves: aumento do desemprego, queda dos níveis salariais, aumento*

*da pobreza e concentração de renda, conflitos sociais, degradação dos serviços públicos, deterioração da qualidade de vida, destruição ambiental.” ( VIEIRA, 1995: 84)*

Face a esse quadro, a elevação do desemprego é constatada em todo o país, em especial em São Paulo, maior pólo industrial do país e o tráfico de drogas em sociedade como essa vem aumentando consideravelmente. [Documento produzido pelo Departamento de Investigações sobre Narcóticos (DENARC) revela que, em cada 100 dependentes, 75 estão desempregados, arriscados a entrar no círculo vicioso da marginalidade e aumentar o contingente de mão de obra dos traficantes.

Conforme artigo publicado, a delegada de polícia do DENARC Elizabeth Sato tem constatado a repetição de uma história:

*“ O indivíduo não consegue colocação, está fora da escola ou tem baixa escolaridade. Por consequência, ele se vê tentado ao tráfico. Um traficante mesmo iniciante, consegue tirar R\$ 900 por mês. Quantos empregos seriam capazes de oferecer esta remuneração?”  
(Folha de São Paulo, 30/04/98)*

De acordo com as estatísticas, a imensa maioria dos dependentes tem entre 15 e 30 anos, justamente a fase em que o desemprego atinge com mais firmeza a população. Dados do Dieese-Seade informam que, nessa faixa, a desocupação em São Paulo atinge 30% da população. Essa porcentagem é maior nas camadas mais pobres, sem qualificação e com baixa escolaridade.

Aliada à gravidade do quadro econômico social, o Brasil, em relação às drogas, tem se caracterizado por um posicionamento ao mesmo tempo omissivo e conservador. Por um lado, quase nenhum esforço é feito no sentido de se controlar, a produção, a venda e o uso de substâncias psicotrópicas, principalmente do álcool, vem para amenizar as consequências do uso abusivo de drogas, tais como

acidentes, internações, óbitos, aposentadorias precoces e ocorrências policiais, assim como a própria dependência.

É necessário que destaquemos as várias tentativas de respostas para explicar o que induz um indivíduo ao uso de drogas, podendo levá-lo ou não à dependência química. Segundo MANSUR (1988), afirma que a dependência química tem relação com a determinação biológica, a determinação psicológica e a determinação sócio-cultural, já examinados, e também o fator econômico.

O pressuposto básico das teorias biológicas é de que a dependência vai se desenvolver ou não em um indivíduo, dependendo de características biológicas inatas. Isso quer dizer que existem pessoas que podem usar drogas e jamais se tornarão dependentes; outras, ao contrário começam a usa-las e irão desenvolver a dependência.

Outro fator explicitado pela autora, é que o de que os dependentes são marcados, por traços característicos de personalidade como, por exemplo, dependência, insegurança, passividade e introversão. O aspecto mais importante a ser considerado dentro do enfoque psicológico da dependência diz respeito ao fenômeno da dependência em si. Desde que nascem, os seres humanos estabelecem relações de dependência com pessoas, objetos e situações.

*“Vamos imaginar, a título de exemplo, o que ocorre com uma criança que se acostuma a ouvir histórias antes de dormir. Até aí, tudo bem ! Algumas crianças se recusam a ir dormir sem ouvir histórias. Não prescindem delas em nenhuma hipótese passando a ‘depende’ da história para dormir. Neste momento se estabeleceu uma relação de dependência que transforma uma coisa, boa em si mesma, em algo desagradável na medida em que implica obrigatoriedade a impossibilidade de passar bem’ (MANSUR, 1988: 30)*

Esses fatores das drogas devem ser compreendidos em sua totalidade; todos que trabalham com a questão das drogas precisam estar cientes dos vários

conceitos que justificam e estruturam uma argumentação sólida sobre as multideterminações que levam uma pessoa a se tornar dependente químico.

Sendo assim, a educação sobre as drogas deve ser defendida na prevenção dos problemas associados a elas. É importante salientar que, dentro deste enfoque não se devem utilizar técnicas de amedrontamento, argumentos religiosos ou morais; a idéia é oferecer as pessoas conhecimentos reais, que possam de fato mostrar-lhe todas as mutideterminações da drogadependência.

A legislação pertinente é extremamente repressiva, quando se trata de consumo de drogas ilícitas. As medidas de prevenção e repressão ao tráfico e ao uso indevido de entorpecentes estão reunidas nos seguintes instrumentos legais: Lei nº 6.378/76 (Lei de Entorpecentes), Lei nº 6.815/80 (Estatuto do Estrangeiro), Lei nº 7.560/86 (destina bens de traficantes), Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Portaria nº 28/86 da Divisão de Medicamentos do Ministério da Saúde, Lei nº 8072 (crimes hediondos) e Lei nº 9.257/91 (expropriação de terras).

A seguir, baseados na obra de SANTOS (1997), iremos especificar alguns desses instrumentos legais, que acreditamos ser de extrema relevância para o tema aqui abordado:

#### 1) Lei nº 6 368/76 – Lei de Entorpecentes

*“ Define as condutas criminosas de tráfico de uso de drogas, determina o tratamento dos dependentes e estabelece o rito do processo e julgamento, entre outras medidas”. ( SANTOS, 1997: 91)*

#### Artigo 12 – Tráfico

*“ Caracteriza o crime de tráfico de drogas e fixa uma pena de 3 a 15 anos de reclusão a quem ferir esse preceito. Este artigo ataca igualmente os que a) fornecem a droga gratuitamente; b) induzem ou auxiliam alguém a usar; c) utilizam local de sua*

*propriedade para usar e/ou guardar drogas; d) contribuem de qualquer forma para incentivar o uso". ( SANTOS, 1997: 92)*

#### Artigo 16 – Portar para uso

*" Portar drogas para resultar numa pena de até dois anos de detenção, segundo determina artigo 16" ( SANTOS: 1997: 93)*

#### Artigo 18 – Tráfico nas escolas, clubes, hospitais

*" Determina um aumento de pena se qualquer dos crimes definidos na Lei de entorpecentes for praticado nas imediações das escolas, clubes, hospitais, locais de trabalho e outros estabelecimentos, assim como houver envolvimento de menores de 21 anos ou se o criminoso for titular de função pública ligada à repressão. ( SANTOS, 1997: 94)*

A Lei nº 6.368/76 foi modificada em alguns de seus aspectos, com a aprovação do Projeto de Lei nº 105 de 1996, que estabelece penas de 3 a 15 anos de reclusão para o tráfico e o pagamento de cinquenta a trezentos e sessenta dias-multa, e a descriminalização do usuário e dependente de drogas, não lhe cabendo procedimentos penais, mas sim o encaminhamento para a assistência a saúde.

Nenhum dos instrumentos legais acima citados menciona a questão da prevenção, preocupando-se exclusivamente com a repressão. No que se refere à educação, a visão da lei é de que essa educação se dedique ao ensinamento de conhecimentos científicos sobre os malefícios das drogas. Ela tem como objetivo atingir a escola, por meio de conhecimentos prestados pelos professores, sobre os males que as drogas provocam no organismo.

A dependência de drogas precisa ser entendida como um sintoma de um momento histórico em que a humanidade busca uma saída para a frustração

existencial. As pessoas não se preocupam em compreender o fenômeno droga, mas defendem opiniões radicais e antagônicas, de acordo com interesses pessoais. Assim, as drogas podem ser entendidas simplesmente como caso de polícia, decadência moral e física, ou podem ser desejadas como fonte de prazer, símbolo de uma geração moderna e livre e os jovens, procurando a resposta de seus problemas desafiam as proibições impostas pela sociedade, não temendo as conseqüências de sua proeza. A prevenção deve, portanto, concentrar-se na procura de alternativas de vida para os jovens, buscando assumir um caráter mais abrangente. A prevenção deve enfatizar-lhes a contradição ideológica implícita na drogadependência. Eles devem estar preparados para, ao entrar em contato com as drogas, recusá-las com a segurança.

Para combater as drogas o presidente Fernando Henrique Cardoso criou a Secretaria Nacional Antidrogas, em 1998. Ela tem como objetivo a ligação desse tema com a Presidência, dando maior unidade as políticas de controle e ao desenvolvimento de uma ação articulada tanto no campo da repressão contra o narcotráfico quanto nas áreas de prevenção e reabilitação.

Para a eficácia de suas ações, a Secretaria Nacional Antidrogas desenvolveu uma estratégia preventiva que visa compreender as raízes do uso crescente de drogas, a realização de campanhas nacionais objetivando a conscientização da sociedade brasileira, a viabilização da implementação das diretrizes aprovadas pelo Comitê Nacional de Educação Preventiva Integral do Ministério da Educação, a fim de propiciar que as medidas preventivas de redução da demanda atinjam as substâncias psicoativas lícitas e ilícitas, criar dispositivos legais que normatizem a propaganda e o consumo de drogas lícitas.

Como conclusão, é importante salientar que o problema das drogas é comum em todas as sociedades. Dessa forma, somente com uma sociedade democrática e

plural, cujas as políticas sejam realistas e coerentes com os problemas mais graves e ameaçadores da integridade de seus cidadãos, é que se possibilitará uma compreensão global e, conseqüentemente, se atingirão resultados satisfatórios em relação à prevenção as drogas e sua abordagem.

## 1.2 Drogas: terminologia, definições e classificações

Os programas de prevenção às drogas perpassam pelo estreito conhecimento das drogas e de seus efeitos, bem como pelo entendimento de elementos essenciais acerca da especificidade farmacológica de alguns dos principais produtos, e pela estreita relação destes com a personalidade e com o momento sócio-cultural de cada pessoa. Nesse item procuraremos discutir alguns conceitos relacionados com a toxicomania, tais como drogas, toxicomania, dependência etc., bem como as principais categorias de drogas.

Para realização dessa discussão nos baseamos nos autores MARTINS (1991), BUCHER (1991) e TIBA (1994).

### Droga

Segundo TIBA (1994), droga é toda e qualquer substância que, introduzida no organismo, determina alterações no funcionamento psíquico, modificando uma ou mais de suas funções. Pode também ser chamada também *de tóxico, bolinha, entorpecente, narcótico, psicotrópico, bagulho*.

### Toxicomania

A Organização Mundial de Saúde propôs como conceito de toxicomania um estado de intoxicação periódica ou crônica, nocivo ao indivíduo e à sociedade,



causado pelo consumo repetido de droga sintética ou natural. Essa definição pode ser desdobrada em três características:

- um desejo irresistível ou uma necessidade inevitável de consumir a droga e procurá-la para si próprio, por todos os meios possíveis;
- uma deficiência de ordem psicológica e/ou física em relação aos efeitos da droga;
- uma tendência para aumentar as doses.

### Dependência

Conforme MARTINS (1991) a dependência pode ser psíquica ou física.

- Dependência Psíquica é uma sensação de satisfação e um impulso psíquico provocado pelo uso da droga, que faz com que o indivíduo a use com frequência, para permanecer satisfeito e evitar mal estar.
- Dependência Física é um processo de adaptação que se manifesta pelo aparecimento de profundas modificações físicas, quando se interrompe o uso da droga.

### Síndrome da Abstinência

Segundo MARTINS (1991), síndrome de abstinência caracteriza-se por uma série de sinais e sintomas que a pessoa apresenta por não estar utilizando a droga, tais como ansiedade, tremores, irritabilidade, dores musculares e um intenso mal-estar.

## Escalada

É a evolução do consumo ocasional, para a dependência intensa.

## Overdose

Palavra de origem inglesa que significa acima *da dose*, além da suportável pelo organismo. Pode ocasionar problemas orgânicos graves, inclusive a morte.

## Tolerância

Segundo BUCHER (1991), tolerância é um fenômeno de adaptação do organismo a determinada droga. É caracterizada pela diminuição gradual dos efeitos, sendo necessário um aumento das doses para se conseguir os efeitos anteriores. Assim que a tolerância se instala, o indivíduo vai aumentando as doses, o que poderá levá-lo a um processo de intoxicação grave, e até mesmo à morte.

## Drogas de abuso

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), drogas de abuso são todas as substâncias que, introduzidas em um organismo vivo, podem modificar uma ou mais de suas funções. Pela legislação brasileira ( Lei n.º 6.368/76), as drogas de abuso são chamadas de entorpecentes, apesar desse termo não ser o mais apropriado para caracterizar o universo das drogas. A Portaria n.º 26/86, do Ministério da Saúde, define e relaciona todas as drogas de abuso, as não

relacionadas nessa Portaria não podem ser proibidas, mesmo que causem dependência física ou psíquica.

### Classificação Clínica

Segundo CORDEIRO ( In: BUCHER, 1991:54), o usuário de drogas é enquadrado em quatro definições:

- 1) experimentador: é o sujeito que fez uso da droga em algum episódio de sua vida, ou episódios esporádicos;
- 2) usuário recreativo ou ocasional: faz uso da droga em situações recreativas e esporádicas, não tendo efetuado qualquer ruptura significativa em nível escolar, profissional, afetivo e familiares;
- 3) usuário semi-ocasional: faz uso regular de drogas, já com repercussões negativas em projetos escolares e profissionais, afetivo e familiar.
- 4) usuário habitual: é o sujeito que já é dependente químico

Segundo a caracterização do CEBRID, a classificação das drogas quanto ao aspecto legal são:

- legais: que podem ser comercializadas livremente. Ex: bebidas alcoólicas e cigarro;
- ilegais: cujo tráfico e comércio é proibido pelas leis do país. Ex: maconha, cocaína.

### Quanto à ação química

1) depressoras: aquelas que baixam ou reduzem a atividade psíquica. As mais comuns são:

- álcool,
- inalantes ( loló, acetona, éter, cola de sapateiro),
- tranqüilizantes( benzodiazepínicos, calmantes),
- codeína ( substância encontradas em xaropes para tosse),
- barbitúricos ( Optalidon, Tonopan)

2) estimulantes: aquelas que aceleram ou excitam as funções psíquicas. As mais comuns são:

- cafeína ( encontrada no café, guaraná etc.),
- cocaína e seu derivado crack,
- anfetaminas ( remédios para emagrecer).

3) perturbadoras: aquelas que alteram as funções psíquicas, atuando sobre a percepção. As mais comuns são:

- maconha ( e seu derivado haschich),
- auyasca ( santo daime),
- zabumba,
- artane,
- cogumelo.

Drogas mais utilizadas.

#### 1) Cigarro:

A maconha é prejudicial e ilícita. O tabaco, no entanto, mata e, contraditoriamente, é oferecido nos meios de comunicação como um objeto do

desejo. Segundo a OMS, o cigarro é o principal agente em 80% dos cânceres do pulmão, 75% das bronquites e dos enfisemas do mundo, e aumenta em quase dez vezes as chances de derrame cerebral.

## 2) Álcool

O álcool é uma droga tão antiga e poderosa que até tem um deus mitológico Dionísio para os gregos, Baco para os romanos.

Conforme VIZZOLTO (1991), o álcool é uma substância rapidamente absorvida pelo organismo, logo após sua ingestão. Uma vez passado para corrente sanguínea, age no sistema nervoso central, levando a pessoa a mudança de comportamento.

As sensações entre o último e o próximo gole determinam se uma pessoa tem uma doença grave e universal, catalogada pela OMS como alcoolismo. Segundo o Ministério da Saúde, no ano passado os hospitais brasileiros registraram 80.000 internações motivadas pela bebida. Existem 15 milhões de dependentes do álcool no país, e os dependentes internados em clínicas, 70% voltam a beber.

## 3) Cocaína e Crack

A cocaína é uma droga extraída das folhas da planta de coca. A cocaína pode chegar até o consumidor em forma de pasta ou na forma de pó, que pode ser aspirado, diluído em água para ser injetado ou usado sob forma de uma base (*crack*) para ser fumado.

Segundo Martins (1991), a cocaína apresenta, inicialmente, efeitos bastante rápidos, produzindo euforia, sensação de “poder”, de “brilho”, estado de excitação, hiperatividade, insônia, falta de apetite e perda da sensação de cansaço. Com o

aumento das doses começam a aparecer sinais de irritabilidade, agressividade, alucinações e delírios, levando à toxicomania podendo ocorrer a morte por overdose.

O *crack* produz efeitos semelhantes aos da cocaína e leva rapidamente à toxicomania.

#### 4) Maconha

A maconha é a erva canabis sativa, popularmente chamada de Marijuana, haxixe, cânhamo; é mais utilizada sob forma de cigarro.

Os efeitos alucinógenos da maconha dependem de uma série de fatores como dose, ambiente, expectativa, condições físicas e personalidade do usuário.

Conforme TIBA (1994), inicialmente aparecem, com uso de doses moderadas ou pequena, euforia, alegria, fome, aumento da vontade sexual, desorientação de tempo e de espaço, exaltação dos sentidos como alucinações visuais e, às vezes, auditivas. Com altas doses, ocorre um estado de intoxicação aguda, com idéias paranóicas, ilusões, delírios, despersonalização, confusão, inquietação, excitação e alucinações.

#### 5) Anfetaminas e Similares

Anfetaminas são drogas que agem sobre o sistema nervoso central, fazendo-o funcionar mais depressa, deixando a pessoa mais acesa, com menos sono, é o chamado "rebite" utilizado pelos motoristas. São também usadas como inibidores do apetite, nas fórmulas de emagrecimento.

Segundo VIZZOLTO (1992), inicialmente o uso da anfetamina eleva o moral do usuário surgindo uma fase euforizante de bem-estar, aumentando-lhe a capacidade física e intelectual; em seguida surge uma fase secundária, depressiva, quando o indivíduo entra em depressão e fadiga, fica irritado, sem sono e inquieto. A anfetamina causa dependência física e psicológica.

#### 6) Solventes e Inalantes

Solventes e inalantes são substâncias com a capacidade de dissolver outros produtos e que podem ser inaladas pelo nariz ou boca. Os inalantes mais utilizados como drogas são as colas de sapateiro e de marceneiro, a acetona, o esmalte, o *thinner*, e o lança perfume.

Segundo VIZZOLTO (1992), após inaladas essas substâncias produzem uma fase de excitação, deixando a pessoa eufórica. Podem ocorrer também tonturas e perturbações auditivas e visuais, produzindo depois um quadro depressivo, seguido de confusão mental, desorientação, voz pastosa, dor de cabeça, incoordenação motora, diminuição dos reflexos podendo levar a inconsciência e a morte.

Os solventes são as substâncias de abuso mais utilizadas pelos menores.

### 1.3 A abordagem preventiva do uso indevido de drogas

Depois dessa explanação sobre as drogas e seus efeitos, nos próximos parágrafos será discutida a prevenção, para tanto nos baseamos nos seguintes autores: BUCHER (1991), CAVALCANTE (1997), WUSTHOF (1991), TIBA (1994) VARGAS (1991) e VIZZOLTO (1992).

As definições gramaticais para a palavra prevenção, encontradas no dicionário AURÉLIO (1986:1391), e no dicionário de medicina STEDMAN (1979:78), são, respectivamente, as seguintes:

*“Ato ou efeito de prevenir (se). Disposição ou preparo antecipado ou preventivo. Modo de ver antecipado; premeditação. Precaução, cautela.”*

*“Preventivo, Profilático; que evita a doença. Agente profilático, ou qualquer coisa que faz cessar a ameaça de início de doença”*

O papel da prevenção deve ser discutido no âmbito de sua evolução histórica. Inicialmente, na década de 60, tentou-se prevenir o abuso de drogas pela repressão e fiscalização de sua comercialização. Diante das dificuldades desses meios, em relação à expansão do consumo, tentativas mais recentes apostavam na educação dos jovens, visando responsabilizá-los pelas opções de saúde a serem efetuadas durante sua vida e que excluíssem o emprego de drogas.

*“Diante da grande expansão do uso de drogas no mundo moderno, percebeu-se que os mecanismos de fiscalização e repressão são insuficientes para diminuir esse consumo. A sua evolução levou os especialistas ao reconhecimento de que verdadeiras medidas preventivas tinham que ser acionadas, em particular pela educação” (BUCHER, 1991:18).*



A partir de 1972, a UNESCO ( Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura) destacou como necessidade universal o investimento a educação, para prevenir o abuso de drogas. O papel da informação, aí, continua importante, mas deve ser integrada em um contexto educacional amplo: trata-se de formar pessoas capazes de lidarem com o problema das drogas e não apenas de informá-las.

Desde então, um certo caminho foi percorrido. Uma compreensão maior da questão do uso de drogas, aliada à avaliação de programas educativos executado em vários países, inclusive no Brasil, propiciar a evolução de técnicas da educação preventiva.

No começo os programas de prevenção trabalhavam com informações de cunho alarmista sobre drogas e seus efeitos, com a intenção de chocar os jovens e criar neles um medo em relação a sua utilização..

Com o decorrer do tempo, observou-se que essas informações não atingiam as metas pautadas. Baseadas na disseminação do medo, elas não permitem, nas escolas que se estabeleça algum diálogo com os alunos, mas constatou-se que tais informações podem despertar curiosidade e desejo de experimentar drogas, ao invés de afastar delas os jovens.

*"As avaliações realizadas em vários países indicam os programas de educação preventiva não são eficazes quando baseados em informações tendenciosas e alarmistas, difundidas indiscriminadamente ou exortações de cunho moralizante. ( BUCHER, 1991: 19)*

Em grande parte, o enfoque informativo cedeu lugar a uma outra estratégia, a de utilizar a informação não como núcleo central dos programas de educação preventiva, e sim como um dos componentes de uma estratégia mais ampla.

De maneira geral, de acordo com as novas tendências que despontam entre os responsáveis pedagógicos dos países ocidentais, a educação preventiva deve ser mais do que uma simples informação, visto que esta, por si só, não oferece elementos suficientes para fundamentar as opções individuais em termos de usodas drogas. Ao invés de simplesmente fornecer informações rmações aos jovens, é importante investir no incentivo de sua auto-realização, de auto-estima, no desenvolvimento do senso de responsabilidade com relação à própria vida.

Assim, as novas estratégias de educação preventiva objetivam mais formar pessoas do que informá-las. Pretende-se mobilizar nos jovens atitudes e valores considerados positivos, encorajando o desenvolvimento de sua personalidade, de sua criatividade e de atitudes pessoais e profissionais que sejam coerentes com tais valores.

Segundo WÜSTHOF (1991), nesse sentido a educação, para ter alcance preventivo, deve situar-se num espaço mais amplo. O uso de drogas não pode ser visto como um aspecto isolado da vida social do indivíduo, mas tem que ter inserido no contexto geral de sua saúde, convivência social e sua questão dos valores.

Dessa forma, para serem eficazes, os procedimentos que visam a reduzir o uso indevido de drogas devem basear-se em uma estratégia integrada, que harmoniza as diversas medidas e intervenções. Para que isso ocorra é fundamental a participação de todos os segmentos da sociedade.

Uma variedade de considerações têm sido formuladas por diferentes especialistas, no sentido de esquematizar e representar paradigmas e modelos de prevenção ao uso das drogas.

VARGAS (1993:55) aponta em seu livro os modelos de prevenção fundamentados por H. Nowlis, que são quatro: Modelo Jurídico-Moral, Modelo Médico ou da Saúde Pública, Modelo Psicossocial e o Modelo Sócio Cultural. Esses

modelos se fundamentam em três elementos a droga, o indivíduo e o contexto sócio-cultural e cada modelo demonstra uma ênfase maior em um desses elementos.

### **Modelo Jurídico Moral:**

A posição Jurídico Moral tradicional atribui uma grande importância à droga. As substâncias são classificadas em duas categorias: inofensivas e perigosas. Inofensivas, nesse caso, quer dizer não proibidas socialmente ou juridicamente. As drogas são consideradas como agentes ativos e o público como as vítimas que, por falta de informação, de vontade ou adaptação ao comportamento normal, deve ser protegidos das drogas por meio de medidas legais que controlem o cultivo, produção, manufatura, distribuição, venda, partilha ou posse da substância entorpecente.

Os programas educacionais baseados nesse modelo consistem numa ampla divulgação sobre os perigos decorrentes do uso de drogas e sobre a legislação relativa às drogas, à sua venda, ao seu uso, e à sua posse.

### **Modelo Médico ou da Saúde Pública**

No Modelo Médico a droga, o indivíduo e o contexto sócio-cultural no qual ele está inserido são considerados, respectivamente, como agente, o hospedeiro e o meio ambiente, numa formulação do esquema do modelo de uma doença infecciosa. Um agente é, por definição, ativo; e nesse modelo é a droga que assume o papel mais importante entre os três elementos fundamentais..

Segundo esse modelo, os usuários de drogas devem ser tratados como sendo portadores de um problema médico. O uso de droga deve ser tratado de maneira preventiva, exatamente como se fosse uma doença infecciosa.

### **Modelo Psicossocial**

O Modelo Psicossocial tende a dar mais ênfase ao indivíduo, abordando, três elementos, droga, indivíduo e contexto socio-cultural.

O uso da droga e seu usuário são considerados um fator complexo e dinâmico, tornando-se, assim o ponto central das ações de intervenções, mas do que as substâncias utilizadas. Esse Modelo tende a preocupar-se com a significação do uso de droga e sua função para o indivíduo, pois considera que o uso é um comportamento que só persistirá enquanto desempenhar uma função para o indivíduo.

### **Modelo Sócio-Cultural**

Esse modelo valoriza o contexto sócio-cultural. A droga ganha importância pela maneira como uma dada sociedade define o seu uso e os seus usuários sobre os quais ela age.

O uso de drogas é visto como um comportamento que se desvia do normal e que deve ser encarado e tratado como qualquer outro desviante ou destrutivo e, ainda, que esse comportamento varia de uma cultura para a outra de uma subcultura para outra.

Segundo Cavalcante (1995), para se delinear corretamente os antecedentes da educação preventiva cabe lembrar os três níveis de prevenção, enfocados pela medicina, que são a prevenção primária, secundária e terciária.

A prevenção primária tem como objetivo intervir antes que surja algum problema; intervir na educação de crianças e adolescentes que ainda não se envolveram com drogas ou apenas estão na fase de experimentá-las. Para que isso ocorra é necessário desenvolver com eles atividades prazerosas, informações científicas, educação para saúde e cidadania, dando oportunidade para seu desenvolvimento afetivo e auto-estima, conhecimento de si mesmo e senso crítico.

A Organização Mundial de Saúde considera como mais propensa ao uso de drogas a pessoa sem informações adequadas sobre as drogas e seus efeitos; que apresenta saúde deficiente; insatisfeita com a qualidade de sua vida, com personalidade propensa ao uso e com fácil acesso às drogas.

A Prevenção Secundária é um prolongamento da prevenção primária. Quando o adolescente está em dificuldades, pessoais, familiares ou sociais, ou já está usando drogas, por curiosidade, ou iniciando o uso habitual, a intervenção deve ser feita, por meio do diálogo, da compreensão e aproximação dos pais e educadores, procurando conhecer melhor as circunstâncias e os tipos de drogas usadas. Dependendo do caso, o usuário deve ser encaminhado para uma atenção especial.

A Prevenção Terciária ocorre quando a dependência já está instalada no indivíduo. O adolescente necessita de ajuda, principalmente para buscar o tratamento adequado.

*“Para que a prevenção seja realmente operante, ela tem que levar em conta a dimensão humana das aspirações da juventude, confrontando-as com a dimensão humana da problemática das drogas em geral. Somente através deste confronto será possível entender toda a amplitude da questão e chegar a programas preventivos que atinjam suas metas sem esquecer a dignidade humana do usuário de drogas.”*  
(BUCHER, 1991:39)

CAVALCANTE (1997) reforça a compreensão sobre os modelos de prevenção ao discutir em seu livro os seis modelos educacionais básicos de prevenção às drogas, baseado em um levantamento feito pelo Centro Brasileiro de Informações Sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID). Eles são baseados em:

- 1) **Princípio moral:** defende que o abuso de drogas é um ato condenável do ponto de vista ético moral. Faz apelo aos princípios religiosos, à defesa da moral e bons costumes,
- 2) **amendrotamento:** insiste nos aspectos negativos e perigosos do abuso das drogas, tentando convencer os jovens pelo medo.
- 3) **conhecimento científico:** propõe o fornecimento de informações sobre drogas, de modo imparcial e científico.
- 4) **educação afetiva:** visa à modificação de fatores pessoais que possam levar ao uso de drogas. Trata-se de um conjunto de técnicas que buscam melhorar ou desenvolver a auto-estima, a capacidade de lidar com a ansiedade, a habilidade de decidir e interagir em grupo, a comunicação verbal e a capacidade de resistir as pressões do grupo.

**5) estilo de vida saudável:** não usar drogas é um dos elementos de uma maneira de viver que incluiria também a questão da boa alimentação e exercícios físicos regulares.

**6) pressão do grupo positiva:** este modelo defende que a pressão do grupo levaria os jovens a experimentar drogas, prega o afastamento dos adultos, professores e pais, e a utilização dos próprios jovens para liderarem programas de prevenção.

Percebe-se que há vários enfoques possíveis para o problema e que a dificuldade é de chegar-se a uma abordagem que integre o máximo dos fatores que influenciam no uso indevido de drogas. Sem dúvida, a mais apropriada das abordagens será aquela que promover melhor essa integração, em prol da qualidade humana do indivíduo.

## 1.4 Medidas preventivas nas escolas: linhas de planejamento e ação

A escola é uma instituição social que presta serviço à comunidade, promovendo a educação de crianças e jovens.

Conforme VIZZOLTO (1992), a ação educativa da escola deve se situar num contexto filosófico e de valores e na visualização de objetivos a serem seguidos. Isto é, a escola deve ter muito clara sua proposta de valores, de homens e de sociedade que quer construir, bem como de sua prática pedagógica.

Dessa forma, na prática do processo educativo, a escola deve criar condições que facilitem essa busca que possibilitem o desenvolvimento de todos os envolvidos e a descoberta de si próprios como pessoas, e de seu papel a desempenhar na sociedade em que vivem, bem como na superação de suas limitações.

*“ A escola poderá reverter o processo de alienação do jovem, desenvolvendo a consciência crítica, propondo uma educação pelo diálogo que leve o homem a procura da verdade em comum, ouvindo, questionando, libertando-se, investigando. Com isto possibilitará o aluno uma discussão corajosa sobre a sua problemática e a problemática do mundo.” ( VIZZOLTO, 1992:63)*

Com tal prática a escola estará advertindo o aluno para os perigos de seu tempo: a dominação, a opressão, a violência, os falsos valores, a dependência das drogas e os preconceitos, entre outros.

Para CAVALCANTE (1997), cada escola deverá respeitar suas particularidades e potencialidades. Uma escola situada em uma comunidade carente, por exemplo, encontra outras dificuldades e situações diferentes das de uma escola localizada em um bairro de classe média. As perspectivas de ação são distintas e as expectativas sociais, diferentes.



O que não pode acontecer, como diz WUSTHOF (1991), é a promoção, por parte das escolas, de campanhas passageiras, com fanfarras e estandalhaço com que são anunciadas. São pautadas por nítida filosofia de desencargo de consciência, tendo como a principal preocupação a reputação do nome da escola

Podemos confirmar essa idéia do autor no depoimento feito pelo diretor do Colégio Marista, de Brasília, Orivaldo Pincinato, para a revista Época, de 15/06/98

*“ Os programas de prevenção as escolas particulares, além do desafio de enfrentar vício e dependência juvenis, perceberemos que também é uma questão de marketing. Precisamos abordar o tema de forma direta porque a sociedade cobra essa posição da escola.”*

A situação enfrentada pelo país dificulta o bom desenvolvimento do sistema educacional. O modelo neoliberal vigente no país , tem a proposta de orientar as políticas da educação sob a ótica do mercado; deve responder a lei da oferta e da procura. Vivemos atualmente um sistema educacional falido, em que os impostos são arrecadados, mas não redistribuídos na proporção devida; em que não há incentivo, por parte do governo, quanto à formação de profissionais, nem tão pouco à formação dos alunos.

*“Percebe-se que o Brasil, as políticas em educação são orientadas para a formação e a capacitação das pessoas, ou seja, a função da escola realizar a formação de recursos humanos para a estrutura da produção. A articulação do sistema educativo como sistema produtivo, portanto, se faz necessária” (BIANCHETTI, 1996:43)*

As políticas educacionais refletem-se diretamente sobre as características e funções propostas pelo neoliberalismo para o sistema educacional, este se torna o veículo de efetivação das exigências do modelo social.

O sistema educativo é orientado conforme o mercado, equilibrando as demandas surgidas do setor produtivo com ofertas provenientes das próprias instituições educativas.

Por consequência dessa conjuntura, o sistema educacional não se preocupa em formar cidadãos conscientes de seus direitos e responsabilidades, e sim adequá-los ao modo de produção vigente. Podemos afirmar, contudo, que quando o assunto é o jovem usuário de drogas, ele passa a ser alvejados e contestado pela sociedade, por não se enquadrar nessa relação-consumo.

Na verdade, a escola continua reproduzindo o sistema em que está inserida,, induzindo os alunos à produção e ao consumo, levando-os à frustração e ao vazio, com seus currículos que não motivam, que podam a criatividade e a participação dos educandos.

Segundo TIBA (1994), pode-se sugerir que o ensino no Brasil continua sem atrativos, o que, certamente, levaria a frustração, trazendo consequências imprevisíveis para a sociedade. Talvez mesmo atuando como fator facilitador do abuso de drogas, já que estas proporcionam alívios imediatos e ilusórios aos dilemas do ser humano.

A escola deveria ser um espaço em que os alunos pudessem ter a oportunidade de participação, de construção; dessa forma encontrarão objetivo para lutar, para viver e acreditar nas suas potencialidades.

Como diz GRAMSC apud JESUS (1998):

*“Só uma escola autenticamente formativa pode proporcionar o acesso a uma nova cultura; uma escola em que seja dada à criança a possibilidade de forma-se, de tornar-se um homem, de adquirir os critérios gerais que sirvam ao desenvolvimento do caráter”*

Quando o assunto é drogas, uma escola nesses moldes poderá desenvolver um programa de prevenção mais eficiente.

Outro fator, que é de extrema importância nos programas de prevenção, é o professor, um agente de educação. É ele que estabelece um contato direto com o alunos, tendo um papel decisivo em sua formação, uma vez que influencia na formação de valores e identificação, é ou deve ser um exemplo a ser seguido.

Segundo VIZZOLTO (1992) o professor, deve se conscientizar de seu papel e se preparar para exercê-lo, isto é, mudar sua mentalidade revendo seus conhecimentos, preconceitos e conceitos em relação à droga. Para tanto o professor de qualquer disciplina deve estudar o assunto, aumentar os conhecimentos acerca das drogas e os problemas relacionados com o seu uso.

Mas os professores não estão preparados para encarar o assunto, sendo esse despreparo um dos problemas de prevenção ao uso indevido de drogas. As universidades e as escolas de ensino superior, por sua vez, não se sensibilizaram com os programas de prevenção, não criaram uma consciência em torno do problema das drogas, para com relação à preparação dos professores, o Ministério da Educação elaborou um documento de Diretrizes para uma Política Educacional de Prevenção ao Abuso de Drogas (Apêndices), em reunião técnica organizada em 1992, que foi aprovada pelo CONFEN, em fevereiro de 1994. Esse documento visa dar subsídios e dirigir programas de prevenção ao uso de drogas e melhoria da qualidade de vida, em nível federal, estadual e municipal.

Segundo esse Documento (1992), a educação preventiva deve levar em conta as estruturas dos estados e municípios, bem como a organização curricular e ações humanas nela vivenciadas.

As diretrizes para o desenvolvimento dessa política defendem a educação preventiva direcionada para ações da valorização da qualidade de vida, ou seja, para ações que busquem o equilíbrio do homem, no meio ambiente, visando à ampliação dos compromissos do indivíduo em relação a si mesmo, ao outro e à comunidade.

*"Dentro dessa concepção de valorização da qualidade de vida, deve-se evitar o apelo a 'a pedagogia do terror' e aos seus procedimentos de amedrontamento e intimidação; pautada na exarcebação das advertências sobre os perigos advindos do consumo de drogas, ela impede a formação de uma consciência crítica, capaz de lidar com os riscos." (MEC:13)*

Podemos constatar que as diretrizes para a efetivação de programas de prevenção já existe, contudo, ainda não surtiram um resultado esperado. Digamos que seja um longo caminho que deve ser percorrido. Para que isso aconteça é preciso um comprometimento e o engajamento de todos os profissionais da educação em nosso país.

A importância da realização de programas de prevenção ao uso de drogas pode ser confirmada através do levantamento feito pelo CEBRID e pela Universidade Federal de São Paulo no ano de 1997. Esse levantamento foi feito com 15 mil crianças e adolescentes de 1º e 2º graus, de dez capitais brasileiras. Comparando-se com levantamentos realizados pelo CEBRID em anos anteriores, foi constatado que a frequência do uso de drogas cresceu em todo o país. A maconha, por exemplo, cresceu nas dez capitais, enquanto a cocaína se expandiu em oito das dez cidades pesquisadas.

No geral, excluindo as drogas legais (álcool e tabaco), os solventes continuam sendo as drogas mais usadas pelas crianças e adolescentes, aparecendo a seguir, por ordem de incidência, a maconha, os ansiolíticos, os anfetamínicos e a cocaína.

Ficou evidenciado entre os meninos o uso mais freqüente da maconha e da cocaína, enquanto as meninas usam mais as drogas em forma de medicamentos, como os ansiolíticos e anfetamínicos, principalmente o Inibex e Moderex, que atuam como moderadores de apetite.

Assim, para a realização prática da prevenção, é necessário que a escola tome algumas medidas que garantam a eficácia de um programa.

*“ A elaboração do planejamento das informações sobre drogas que provocam dependência junto as disciplina do currículo escolar é competência do professor. Estas informações, que são um dos meios de prevenção, merecem um estudo cuidadoso pois irão constituir o foco de trabalho junto aos alunos. Cabe ao professor decidir a qualidade e a quantidade de informações. Esta tarefa não é rápida nem fácil exige conhecimentos do assunto como um todo, da estrutura da disciplina e do grupo dos alunos” ( VIZZOLTO, 1992:67)*

É fundamental iniciar o trabalho numa instituição por meio de uma pesquisa, para conhecer a situação real da comunidade em que se vai atuar, no que se refere ao uso de drogas.

Gostaríamos de salientar que os autores estudados são unânimes em afirmar que os programas de prevenção ainda são desconexos e fragmentados, não conseguindo atingir seus objetivos com eficácia. O trabalho de prevenção não pode ser isolado parecendo apenas uma iniciativa de um grupo de pessoas. Toda a escola precisa se envolver, desde o porteiro até o diretor . As iniciativas na área de prevenção devem fazer parte de outras iniciativas da instituição e da comunidade, para estar integrada ao dinamismo da vida.

Para BUCHER (1992) os programas governamentais relativos a prevenção do uso indevido de drogas, direcionados para o primeiro e segundo graus, não passam de boas intenções. Tradicionalmente, o discurso oficial relativo as drogas sempre

buscou amedrontar as pessoas para garantir e reforçar a submissão visando à rejeição total ao seu consumo.

Tal perspectiva, além de não considerar as diferenças e a multiplicidade dos indivíduos, não tem sido eficaz para diminuir o consumo das drogas além de estimular a idéia de que é “melhor não falar no assunto para não despertar a curiosidade e desejo de experimentar”.

→ A droga é vista como causa de todos os males e não como um sintoma de conflitos individuais e sociais. Divulga-se o medo, o pânico e o preconceito, contribuindo assim para um dilema entre o prazer passageiro que a droga proporciona e as conseqüências negativas da dependência e os apelos dramáticos em defesa da ordem social.

No âmbito da reflexão sobre a eficácia dos programas de prevenção, WUSTHOF (1991) faz uma referência aos limites das campanhas antidrogas fundamentadas no pressuposto de que a informação científica é por si só suficiente para combater o uso indevido de drogas. Defende a continuidade permanente dos programas de prevenção. Deve-se evitar a realização de campanhas ou feira de ciências e depois, esquecer do assunto. Outro grave problema é a falta de recursos e de incentivo a implantação política pública que trabalhe essa questão.

Também chamamos a atenção para os limites das propostas baseadas na idéia de que não experimentar drogas é uma estratégia preventiva básica. Tal estratégia não é suficiente para frear a curiosidade perante novo, característica da população jovem, além de não oferecer subsídios efetivos para que as pessoas resistam as pressões sociais nesse sentido.

Prevenir o uso de drogas é uma tarefa tão importante quanto complexa, uma vez que diz respeito a educação em seu sentido mais amplo, incluindo a questão dos valores. Entendemos que educar é uma tarefa que, indo muito além da mera

transmissão de informações, corresponde a um relacionamento entre pessoas que têm objetivos em comum e que envolve sentimentos, interesses e motivações no presente, experiências passadas e aspirações quanto ao futuro.

Segundo VIZZOLTO (1992)

*“Nossa proposta é que cada escola, de acordo com sua realidade desenvolva ações que venham minimizar o problema do uso de drogas. Esta não deve representar um fardo, como a princípio pode parecer, para escola que já possui inúmeras atribuições e luta com uma série de deficiência física, financeira e humana.*

A proposta de prevenção deve seguir por esse caminho, em sentido amplo, que perpassasse todas as disciplinas do currículo, com uma prática pedagógica democrática, em que o aluno é a razão de ser da escola e participa ativamente do processo de ensino e aprendizagem.

A marca principal do trabalho de prevenção deve ser a valorização da vida e não a droga.

Segundo VARGAS (1991), os programas de prevenção devem conhecer as características dos jovens para ter credibilidade, transmitindo serenidade e confiança, tocando os sentimentos e valores presentes em suas convicções. O envolvimento dos alunos é fundamental. As lideranças espontâneas devem ser estimuladas a colaborar no trabalho efetivo de prevenção. Os grêmios, as associações de estudantes são de extrema importância para esse trabalho.

Para que a prevenção ao uso de drogas seja operante, ela tem que levar em conta a dimensão humana das aspirações da juventude. Somente através deste confronto será possível entender toda a amplitude da questão e chegar a programas preventivos que atinjam as suas metas sem esquecer a dignidade humana do usuário de droga.

Conforme CAVALCANTE (1997), estar e gostar da escola é prevenção. Em pesquisas realizadas com jovens, em Fortaleza, no ano de 1996, foi constatado que, na população que frequenta a escola com regularidade, o uso de drogas não chega a 2%. Enquanto que, entre jovens que não vão regularmente à escola, meninos e meninas de rua, esse mesmo índice chega a 98%.

Uma observação que deve ser considerada diz respeito as políticas sociais no atual contexto neoliberal, global e produtivo, que são alteradas constantemente no que se refere a sua orientação e funcionalidade.

Por um lado, elas estão sendo privatizadas e retiradas aos poucos do âmbito do Estado, passando ser responsabilidade da sociedade civil; por outro lado, seu foco é principal é a uma população carente de forma pontual e, finalmente, elas também são desconcentradas, o que implica apenas descentralização executiva, mantendo uma centralização administrativa e econômica.

No caso das drogas, a tendência é que as políticas oficiais nessa área não se fortaleçam e nem se concretizem, cabendo a responsabilidade desse trabalho para alguns segmentos da sociedade civil, pois a sistematização de programas de prevenção às drogas não é suficiente. É preciso que se estabeleçam mecanismos legais que garantam sua implantação e implementação.

Ao final desta breve apresentação de alguns aspectos fundamentais nas atividades preventivas, é necessário destacar a importância de um bom planejamento que consiga contemplar o problema. Somente uma atuação profissional, devidamente preparada e levada adiante por pessoas com conhecimentos sobre drogas e com experiência no combate ao seu uso indevido, terá alguma chance de chegar a intervenções pertinentes e eficazes.

Depois desse embasamento teórico, do estudo do uso das drogas no contexto da sociedade, os efeitos que as drogas causam, bem como a prevenção ao



uso de drogas e sua relação com escola. No próximo capítulo estaremos analisando como o Colégio de Aplicação da UFSC vem desenvolvendo ações em relação a prevenção ao uso de drogas para seus alunos. Esta análise terá dois momentos: histórico das tentativas de implantação de um Programa de Prevenção e o trabalho que vem sendo desenvolvido atualmente em relação a essa implantação.

## II Capítulo

### COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFSC E PREVENÇÃO AS DROGAS: AÇÕES CONCRETAS E PERSPECTIVAS FUTURAS

#### 2.1 Procedimentos metodológicos adotados para a investigação da pesquisa

Para este trabalho foi adotada a pesquisa Estudo de Caso, que enfatiza a interpretação do contexto no qual o objeto se situa, neste caso, o Colégio de Aplicação da UFSC, por melhor se enquadrar no tipo de objeto abordado..

Conforme LUDKE & ANDRÉ (1989), esse tipo de pesquisa permite ao pesquisador buscar sempre novas respostas e novas indagações durante o desenvolvimento do trabalho, pois o conhecimento não é algo acabado.

A pesquisa é qualitativa; foram realizadas entrevistas semi-abertas, usando a técnica oral, com profissionais da Comissão e professores do Colégio da Aplicação.

O Estudo de Caso nos proporcionou relatar as experiências vividas durante a pesquisa, mostrando os vários pontos de vista que o estudo apresentou.

A técnica de pesquisa utilizada foi a história oral que segundo, BROWNE apud CORREA (1978), é a “ *designação dada ao conjunto de técnicas utilizadas na coleção, preparo e utilização de memórias gravadas para servirem de fonte primária a historiadores e cientistas sociais*”. Esta técnica consiste na realização de entrevistas, por meio das quais pudemos fazer com que o entrevistado explicasse determinados pontos ou relatasse fatos que a falta de outro material documental deixou obscuro. A entrevista era gravada em fita magnética e posteriormente transcrita literalmente, obtendo-se, então, dois tipos de documentos: o gravado e o escrito.

Todo o material coletado nas diferentes fontes, inclusive nossa participação em encontros, seminários, visitas a clínicas de tratamento, bem como matérias publicadas em jornais e revistas e a participação nas reuniões da Comissão, está sendo considerado neste estudo como material de pesquisa. Queremos salientar que nos relatos das entrevistas vamos usar somente as iniciais dos entrevistados por uma questão ética de pesquisa.

Considerando os objetivos de nossa pesquisa sobre a questão das drogas no Colégio de Aplicação, que foram analisar a história das tentativas de implantação e implementação de um programa de prevenção às drogas e estudar o trabalho que vem sendo realizado por esse Colégio em relação à prevenção até o presente momento; no primeiro momento da pesquisa para captar a trajetória histórica do programa o sujeito da pesquisa foi a Comissão do Uso Indevido de Drogas da UFSC. O sujeito de pesquisa Comissão é formada por 10 profissionais: 3 assistentes sociais, 1 enfermeira, 4 professores universitários, 1 professor do Colégio de Aplicação e pelo vice reitor que é o presidente da Comissão. Entrevistamos cinco membros dessa Comissão.

No segundo momento o alvo da pesquisa foi o Colégio de Aplicação da UFSC, formada por 3 professores da 1ª série do 1º grau, uma professora coordenadora e pelo diretor do estabelecimento.

Vamos passar agora a descrever como se realizou a primeiro momento da pesquisa, relatando os procedimentos planejados e a forma como efetivamente se concretizaram. Encontramos algumas dificuldades em realizar as cinco entrevistas com os profissionais da Comissão, devido à falta de organização em relação ao cronograma que nós tínhamos proposto a seguir; em relação à análise dos documentos, no entanto, não tivemos nenhuma dificuldade.

Em um primeiro momento, analisamos as atas de reuniões da Comissão, consultadas com a permissão da Assistente Social responsável. Essa análise foi de extrema importância para situar os trabalhos que a Comissão vem realizando desde sua reativação, em 1996.

Para a realização dos estudos foram efetuadas entrevistas semi-abertas, de outubro a novembro de 1997, nas quais as perguntas foram basicamente duas: "Qual a importância do trabalho na Comissão no Campus Universitário? ; Quais as dificuldades de implantação de um programa de prevenção no Colégio de Aplicação?.

Foram realizadas entrevistas com cinco profissionais que integram a Comissão, a primeira delas foi feita com um professor do CCS que possui uma grande experiência na questão da dependência química e desenvolve trabalhos em relação ao tratamento, à prevenção e à pesquisa sobre o uso indevido de drogas. Marcamos a entrevista por telefone, e o professor mostrou-se bastante receptivo, essa aconteceu no dia 15/10/97, na parte da manhã. Num clima bem informal, pudemos conversar a respeito da Comissão e como vêm sendo desenvolvidos os trabalhos no Colégio de Aplicação. Com o desenrolar da conversa nos sentimos desconfortáveis, pelo fato deste professor dizer que não acredita na implantação de um programa de prevenção sistematizado no Colégio. Naquele momento tememos que nossa pesquisa não fosse ter continuidade, mas não perdemos o entusiasmo, porque sempre sentimos, desde que iniciamos o curso de Serviço Social, a determinação, a vontade de aprender , e de lutar ante qualquer dificuldade.

Entramos em contato com a segunda pessoa a ser entrevistada, que de imediato marcou uma data e horário para conversarmos, o que aconteceu no dia 23/10/97, às 10 hs da manhã. A entrevista foi realizada na sala dos Grupos de Ajuda Mútua da Universidade, sendo que a profissional que nos atendeu participa dos

trabalhos da Comissão, desde que esta foi criada. Na entrevista, nos foi apresentado um pouco da história da Comissão e todos os trabalhos já realizados por ela, e o que vem sendo feito atualmente no Colégio de Aplicação. Diferentemente do que aconteceu na primeira entrevista, durante esta a profissional mostrou-se mais otimista em relação ao trabalho que está sendo desenvolvido e por consequência, esse fato nos deu uma injeção de ânimo para continuarmos nossa pesquisa..

No terceiro encontro procuramos entrevistar uma profissional que atuou na Comissão de uma maneira efetiva, e que hoje desenvolve trabalhos junto ao Conselho Estadual de Entorpecentes (CONEN), e é uma das idealizadoras do Programa de Prevenção e Vida (PREVIDA). Procuramos entrevistá-la pela importância de seu trabalho e ela, com certeza, nos elucidou muito sobre a atividade da Comissão em relação ao Colégio de Aplicação, no passado.

Num quarto momento entrevistamos a responsável pela idéia da reativação da Comissão. Ela foi nossa supervisora de campo de estágio e, por isso, não tivemos a mínima dificuldade de marcar a entrevista.. A sua contribuição neste trabalho se faz presente dia a dia de nossa prática de estágio; com seu exemplo pudemos aprender muito, em relação ao problema da dependência química.

A última entrevista foi realizada com uma profissional do Colégio de Aplicação, que acreditamos ter sido a pessoa ideal para concluirmos nossas entrevistas. Ela é integrante da Comissão desde que esta foi criada, e desde então vem demonstrando todo um empenho junto a outros profissionais na tentativa de implantar um programa de prevenção no Colégio.

No dia da entrevista assim, assim que chegamos nós a vimos no pátio. Como era a hora do intervalo, ela nos convidou para tomar um café na sala dos professores, onde permanecemos por 10 minutos. Por coincidência todos - professores, alunos e técnicos administrativos - estavam tomando sopa, que era a

merenda da escola; a professora não resistiu e fomos convidado para tomar aquela *“sopinha que todos diziam estar ótima”*. Fomos à cozinha e, numa caneca de plástico, a sopa foi servida. Naquele momento, e dentro daquele clima de Colégio, sentimos saudades de nossa infância. Depois nos dirigimos até a sala da professora que nos atendia e ela pode falar sobre os trabalhos que a Comissão vem desenvolvendo no Colégio, a vontade política e a receptividade de seus colegas, na implantação de um programa de prevenção às drogas.

No segundo momento da pesquisa entrevistamos o diretor do Colégio, uma coordenadora que trabalha com a prevenção e 3 professores da 1ª série do 1º G; as entrevistas foram realizadas no mês de novembro de 1998. Ressaltamos que todos os entrevistados mostraram-se receptivos, ao nosso trabalho.

As perguntas que então apresentamos foram: “ Qual sua opinião sobre as drogas?, Como o Colégio trabalha a questão da prevenção?, Como você trabalha essa questão da prevenção às drogas em sala de aula e quais as perspectivas para a sistematização de um programa de prevenção no Colégio?”.

## 2.2 Histórico da Comissão do Uso Indevido de Drogas da UFSC

Em 1984 foi realizada na UFSC uma pesquisa, a qual demonstrou que 34% de seus estudantes faziam ou fizeram de algum tipo de droga. A intervenção quanto à questão das drogas era realizada pelo setores da Universidade individualmente, ou por meio do encaminhamento de casos aos serviços especializados, que se encontram na comunidade externa a UFSC.

Em 1987, por meio da experiência do atendimento a crises, realizado por professores do Departamento de Enfermagem da instituição, foi criado o Serviço de Atendimento às Necessidades Psicossociais (SANPS) e o Grupo de Problemas do Álcool (GEPAL), para atendimento a servidores dependentes do álcool.

Segundo LOSSO apud GOBATTO & PEREIRA (1998)

*Em 1988 a partir da seguinte indagação: "Onde e como a UFSC poderia ser um campo de disseminação de informações e tratamento e oferecido aos dependentes de drogas". A Pró-Reitoria de Assistência à Comunidade Universitária reuniu representantes e órgãos da UFSC e a comunidade externa que trabalhavam a questão das drogas para debater a questão. Diante desse problema ficou dectada as seguintes necessidade: conscientizar as pessoas da existência do problema no meio universitário; aprender a conviver como o problema; procurar caminhos que levem a minimização da situação; propor alternativas de solução, elaborando e partilhando, com a sociedade em geral, seus avanços na área humanística e técnico-científica"*

Depois desse encontro foi criado o Conselho de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas da UFSC, que tinha como meta coordenar ações de prevenção primária, secundária e terciária. Esse Conselho recomendou a criação da Comissão do Uso Indevido de Drogas da UFSC que, a princípio foi constituída pelos diversos

segmentos da UFSC e vinculada à Pró-Reitoria de Assistência à Comunidade Universitária, hoje Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Universitária (PRAC).

Segundo D.L.

*"Quando a Universidade começou a pensar em montar um programa de prevenção que atendesse os Colégios, envolvendo inclusive o Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI), depois o 1º grau, o 2º grau e depois o 3º grau. Nós estávamos pensando desde o início contemplar estas categorias, e foi isso dentro das três áreas, prevenção primária, secundária e terciária. Bom aí quando começou a ser montada a proposta da Universidade, nós priorizamos o atendimento ao aluno, porque não podíamos abrir muitas frentes de trabalho, até porque os professores e servidores estavam começando a fazer parte da Comissão"*

Para a prevenção primária foram realizados semestralmente, de 1989 a 1992, ciclos de palestras nas disciplinas de EPB (Estudo do Problemas Brasileiros) intitulado Drogas Psicotrópicas: Aspectos Orgânicos e Psicossociais para alunos do curso de graduação, visando informa-los, cientificamente quanto ao uso indevido de drogas. A partir desses seminários alguns alunos demonstraram interesse pelo assunto e, a partir desse interesse, foi criado o Grupo de Estudos dos Problemas das Drogas (GAEPD).

Também em relação ao tratamento do dependente químico foi criado, em 1991, o Grupo de Ajuda Mútua (GAM), cujo objetivo, além do tratamento, é inserir a pessoa que está em tratamento em um ambiente sadio, que é a Universidade.

Desde o começo dos trabalhos da Comissão ela sempre procurou desenvolver um trabalho integrado com outros órgãos e com pessoas que trabalham com a questão.

Segundo D.L. :

*"Quando começamos a desenvolver os trabalho da Comissão, entramos em contato com a Secretaria da Educação, porque já estávamos sabendo que tinha uma proposta para primeiro e segundo graus, e não era uma"*



*área que nós não iríamos inovar, não iríamos começar do nada, por isso procuramos chamar um responsável para estar nos explicando sobre o PREVIDA que funcionava junto a Secretaria da Educação”*

O Programa de Prevenção e Vida (PREVIDA) foi criado e desenvolvido por profissionais da Secretaria de Educação e do Desporto do Estado de Santa Catarina, para subsidiar os educadores e demais interessados na prevenção às drogas. Ele tem por objetivo a redução do consumo de drogas por crianças e adolescentes no ensino de 1º e 2º Graus, por meio da prevenção integral.

Por vários motivos, entre eles a extinção da disciplina de Estudos dos Problemas Brasileiros (EPB) dos currículos de graduação, a Comissão do Uso Indevido de Drogas paralisou suas atividades entre 1992 e 1996, continuando com os grupos de apoio aos dependentes: Grupo de Ajuda Mútua (GAM), Grupo de Estudo dos Problemas do Álcool (GEPAL) e Grupo Alternativo de Estudo dos Problemas das Drogas (GAEPD) e algumas idas esporádicas em sala de aula de profissionais da Comissão que foram chamados por alguns professores para falar sobre a dependência química para seus alunos.

O Serviço Social foi um dos responsáveis pela articulação da reativação da Comissão do Uso Indevido de Drogas, em 1996, e ocorreu pela necessidade da implantação de ações sistemáticas de prevenção no Campus Universitário, visando atender alunos e servidores. Além do Serviço Social foram chamados para integrara Comissão profissionais da Enfermagem, Toxicologia, Medicina, Psicologia e Pedagogia, áreas que trabalhavam essa questão e os membros que já faziam parte da Comissão anterior, para discutirem uma proposta que pudesse ser desenvolvidas de uma forma contínua e permanente. O trabalho interdisciplinar é imprescindível na questão das drogas, porque visa tornar as condições concretas de existência dos

homens com uma melhor qualidade de vida, fundamentado numa concepção articulada, construída mediante a contribuição de profissionais de várias áreas.

Como modalidades de implementação do programa foram definidas metas de atuação, junto aos alunos de 1º e 2º Graus, alunos de 3º Grau e servidores docentes e técnicos administrativos.

Segundo L.N.O.

*“A reativação da Comissão surgiu da necessidade de estar discutindo o trabalho de prevenção na Universidade como um todo, pois cada segmento da UFSC tratava a questão da dependência de uma forma, embora W. fosse chamado para dar alguns cursos, não era nada sistemático, nada dentro da Comissão porque esta já estava desativada. Pensando nestas questões que eu levantei a questão de nós vermos esta Comissão, então chamei as pessoas que compunham a 1ª Comissão e que tinham um trabalho mais direto com a questão da dependência, e a partir destas discussões foi resolvido que a Comissão ia ser reativada.*”

Com o intuito de atingir seus objetivos, a Comissão realizou reuniões de sensibilização junto à direção e professores dos Colégios Agrícolas de Araquari e Camboriú, Colégio de Aplicação da UFSC e aos Conselhos Departamentais dos Centros de Ensino do 3º Grau.” *O objetivo da reunião é despertar a consciência crítica em relação ao uso de droga e a definição de estratégias para a inclusão do tema nas disciplinas estabelecendo assim a participação e co-responsabilidade dos professores na política de prevenção”* (GOBATTO & PEREIRA 1998). Nessas reuniões a Comissão sugeriu que professores ou servidores formassem equipes para trabalhar a questão das drogas e também para participarem dos Grupos de Estudo que a Universidade possui o Grupo de Ajuda Mútua (GAM), Grupo de Estudo dos Problemas do Álcool (GEPAL) e Grupo Alternativo de Estudo dos problemas das Drogas (GAEPD), a fim de entenderem melhor todas as multideterminações referentes à dependência química.

Nessas reuniões a Comissão se colocou à disposição de todos aqueles que demonstrassem interesse em trabalhar a prevenção, a fim de assessorá-los. Alguns Centros e Colégios da Universidade mostraram-se indiferentes ao problema; outros, em contrapartida, como o Colégio Agrícola de Camboriú e o Centro de Ciências Agrárias (CCA), assumiram que tinham o problema com as drogas e solicitaram à Comissão que realizasse novas reuniões com os professores, para explicar como eles poderiam trabalhar essa questão nos currículos e no estabelecimento de ensino. Os profissionais desses centros de ensino também participaram de reuniões com a Comissão, para que, em conjunto, fossem discutidas ações de implementação de um programa de prevenção às drogas. Podemos destacar dentre os Centros, o Centro de Ciências Agrárias (CCA), onde o trabalho vem sendo desenvolvido com bastante êxito. Também por intermédio da Comissão do Uso Indevido de Drogas da UFSC, foi colocada em prática a lei que proíbe a venda de bebidas alcoólicas no Campus Universitário. Por meio dessa ação os Grêmios da Prefeitura Universitária, Hospital Universitário, os Volantes da UFSC e o Restaurante do Sindicato dos Servidores (SINTUSFC) tiveram que suspender a venda do produto acima citado, no horário até às 18:00 hs.

Infelizmente a maioria dos professores não se deu conta da gravidade do problema, e se mostrou omissa e conivente com a questão; os professores precisam ter a clareza de que a prevenção primária busca fornecer conhecimentos básicos para os estudantes, provocando e favorecendo a reflexão maior sobre o problema das drogas, para que esse conjunto de medidas vise à educação para a saúde e a qualidade de vida dos universitários.

Segundo os entrevistados, a participação dos integrantes da Comissão é satisfatória. Ela está sempre pronta a apoiar, esclarecer e orientar, tendo uma

postura humanista com cientificidade, pela competência dos profissionais que estão sempre buscando novas informações sobre a questão.

De todas as atividades que a Comissão vem desenvolvendo nos diversos setores da UFSC, procuramos delimitar nosso trabalho nos esforços que ela vem fazendo junto aos professores do Colégio de Aplicação da UFSC e verificando como estes vêm reagindo à idéia de implantação de um programa de prevenção às drogas no estabelecimento.

## **2.3 Histórico das tentativas de implantação de um programa de prevenção no Colégio de Aplicação da UFSC**

O Colégio de Aplicação, inserido no Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, é uma unidade educacional que atende ao Ensino de 1º e 2º Graus, e está localizado no Município de Florianópolis. Funciona em prédio próprio, no Campus Universitário, com três turmas por série, e com 25 alunos cada uma, tendo hoje em torno de 1040 alunos, com um quadro de 86 professores, sendo 21 substitutos. O Colégio de Aplicação procura atender ao Ensino, Pesquisa e Extensão.

O Colégio de Aplicação se propõe a ser um Colégio Experimental, que procura desenvolver práticas e conhecimentos em função de uma melhor qualidade de ensino e também exerce a função de campo de estágio para os alunos da Universidade.

Os conteúdos por ele trabalhados visam à afirmação do educando como sujeito livre, consciente e responsável; à instrumentalização para uma atuação crítica e produtiva no processo de transformação do mundo e construção consciente de uma sociedade justa, humanitária e igualitária.

No Colégio de Aplicação da UFSC já foram realizadas várias tentativas de se implantar um programa de prevenção às drogas, com o trabalho realizado pela Comissão em 1988, com professores e supervisores do Colégio, mas que não fluiu de uma maneira satisfatória.

Conforme M.S. :

*"No Colégio de Aplicação nós estivemos numa ocasião oferecendo este trabalho. Tivemos a impressão que a escola*

*não sentiu o problema, que a droga não era problema do Colégio e que os educadores não sentiram a sensibilidade para fazerem parte do programa”*

Em 1991 o Colégio sentindo o problema das drogas, devido ao grande número de crianças que dela estavam fazendo uso, e pela existência do tráfico em suas imediações, esboçou uma tentativa de trabalho.

Segundo W:

*“Ocorreu nesta ocasião uma reunião no Colégio de um grupo de quatro ou cinco pessoas, ligadas a orientação e supervisão educacional, onde apresentaram um programa que estavam desenvolvendo sobre sexualidade. Nós colocamos que um programa de prevenção deveria ser feito através de um curso. Foram abertas as inscrições numa época em que estavam vários cursos no Colégio. Desta forma, o curso de prevenção foi formado por um grupo de 15 pessoas, onde pudemos ministrar o conteúdo sobre drogas, as partes estratégicas para implantar um programa e a importância de se trabalhar com os pais”*

Todos os esforços, na época, não tiveram continuidade e os entrevistados para esta pesquisa chegaram a uma conclusão, sobre as causas dessa inoperância:

*“Nós não sabemos a causa, qual a dinâmica da escola, muitas relações de força dentro do Colégio, e naquela época a direção não demonstrou interesse, a prevenção andava impulsionada pelos que queriam fazer, mas não como uma iniciativa da direção que estava deslocada do problema”*

Após esse período, quando a Comissão já se encontrava reativada, surgiram no Colégio alguns alunos com problemas de dependência química, que foram encaminhados para uma clínica de tratamento. Percebendo o problema, os integrantes da Comissão, sugeriram em uma reunião que fossem convidados

professores do Colégio para participarem das reuniões da Comissão e que demonstrassem interesse pelo assunto.

Segundo N.K.

*“ Então nesse momento a idéia retornou ao Colégio de Aplicação, a direção, a vice diretora começou a participar das reuniões, não iríamos tentar uma proposta de imediato, procuraremos mostrar ao Colégio que tem trabalhos que dão certo, com base nessa idéia sugeriram uma pesquisa para levantar a porcentagem do uso de drogas na escola, porque teria um retorno prático para eles”*

Mesmo diante de vários problemas de dependência química, muitos professores do Colégio não acreditaram na dimensão do problema. Por esse motivo em 1997 foi aplicada, por estagiários de Psicologia e Serviço Social, uma pesquisa com alunos de 5ª a 8ª série do 1º Grau e da 1ª série a 3ª série do 2º Grau, coordenada pela Comissão do Uso Indevido de Drogas da UFSC, pela Coordenadoria de Psicologia da UFSC e pelo Colégio de Aplicação, tendo como objetivo levantar informações para a elaboração do perfil do estudante em relação ao consumo de drogas, oferecendo sustentação ao desenvolvimento de um efetivo programa de prevenção.

Os resultados mostram que as drogas mais utilizadas por eles é o álcool, com 86,8% de estudantes que dele já haviam feito uso e por 24,2% que dele fazem uso freqüente; em segundo lugar encontra-se o tabaco, já usado por 41,8% de estudantes e por 9,0% que fazem uso freqüente; e em terceiro a maconha, sendo que 19% foi o índice dos que já fizeram uso dele e por 4% que fazem uso freqüente.

A pesquisa foi de extrema importância, pois prova de que há no Colégio, sérios problemas com as drogas. A apresentação desses dados foi feita numa

reunião entre os professores do Colégio e os integrantes da Comissão, como diz L.N.O:

*“A Comissão posicionou-se da seguinte forma: os professores deveriam se preparar para enfrentar a situação, pois a proposta do MEC é que se trabalhe a questão da dependência dentro de todas as disciplinas de uma forma natural. Nós queríamos mobilizá-los para que se preparassem para a devolução da pesquisa aos alunos, que era uma das formas para eles estarem se habituando a lidar com a questão.”*

Ficou decidida nessa reunião que haveria outra para a apresentação dos resultados da pesquisa, em especial para os alunos da 3ª série do 2º Grau. Estes solicitaram que o Colégio agendasse uma data para isso, no mesmo semestre em que o questionário foi aplicado 97/2, pois estavam se formando e no ano seguinte não se encontrariam mais na escola. Essa reunião não foi realizada, deixando os alunos sem as informações da pesquisa. Os resultados foram apresentados no semestre 98/2, em uma palestra com um profissional que trabalha a questão da dependência química.

Os trabalhos desenvolvidos pela Comissão sempre voltaram-se para uma proposta integrada e no Colégio não deve ser diferente.

Conforme W:

*“O Colégio precisa se organizar, agora alguém precisa arrumar tempo, ficando responsável por um trabalho. Deve-se assumir e elaborar uma proposta, cada professor dentro de sua área pode estar falando das drogas. O PREVIDA pode ser o exemplo a ser seguido, é só querer.”*

Sobre a participação dos professores, os entrevistados, de formas diferentes, demonstraram o que pensam; acreditam que, para um programa de prevenção ter bons resultados, é preciso que exista a participação e a vontade política de todos.



Na opinião de S., a Comissão representa uma vontade política e, por meio dela ocorre uma mobilização de outras pessoas. Até então o trabalho de prevenção no Colégio não vinha sendo feito de uma maneira sistematizada.

Segundo S:

*“O trabalho vem sendo feito de uma maneira isolada, isto ocorreu devido ao grande número de professores que se aposentaram, e o trabalho desarticulou-se, pois grande parte deles receberam o curso há 3 , 4 anos atrás, poucos são os que permaneceram no Colégio. A minoria que ficou desenvolve um trabalho, não de forma isolada totalmente, mas o trabalho não é sistematizado”*

Devido à situação do Colégio diante da conjuntura brasileira atual, os professores estão muito apreensivos; os aposentados não são substituídos por novas contratações e todo o trabalho que o Colégio procura desenvolver em relação à prevenção as drogas fica pela metade.

Conforme L.N.O

*“Não existe um projeto sistematizado, o que existe é um projeto individual de pessoas que tem consciência que o trabalho é importante, por isso procuram levar o conhecimento para que o aluno tome consciência de uma melhor qualidade de vida. O trabalho torna-se difícil por não ter um projeto de intervenção.”*

Devido a falta de subsídios dos professores para trabalharem a questão da prevenção às drogas, em abril de 1998, como combinado previamente, a Comissão articulou o curso Prevenção Educação e Vida (PREVIDA) junto aos profissionais da Secretaria da Educação de Santa Catarina, para a instrumentalização desses professores de 1ª a 4ª série do 1º Grau e estagiários de Pedagogia, em relação à prevenção às drogas. Houve também a participação de estagiários de Serviço Social e de uma Assistente Social, mas, devido ao movimento de greve dos

professores, só os estagiários participaram. Existia a idéia que esses estagiários de Pedagogia fossem a mola propulsora de um trabalho de prevenção no Colégio; a princípio tudo estava caminhando para que isso ocorresse, mas a professora supervisora, que inclusive fazia parte da Comissão, não faz mais parte do quadro docente da Universidade e a professora que a substituiu não deu a mesma ênfase para o trabalho que estava sendo desenvolvido. Um estagiário de Serviço Social também iria desenvolver sua prática de estágio no Colégio para trabalhar com os pais a questão da prevenção às drogas mas, devido a alguns imprevistos, isso não foi realizado. Uma estagiária de Psicologia, ao contrário conseguiu desenvolver sua prática como professores e pais de alunos da 1ª série do 1º grau.

A Comissão decidiu, que a princípio que todos os seus esforços estariam voltados para a implantação de um programa de prevenção para alunos da 1ª a 4ª série do 1º Grau, colocando a questão da prevenção no currículo. Com essa finalidade foi realizada uma reunião para se discutir uma proposta com os professores dessas séries; eles se mostraram a princípio resistentes à idéia, pois a falta de preparo e a insegurança de trabalhar esse assunto é latente. Os profissionais da Comissão que se encontravam presentes, no entanto, procuraram esclarecer como a temática deveria ser abordada, e os professores aos poucos foram aceitando a idéia. Também ficou decidido que a inserção desse assunto no currículo começaria pela 1ª séries do 1º Grau, no primeiro ano de sua efetivação, e assim, sucessivamente, até atingir todas as séries do Colégio. Nesse ponto ficou claro a falta de interesse por parte dos professores sobre a questão; eles fazem de tudo para não trabalhar o assunto porque o tema sendo implantado dessa maneira, demorará muito tempo para atingir todas as séries do Colégio.

Foi agendada uma reunião com os professores das 1ª série do 1º grau, para discutirem a questão. No encontro os profissionais da Comissão tiveram a

oportunidade a de explicar aos professores como deveria ser abordado o tema “drogas” no currículo; deve haver nas disciplinas, um espaço para que as crianças vivenciem experiências positivas de comunicação, ajuda mútua, solidariedade, saúde e qualidade de vida, iniciando assim uma ação preventiva. Os professores tiveram a oportunidade de trazer os conteúdos programático e juntos com os membros da Comissão discutir a melhor maneira de incluir a prevenção no cotidiano dos alunos. Uma segunda reunião ficou de ser agendada para que houvesse uma discussão mais detalhada de como inserir esse tema no currículo, mas essa não aconteceu.

Essa atividade foi iniciada em 1998, com o acompanhamento de uma estagiária de Psicologia; ela iniciou um trabalho com pais de alunos e professores da 1ª série do 1º Grau , que deu bons resultados, mas, devido à greve da UFSC, o trabalho que vinha realizando desarticulou-se

No próximo item estaremos analisando como os professores da 1ª série do 1º Grau vêm trabalhando essa questão com seus alunos, e como todos os esforços da Comissão vêm repercutindo no mesmo.

## 2.4 O Colégio de Aplicação da UFSC: esforços atuais em relação à prevenção as drogas

Depois de um ano da realização da primeira pesquisa, sentimos a necessidade de voltar ao Colégio para analisar como estão sendo feitos os esforços dos professores para a efetivação de um Programa de Prevenção às Drogas. Essa nova pesquisa se deve ao fato que no primeiro momento o Colégio não apresentava nenhuma progressão na sistematização de um programa de prevenção, e em 1998, apresentou uma proposta de se trabalhar a questão da prevenção às drogas começando pelas primeiras séries do primeiro Grau. Para isso resolvemos entrevistar os professores da 1ª série do 1º Grau do Colégio, pelo fato de o trabalho de prevenção deles, no currículo escolar, estar sendo realizado de uma maneira mais efetiva, com o acompanhamento de uma estagiária de Psicologia.

Nas entrevistas que realizamos pudemos constatar que os professores tem a consciência do problema das drogas em nossa sociedade, mas não estão preparados para encarar o assunto. Isto se torna um problema porque o professor é que tem o contato direto com alunos, e que influencia diretamente os alunos sendo um exemplo a ser seguido.

Conforme A e B:

*"Eu vejo a questão das drogas , como pai e diretor de escola, sendo uma questão social que o governo não demonstra a devida atenção para o problema. As campanhas são tímidas deixando a responsabilidade a nível de instituições, de grupos de trabalho" (A)*

*" O Colégio faz alguma coisa, não é tudo que é necessário. Os professores aceitam bem o trabalho, o que falta para eles é a questão de como fazer, eles tem medo de fazer alguma coisa e fazer errado. (A)*

*“ Não tinha conhecimento das drogas como uma questão ampla, os educadores falham por não ter conhecimento. Os professores de todas as áreas deveriam possuir o mínimo de bagagem, para integrar a questão em seus conteúdos” (B)*

*“Aqui no Colégio ninguém fala da droga por falta de conhecimento, existem professores que disseram que não iriam mais tocar nesse assunto” (B)*

O trabalho que se realiza no Colégio de Aplicação em relação à prevenção às drogas, é feito de uma maneira isolada, sendo que a discussão sobre o assunto é falha.

*“Esse ano começamos a ter reuniões para discutirmos um programa de prevenção, e devido a greve foi interrompido. Quando retomamos não tinha o mesmo vigor, acredito que estava até engrenando”*

Com relação ao trabalho, todas as professoras da 1ª série do 1º grau são unânimes em afirmar que lidam com a questão das drogas, cada uma de seu jeito, de acordo com que acha mais correto, como podemos observar nos depoimentos:

*“Eu trabalho a questão das drogas indiretamente em ciências, quando ensinamos os órgãos dos sentidos, procuramos trabalhar o cheiro, a alimentação saudável, não cheirar determinados objetos que prejudica a saúde. Eu procuro trabalhar a questão das drogas mas diretamente quando a criança coloca o problema. Eu nunca trago a situação é eles que trazem, quando os alunos demonstram interesse pelo assunto eu faço um gancho.”*

*“ Trabalho a prevenção nas minhas aulas através do fortalecimento da auto-estima, os bons hábitos, os cinco sentidos, ensinando a planejar o seu dia através de relatos, casos e experiências vivida como pais e alguém da família que tenha problemas com drogas.”*

*“ O trabalho que faço com alunos é baseado em reportagens, vídeos, na disciplina de Ciências quando trabalho os cinco sentidos. O que marca muito os alunos é o drama, a morte, o assalto, e procuro explicar que isso não é certo, que não devem conversar com estranhos, aceitar doces.”*

Podemos constatar que o assunto “drogas” continua sendo um tabu. O fato é que grande parte dos professores do Colégio, além de não ter o conhecimento necessário para abordá-lo, parece não saber que a formação de seus alunos faz parte do magistério tanto quanto a informação.

As oportunidades de adquirirem um preparo para trabalhar o problema das drogas já vem sendo oferecido e incentivada pela Comissão do Uso Indevido de Drogas da UFSC desde 1988, mas falta um maior empenho e, principalmente, a superação de certos medos e tabus pelo corpo docente, existindo uma resistência em relação ao assunto drogas.

Ao invés de assumirem a capacitação para trabalharem a prevenção, muitos acreditam que este trabalho deva ser realizado por uma equipe especializada, como vemos em alguns depoimentos:

*“O trabalho deve ser garantido por alguém especializado, e os pais também devem ser envolvidos. Os professores não tem tempo para trabalhar esta questão pela carga horária sobrecarregada, eu por exemplo tenho relatórios, a sala de aula, trabalho com alfabetização de adultos em Alagoas e no interior do Estado”.*

*“Acho muito importante a prevenção em uma escola, com pessoas especializadas em trabalhar no assunto, nós não somos especializados, e este é um assunto muito delicado por isso é preciso ter um bom embasamento para trabalhar. Eu por exemplo não me sinto segura para fazer este tipo de trabalho.”*

*“ É complicado trabalhar a droga, se eu não fizer bem feito, vou atrapalhar esse é meu receio, eu não me sinto seguro para aprofundar esse assunto. Não temos disponibilidade para mais essa tarefa, trabalhamos num período de 19 horas em sala de aula e horas de atendimento, sobrecarregando os funcionários.”*

Os professores precisam se conscientizar de que o sistema escolar é estrutura social única, pela qual deve passar a maioria dos cidadãos, e é mais sensato patrocinar atitudes com relação à dependência química, em idades mais

precoces, do que tentar modificar atitudes inadequadas em etapas mais tardias da vida.

Os pontos positivos que podemos observar, nas palavras dos entrevistados, é que eles sabem o caminho que devem seguir para um trabalho de prevenção às drogas, como constatamos em alguns depoimentos:

*“Investimos na prevenção no primeiro ano do primeiro grau para começar um trabalho interdisciplinar em 98 e assim sucessivamente até que todo o Colégio esteja envolvido através de um trabalho interdisciplinar dos professores das várias disciplinas, junto com a direção, supervisão, orientação e assim por diante.*

*“ O trabalho ideal no Colégio é perpassar o conteúdo curricular, e que esse assunto perpassasse todas as disciplinas do currículo e que as orientadoras educacionais junto com a supervisão. O trabalho deve ser sistematizado junto com a supervisão quem sabe na estrutura curricular que o Colégio deverá fazer e que está em processo de reformulação do projeto político pedagógico do Colégio”*

Diante das observações, verificamos que o Colégio de Aplicação da UFSC precisar avançar para a sistematização de um Programa de Prevenção às Drogas. Os fatores para que isso venha ocorrendo são a falta de interesse de trabalhar essa questão por parte dos professores, a falta de tempo, a atual conjuntura da universidade pública que serve de desculpa para que muitas atividades não sejam realizadas, é preciso que todos os profissionais do Colégio se engajem nessa questão e procurem entendê-la, para que os alunos possam aprender a dizer *não* às drogas de uma maneira consciente, livrando-se assim de um grande sofrimento.

## **2.4 Breve análise conclusiva do dados da pesquisa sobre o trabalho de prevenção das drogas no Colégio de Aplicação**

Por meio dessa pesquisa pudemos constatar os esforços que a Comissão do Uso Indevido de Drogas da UFSC fez para implantar um programa de prevenção no Colégio de Aplicação, o qual precisa de pessoas treinadas para enfrentarem o problema das drogas, tendo que implementar no currículo escolar espaço para tratar da questão.

O Colégio foi informado, por meio de uma pesquisa que o problema da dependência existe entre os alunos. Assim, os professores são responsáveis por assumir a questão, tendo como dever ético apoiar a implantação de um programa de prevenção, pois se não for dessa forma todos estarão sendo coniventes com o tráfico de drogas e a dependência química, pelo fato das crianças não saberem do risco que correm ao usá-las.

Todos precisam ter a consciência de que é necessário investir em profissionais qualificados, para que estes possam mobilizar forças igualmente importantes, como pais, funcionários e a comunidade em geral. Os profissionais precisam estar preparados para lidar com pré-adolescentes e adolescentes que estão passando por uma série de transformações; nesta fase não estabeleceram a própria identidade e, por isso, sentem a necessidade de identificar-se com o outro, elegendo nesta fase uma nova família "a turma", que passa ser a família paralela que o jovem passa a ter como modelo. A necessidade de ser aceito pelo grupo pode ser um facilitador para entrar em contato com as drogas; portanto a escola precisa estar preparada para lidar e desenvolver programas desse cunho, e desenvolvê-los, trabalhando numa visão ampla da qualidade de vida dos jovens. Outro fator, que é de extrema importância nos programas de prevenção, é o



professor. É ele que estabelece um contato direto com os alunos, tendo um papel decisivo em sua formação, uma vez que influencia na formação de valores, é ou deve ser um exemplo a ser seguido

A proposta de um trabalho integrado é de grande importância para que o trabalho tenha bons resultados, buscando uma maior integração entre os professores do Colégio, funcionários, pais e alunos. O trabalho não pode ser isolado, toda a escola deve se envolver.

Outro dado que constatamos foi em relação a participação e envolvimento de todos na implantação de um programa de prevenção no Colégio. As dificuldades são várias; atualmente devido a conjuntura neoliberal em que nós estamos vivendo, o ensino é desestruturado. Não existe uma contratação de novos funcionários para preencher as lacunas dos que se aposentaram, nem o repasse de verbas para as necessidade básicas, como material didático e folhas para xerocar o material básico, desanimando quem procura desenvolver um trabalho eficiente.

Conforme FIOD ( 1997: 214)

*“O Estado está tomando iniciativas contundentes contra a escola pública brasileira, através da nova LDB, seja por medidas provisórias ou por emendas constitucionais . De um modo ou de outro, tudo faz para livrar-se desse encargo social. Segue a risca o princípio da privatização do qual derivam os demais. A consequência desse movimento sobre o sistema público é funesta.”*

Mesmo diante dessa conjuntura muitos profissionais da Comissão e do Colégio procuram desenvolver um trabalho de prevenção, pois os traficantes não param de comercializar as drogas, e as crianças precisam ser informadas do risco que é consumir substâncias psicoativas.

Acreditamos que a educação deve estar direcionada para ações de valorização da qualidade de vida, buscando ações que visem o equilíbrio do homem com o meio ambiente, visando a ampliação dos compromissos do indivíduo em relação a si mesmo, ao próximo e à comunidade.

A prevenção as drogas é um desafio que o Serviço Social deve enfrentar no contexto da sociedade presente; é importante a compreensão do problema das drogas em uma visão integral. É preciso que a prevenção seja inserida em todos os segmentos de nossa sociedade, por meio de uma discussão para a efetivação de programas que contemplem a necessidade de um trabalho dessa natureza, de uma maneira eficaz.

Diante disso, o Serviço Social pode contribuir para a compreensão dos problemas relacionados as drogas, como também pensar alternativas de intervenção.

## Considerações Finais

Foi extremamente válido elaborar o presente trabalho, pois ele foi de suma importância no processo de nossa formação profissional.

O Colégio de Aplicação da UFSC, onde se realizou o estudo aqui apresentado, sempre enfrenta uma série de problemas sociais com as quais deve aprender a conviver. Entre eles, hoje se sobressai é o abuso no uso de drogas, decorrentes de males maiores, cujas raízes se encontram na própria sociedade.

A proposta de prevenção ao uso de drogas no âmbito da escola deve ter um sentido amplo, inerente ao currículo escolar, sempre dinâmico e atualizado, em que as ações pedagógicas precisam ser sistemáticas e contínuas, com a responsabilidade sendo atribuída a todos os que trabalhem no estabelecimento. Essa proposta tem como objetivo principal, conseguir que o jovem obtenha uma argumentação sólida que o ajude a se defender, quando tiver contato com as drogas, e seja capaz de recusar sua oferta

A base de um programa de prevenção se encontra na valorização e na melhoria da qualidade de vida dos jovens, sendo que esta depende de sua decisão pessoal, com reflexo na coletividade, cuja a situação tende a melhorar, à medida que o indivíduo adote melhores hábitos, optando por um estilo de vida mais saudável. Nesse sentido, falar em qualidade de vida representa adotar um mecanismo educacional sistemático, incentivador com objetivos passíveis de ser atingidos. Nesse processo, a escola tem um importante papel a desempenhar.

Pudemos constatar, por este trabalho, os esforços que a Comissão do Uso Indevido de Drogas da UFSC vem realizando contra as drogas, e como o Colégio de Aplicação da UFSC vem trabalhando essa questão.

Nesse sentido, temos que salientar o valoroso trabalho realizado da Comissão do Uso Indevido de Drogas da UFSC em toda a Comunidade Universitária, ao longo dos últimos dez anos em que seus esforços se desenvolveram em todos os níveis de prevenção, visando esclarecer, informar, recuperar e reintegrar todos aqueles que têm problemas com a dependência química e, principalmente, sensibilizar mais profissionais para trabalharem em programas de prevenção ao uso de drogas. Os professores do Colégio de Aplicação da UFSC precisam agilizar a sistematização de um programa de prevenção, trabalhando-o de uma forma transversal nos currículos, porque, até o momento, pouco tem sido feito para que isso aconteça. Sabemos das dificuldades que eles encontraram e encontram nesse empenho, mas elas não justificam o fato de se acreditar que esse tipo de trabalho somente deva ser realizado por especialistas, porque os professores se preparam para ser educadores e precisam, por isso, entender a temática das drogas, a fim de superar todas as barreiras culturais e tabus que envolvem esse assunto.

Esperamos que a leitura desse trabalho possa contribuir para subsidiar o aprofundamento dessa questão tão complexa que é o uso abusivo de drogas.

## Referências Bibliográficas

Ata de Reuniões da Comissão do Uso Indevido de Drogas da UFSC. 1996-1999

BIANCHETTI, Roberto G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1997. 115p.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes para um política de prevenção ao de droga**. Brasília: MEC/SEPESPE, 1991. 62p.

BUCHER, Richard (org). **Prevenção ao uso indevido de drogas**. 2.ed. Brasília: UNB, 1989. v.1 e v.2. 129p

CAVALCANTE, Antônio Mourão. **Drogas: esse barato sai caro**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1997. 126p.

CORREA, Carlos Humberto. **História oral: teoria e técnica**. Florianópolis: UFSC, 1978. 91p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FIOD (org.) **No fio da navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC**. São Paulo: XAMA, 1997. 126p.

GIKOVATE, Flávio. **Drogas: opção de perdedor**. São Paulo: Moderna, 1992

GOBATTO, Lúcia Goreti, PEREIRA, Lilian Tedy. **Serviço Social: uma proposta de prevenção ao uso indevido de drogas**. Florianópolis, UFSC. 1998.

GONÇALVES, Elizabeth Costa. Sociedade e consumo de drogas. In: BUCHER, Richard (org). **Prevenção ao uso indevido de drogas**. 2ed. Brasília: UNB, 1989. v.2. 129p.

JESUS, Antônio Tavares. **O pensamento e a prática escolar de Gramsci**. Campinas SP: Autores Associados, 1998. 121p.

LOZANO, André. O desemprego aumenta o contingente de mão de obra do tráfico **Folha de São Paulo**. São Paulo, 30 de abril, 1998.

LUDKE, Menga, ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MANSUR, Jandira. **O que é alcoolismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

PIRES, Marco Antônio et al. **Perfil epidemiológico do usuário de substâncias Psicoativas em uma escola pública**. Florianópolis, UFSC, 1997.

SANTA CATARINA. Secretaria do Estado da Educação e do Desporto. **Programa Prevenção, educação e vida**: subsídios de prevenção integral para o educador 4.ed. Florianópolis, 1995.

SANTOS, Jorcelino Luiz dos. **Drogas: psicologia e crime**. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 1997. 150p.

SANTOS, José Maria dos. Perigo no recreio. **Revista Época**. 15 de junho, 1998.

TIBA, Içami. **123 respostas sobre drogas**. São Paulo: Scipione, 1994.

TEIXEIRA, Sérgio Augusto. **Dicionário Médico Stedam**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1979.

TRIVINOS, Augusto N. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa Qualitativa em educação. São Paulo, Atlas, 1990.

WUSTHOF, Roberto. **O que é prevenção às drogas**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

VARGAS, Heber Soares et al. **Prevenção geral das drogas**. São Paulo: Cone, 1993 175p.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização**. Rio de Janeiro: Record, 1997. 142p.

VIZZOLTO, Salete Maria. **A droga, a escola e a prevenção**. Petrópolis: Vozes, 1992.

VIZZOLTO, Salete Maria et al. **Educação sexual e prevenção ao uso de drogas** Florianópolis: Lunardelli, 1997. 225p.

ZALUAR, Alba. **Drogas e cidadania**: repressão ou redução de riscos. 1 ed. São Paulo:

## **APÊNDICES**

Ministério da Educação e do Desporto  
Secretaria de Projetos Educacionais Especiais

# Diretrizes para uma Política Educacional de Prevenção ao Uso de Drogas

Série Educação  
Preventiva Integral





Ministério da Educação e do Desporto  
Secretaria de Projetos Educacionais Especiais

Ministro da Educação e do Desporto  
Murilo de Avellar Hingel

Secretário Executivo  
Antônio José Barbosa

Secretário de Projetos Educacionais Especiais  
Marco Antônio Dias Pontes

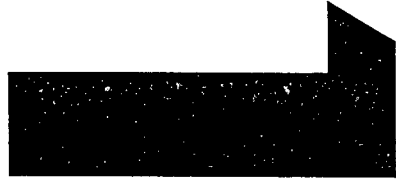
Gerente do Programa de Educação Preventiva  
Beldur Oscar Schubert

APOIO:

UNESCO  
Representante no Brasil  
Miguel Angel Enriquez

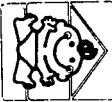
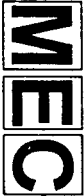
UNDCP  
Diretor no Brasil  
Giovanni Guaglia

OEAN/CICAD



# Diretrizes para uma Política Educacional de Prevenção ao Uso de Drogas

Série Educação  
Preventiva Integral



## DIRETRIZES PARA UMA POLÍTICA EDUCACIONAL DE PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS

Ministério da Educação e do Desporto - MEC  
Secretaria de Projetos Educacionais Especiais - SEPESEPE  
Av. N/1 Leste, Pavilhão das Meias. CEP 70150-900, Brasília - DF.  
Fones: (061) 321-8636; 321-8637  
Fax: (061) 224-9061

B071

Este documento foi revisado e atualizado por:

*Baldur Schubert*, Gerente do Programa de Educação Preventiva da  
Secretaria de Projetos Educacionais Especiais/SEPESEPE/MEC, e  
*Richard Bucher*, Assessor da UNESCO.

B823d Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Projetos Educacionais Especiais.

Diretrizes para uma política educacional de prevenção ao uso de drogas / Secretaria de Projetos Educacionais Especiais. - Brasília : MEC/SEPESEPE, 1994.

62 p. (Série Educação Preventiva Integral, I)

1. Política da educação. 2. Orientação aos toxicômanos. 3. Prevenção ao uso de drogas. I. Título. II, Série.

CDU : 37.014

Apresentação.....	7
Educação Preventiva.....	9
Linhas de Ação para o Programa de Educação Preventiva do MEC.....	31
Recomendações Finais.....	43
Síntese da Reunião Técnica do MEC.....	47
Anexos.....	51

O Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (PRONAIICA), instituído pela Lei 8642/93, coordenado pelo MEC e gerenciado pela Secretaria de Projetos Educacionais Especiais - SEPESE -, insere-se no esforço governamental de apoio às iniciativas inovadoras, que levem à promoção da cidadania e à melhoria da qualidade de vida. Particularmente, a Portaria nº 122, de janeiro de 1993, do Ministro de Estado da Educação e do Desporto, instituindo o Comitê Nacional de Educação Preventiva Integral - CONEPI, reforça substancialmente as ações voltadas para a educação preventiva, tais como: doenças sexualmente transmissíveis, AIDS, meio ambiente, drogas, sexualidade e cidadania.

O documento ora apresentado reúne o somatório dos esforços do Ministério da Educação e do Desporto (MEC), na busca de um plano mestre nacional para a educação preventiva contra o uso das drogas.

O texto contém as contribuições originárias da Reunião Técnica realizada em março de 1992, em Brasília, sobre o tema *Prevenção de Drogas, atualizado e adicionado às informações obtidas no Seminário de Planejamento Estratégico - Plano Mestre Nacional do Brasil para a Prevenção ao Abuso de Drogas: 1993 - 1998*, ocorrido em janeiro de 1993, na cidade de Canela/RS. Apresentado ao CONEPI, foi objeto de análise e discussão de sua segunda reunião, em outubro de 1993,

quando foi aprimorado e aprovado. Posteriormente, em fevereiro de 1994, foi aprovado pelo Conselho Federal de Entorpecentes - CONFEN -, em caráter definitivo.

O objetivo primordial do MEC é tornar disponível ao Sistema Educacional Brasileiro um documento orientador, com vistas à elaboração de planos operacionais do setor em níveis federal, estaduais e municipais, planos esses que devem representar a contribuição do setor educacional para a concretização de ações que propiciem a conscientização da comunidade escolar e, através dessa, da sociedade em geral, para a redução da demanda das drogas e a melhoria da qualidade de vida.

Tais planos devem ser elaborados em estreita articulação com órgãos representativos da comunidade, em particular com os Conselhos Federal, Estaduais e Municipais de Entorpecentes - CONFEN, CONENS, COMENS.

Cumprir destacar o apoio das organizações internacionais do setor, especialmente da OEA/CICAD, da UNESCO, da UNDCP e da OMS/OPS.

# 1

## Educação Preventiva

## Definições de Intervenções Preventivas

**C**lassicamente, as intervenções que visam reduzir o uso existente ou potencial de drogas se referem à prevenção e ao tratamento. A distinção entre prevenção primária, secundária e terciária é comum em saúde pública; porém, sua aplicação ao uso de drogas deve respeitar as peculiaridades de um modelo ecológico indiferente sobre a índole da demanda e a interação de três fatores fundamentais - a pessoa, a droga e o meio ambiente.

A prevenção primária abarca as medidas que pretendem preservar os jovens quanto ao envolvimento com drogas ou que visam, ao menos, evitar que os usuários eventuais se tornem habituais, ajudando-os a desenvolver espírito crítico perante as primeiras experiências. A prevenção secundária tenta evitar a progressão do hábito rumo ao uso descontrolado ou disfuncional, enquanto que a terciária se dirige aos usuários já com problemas decorrentes do uso (absenteísmo, dificuldades de saúde ou de aprendizagem, delinquência), mas ainda não dependentes.

Objetivando evitar o surgimento de problemas ligados ao uso e abuso, o mais pertinente seria atuar diretamente sobre as causas do fenômeno. Contudo, não existe unanimidade quanto a tais causas: há diferentes níveis de explicação - referentes ao indivíduo, à família, à escola, à cultura, à influência dos pares, à sociedade, à presença de drogas, entre outros - que não se coadunam. Não se pode, pois, pressupor um processo uniforme obedecendo a uma lógica unívoca.

Por outro lado, mesmo na ausência de uma teoria etiológica comprovada, ações preventivas deixam-se desenvolver com uma certa eficá-

cia, desde que os conhecimentos teóricos disponíveis permitam estabelecer hipóteses operacionais plausíveis e aplicáveis; conjugando os dois, reúnem-se condições para implantações com determinada probabilidade de efeitos positivos. Isto pressupõe, porém, que as hipóteses estruturais e funcionais emitidas a partir das elaborações teóricas, em particular sobre as interações entre escola, família, sociedade e drogas, sejam acessíveis aos responsáveis pela educação preventiva, no caso os diretores, orientadores e docentes e, em seguida, aos pais de família e à comunidade escolar em geral.

## Princípios Gerais de Educação Preventiva

**A**s programações preventivas devem considerar os contextos histórico, sociocultural e econômico nos quais se insere a população-alvo. O sucesso de intervenções preventivas depende do conhecimento objetivo da realidade do consumo e das motivações que a sustentam. Tal realidade é produto dos sujeitos envolvidos nos processos histórico, econômico e simbólico da sociedade; qualquer intervenção, para que seja humanizadora, deve respeitar os seus níveis de estruturação. A transição de programas desenvolvidos só poderia ser parcialmente aceitável e nos pontos de identidade ideológica e de fatores concorrentes. Nessas eventualidades, o intercâmbio poderia nutrir a experiência nacional.

A educação preventiva deve levar em conta as estruturas sistêmicas dos estados e municípios, bem como a organização curricular das escolas e as ações humanas nelas vivenciadas. Diante da grande diversidade geopolítica e cultural do país, a flexibilidade de um programa

nacional é fundamental; a partir de um tronco comum de idéias e princípios definidos pelo MEC, deve ser capaz de atender às singularidades regionais, à cultura local, às condições e prioridades de cada escola, ao currículo escolar, às reivindicações da comunidade, e às peculiaridades individuais da clientela.

Antes de estabelecer programas preventivos, é imprescindível proceder a um diagnóstico da situação do consumo das drogas na comunidade escolar, bem como das atitudes que se deixam discernir diante delas. Através de sondagens simples, cabe determinar os níveis de conhecimento e de interesse do grupo escolar, para que se possa atender às suas necessidades e expectativas e detectar os fatores potenciais de risco.

A educação preventiva deve ser integrada aos outros programas educacionais e levar em conta os programas sociais e de saúde, delimitando claramente as ações. Assim, programas escolares terão reduzida eficácia para a prevenção secundária ou terciária; no caso de identificação de aluno em situação de risco, usuário ou já dependente, é necessário recorrer aos programas assistenciais especializados que existem em outros setores, e com os quais cabe manter contatos desde o início.

No planejamento de programações preventivas, cabe atentar à realidade do consumo no grupo-alvo para abarcar todas as drogas existentes, tanto lícitas quanto ilícitas. Trata-se de prevenir o abuso de todas as substâncias psicoativas, nocivas para a saúde individual e coletiva. Atenção particular deve ser dirigida ao consumo de álcool, tabaco, inalantes e medicamentos psicotrópicos, por serem os produtos mais presentes no cotidiano escolar do Brasil, conforme os levantamentos realizados pelo CEBRID, e outras instituições.

O problema das drogas deve ser abordado em visão ampla, biopsicossociocultural. Deve-se levar em conta que as drogadições são consequências do encontro singular entre um indivíduo em situação de vul-

nerabilidade, uma substância com propriedades psicoativas que o mobilizam de uma forma ou outra, e um contexto marcado por carências múltiplas, provocações ao consumismo e facilitação do acesso.

A educação preventiva deve ser direcionada para ações de valorização da qualidade de vida, ou seja, para ações que busquem o equilíbrio do homem no meio ambiente, visando à ampliação dos compromissos do indivíduo em relação a si mesmo, ao outro e à comunidade. Ao invés, os jovens em uma visão de vida alternativa, dinâmica e assumida, serão eles levados a compreender a existência como possibilidade de expansão pessoal e de transformação social, baseadas na qualidade de uma vida saudável e na busca de soluções criativas. As drogas, aí, representam um agressor entre outros presentes na vida moderna; o uso de drogas não constitui, pois, um mero processo de alienação social ou de entrega ao "vício", mas sim um dos fatores que prejudicam a formação equilibrada dos jovens, que deveria habilitá-los a agir com independência, criticar criteriosamente e participar de construções coletivas.

Dentro da concepção de valorização da qualidade de vida, deve-se evitar o apelo à "pedagogia do terror" e aos seus procedimentos de amedrontamento e intimidação; pautada na exacerbação das advertências sobre os perigos advindos do consumo de drogas, ela impede a formação de uma consciência crítica, capaz de lidar com os riscos. Não convide a refletir através da censura; convide a refletir, levando em conta a atração que condutas de risco exercem sobre grande parcela técnico-científica dos jovens, com bons níveis de informação já atingidos. Deve-se propor conteúdos objetivos, transmitidos com lucidez e seriedade, sem atitudes emocionais, moralistas ou sensacionalistas, para que se alcance credibilidade elevada das ações programadas.

Programas de prevenção devem permeiar todo o currículo escolar, valorizando o professor como mediador privilegiado do processo. In-

centivar atitudes positivas no sentido de desenvolver e conservar a saúde são fatores de proteção frente ao uso de drogas, a serem incentivados através de atitudes e posturas coerentes de todo o corpo docente e administrativo das escolas. O professor deve constituir-se, neste processo, como interlocutor privilegiado do educando, capacitando-se com treinamentos específicos para enfrentar a questão com objetividade, sem medo e sem alarde. Sua atitude segura evita também a tomada de posições opostas de permissividade ou apologia.

1. Toda ação educacional deve prover-se de dados da realidade para possibilitar correlações profundas e integradoras. As intervenções de pessoas estranhas ao cotidiano escolar devem ser evitadas, por serem episódicas e sem continuidade. Conhecendo os recursos disponíveis na escola e as aspirações do alunado, o professor tem as melhores oportunidades de mediar as informações necessárias para a estruturação de um espírito reflexivo-crítico perante as opções que se apresentam na vida, servindo, ademais, de modelo de identificação positivo.

2. O planejamento e a implantação de programas preventivos devem contar com a adesão de todos os níveis do sistema educacional. A posição vertical, sem a participação do corpo docente e administrativo diretamente envolvidos com o ensino e sem consulta à comunidade escolar ampla, encontra sérias resistências à sua efetivação. Para que haja um apoio institucional integrado, envolvendo os diversos níveis do sistema educacional, o programa precisa da participação de todos, apoiando-se em um referencial teórico, consistente, e que se coadune com o pensamento pedagógico moderno.

3. O êxito da atividade do professor no processo depende, entretanto, de que ele absorva perfeitamente a filosofia e os objetivos visados, identificando-se como um verdadeiro promovedor da prevenção integral. A educação preventiva deve visar à formação, a médio e longo pra-

zos, visto que a informação é necessária, mas insuficiente. Intervenções esporádicas (campanhas, palestras, comícios, maratonas) podem alterar momentaneamente a percepção do problema, com base em repercussões emocionais ou morais, mas raramente modificam as atitudes e condutas frente às drogas. Não é possível visar um impacto social imediato, pois a ação educacional é um processo contínuo e sistemático, pautado em metas referentes à qualidade da vida de toda a comunidade escolar.

Para o êxito de qualquer programa preventivo, são necessários investimentos que valorizem a escola e seus profissionais. Estes necessariamente precisam ser figuras de identificação significativas para o alunado e ser capazes de se apropriarem de esquemas mais globalizantes para tratar as temáticas humanas cruciais, como as representadas pelas drogas. Destarte, a valorização pública das funções docentes é requisito indispensável para o sucesso da educação preventiva.

Os procedimentos implantados para uma educação preventiva devem ser passíveis de avaliação. Esta deve ser múltipla e aplicar-se aos resultados, processos e estruturas, bem como detectar e avaliar o impacto das ações no público-alvo. Sendo sua função essencial apoiar as decisões de planejamento, ela não pode ser relegada ao final do programa, mas deve ser desenvolvida paralelamente à execução, oferecendo assim subsídios para orientar e corrigir a condução das ações.

Os pressupostos enumerados contêm concepções gerais, a serem adaptadas e contextualizadas, levando em conta as contingências no âmbito onde se pretende desenvolver o trabalho preventivo, em particular as condições de restrição que marcam o cotidiano escolar.

## Objetivos Possíveis da Educação Preventiva

Os programas de educação devem pautar objetivos realistas. Se for difícil pretender erradicar o uso de drogas na sociedade, posto que representa manifestações da vida social e cultural, é a esse nível que devem incidir as ações preventivas de estímulo à valorização da qualidade de vida e no equilíbrio do homem com seu ambiente, como alternativas ao consumo de drogas.

Apresentam-se como objetivos limitados ou mesmo modestos, mas passíveis de realização, o aumento do autocontrole das pessoas sobre o seu consumo de algumas drogas, como por exemplo o álcool, e a efetivação de opções conscientes, fundamentadas no conhecimento objetivo dos efeitos das diversas drogas e na compreensão das razões que levam à sua procura.

Como objetivos concretos e avaliáveis, deixam-se enumerar: elevar a idade de iniciação ao consumo de certos produtos, ou seja, dissuadir os mais jovens de se entregarem precocemente a drogas como o álcool; criar um clima cultural e social, incitando a não consumir produtos que provoquem dependência; diminuir a tendência à auto-medicação, por conseguinte, à farmacodependência; reduzir os fatores de riscos relacionados com a vulnerabilidade da personalidade jovem; inverter a tendência de crescimento do consumo de drogas constatada entre os estudantes brasileiros.

No que tange à prevenção, o papel dos educadores consiste em recorrer a métodos e abordagens que favoreçam maior realização social e pessoal, reduzindo-se assim os efeitos negativos de um uso eventual de drogas. Dessa maneira, ações de educação preventiva podem pre-

tender atingir os seguintes objetivos entre os alunos: aumentar a compreensão de si mesmos; formar auto-estima positiva; aumentar a confiança em si; encorajar atitudes de transmitir maior confiança no sucesso; encorajar atitudes de autodeterminação; incentivar experiências que incluam o respeito a si mesmo, a outrem e à dignidade humana; valorizar as qualidades pessoais e sociais indispensáveis para posicionamentos criativos e eficazes de uma sociedade em rápida mutação.

Em nível do indivíduo, vislumbra-se os seguintes objetivos relacionados às drogas: reforçar o não-uso e desencorajar o uso, bem como aumentar o discernimento crítico frente a tais produtos.

As metas centradas na pessoa enquanto cidadã podem ser: encorajar o exercício de funções sociais adequadas, a aquisição de competências sociais e a disponibilidade frente a responsabilidades sociais; reforçar a autonomia pessoal; incentivar o desenvolvimento afetivo e social, a integridade moral, o senso de dignidade e de cidadania.

No tocante à comunidade, deixam-se distinguir como objetivos ligados à área da educação: desenvolver a formação de grupos profissionais em função das necessidades preventivas locais e das estruturas institucionais disponíveis, e aperfeiçoar métodos preventivos integrados que focalizam a comunidade e a cultura popular.

Quanto às instituições sociais, os objetivos educacionais podem ser: favorecer a melhoria do clima afetivo e comunicativo na família, na escola e nos grupos de pares; incentivar a criação de centros para lazer, esportes e atividades alternativas na comunidade; evitar atitudes e mensagens que estigmatizam os usuários de drogas e outras minorias.

No plano de uma política nacional de drogas, deixam-se destacar como objetivos de educação preventiva: integrar ações preventivas relacionadas com o consumo de drogas nos programas educacionais e sociais existentes; melhorar e adequar às realidades nacionais mutantes os



programas e currículos escolares no conjunto; coordenar os esforços de educação preventiva concernentes às drogas, como aqueles de educação sanitária, social, moral e cívica; envidar esforços visando garantir os meios necessários para a adoção de medidas concretas e rápidas na implantação de ações preventivas; interferir nos fatores sócio-econômicos, jurídicos e estruturais vinculados à educação preventiva, a fim de facilitar a realização dos objetivos enumerados.

## Planejamento de Ações de Educação Preventiva

A formulação de objetivos realistas e metas concretas é a condição essencial para um planejamento pertinente e passível de efetiva implementação e êxito. As ações planejadas devem prever ampla interdisciplinaridade, envolvendo os diversos profissionais das ciências humanas e de saúde para alcançar todos os membros do corpo social, bem como contatos interinstitucionais e intersetoriais estreitos entre os diversos órgãos públicos de atuação na área, para garantir o desenvolvimento integrado dos programas.

Sendo o consumo de drogas um fenômeno complexo, implicando componentes individuais e sociais, a responsabilidade da prevenção é simultaneamente social e individual. Assim sendo, os planejamentos devem envolver elementos participativos de todos os segmentos da comunidade, pelos canais formais e informais, centrais e periféricos.

As ações de educação preventiva planejadas devem focalizar a colaboração de amplos segmentos da sociedade organizada, mobilizando tanto entidades governamentais quanto não governamentais. Em par-

titular, deve-se prever a ativação de toda a micro-sociedade formada pela comunidade escolar, em estreita colaboração com os pais.

Cabe planejar as estratégias preventivas em dois níveis. Em primeiro lugar, em um nível indireto e não específico, deve-se promover a formação pessoal do aluno a médio e longo prazos, por meio de um processo educativo integrador.

Em segundo lugar, em nível direto, cumpre prever a transmissão de informações fidedignas, objetivas, realistas e atualizadas sobre as drogas e seus efeitos, a fim de subsidiar a reflexão pessoal e coletiva dos alunos e encetar processos decisórios conscientes. As estratégias acima mencionadas deverão fazer parte do planejamento dos sistemas em todos os níveis.

Tendo-se em vista as variáveis individuais e sociais mencionadas, propomos que ao final das palestras, ou à medida que o plano educacional vá se desenvolvendo naquela comunidade, os profissionais se coloquem à disposição para um atendimento individual.

Muitos jovens sentem maior facilidade para se expor em um espaço reduzido, privado e íntimo. Objetiva-se, com isso, que o adolescente encontre um caminho mais individual para discutir um problema seu ou até para saber como lidar, por exemplo, com algum familiar, e conseguir indiretamente ajudá-lo.

Os planejamentos devem levar em conta os dados disponíveis sobre a realidade do consumo de drogas nas escolas brasileiras, bem como as contingências e limitações da atual situação nacional da educação, em níveis tanto formal quanto informal.

## Abordagens de Educação Preventiva

**O**s programas escolares e comunitários de educação preventiva devem ser coordenados e obedecer pressupostos claramente enunciados, seja o enfoque principal informativo, educativo, ou psicossocial. No âmbito psicossocial, distinguem-se as propostas que visam ao crescimento do controle social - pela diminuição da tolerância diante dos desvios os mais variados e pelo aumento do controle punitivo sobre os indivíduos - e aquelas que visam ao oferecimento de alternativas.

Neste último caso, não se pretende intervir diretamente no consumo de drogas, mas agir sobre as condições sociais presumíveis de facilitá-lo. Dessa maneira, incentivam-se a formação de grupos de jovens (culturais, esportivos e de lazer), programas de instrução profissional, montagens de escolas especiais, dirigindo-se com preferência a grupos de risco ou minoritários.

No âmbito educacional, distinguem-se seis abordagens principais, orientadas segundo modelos do princípio moral, do amedrontamento, da informação científica, da educação afetiva, da qualidade de vida e da pressão do grupo. O modelo que focaliza o princípio moral apela à condenação do uso de drogas em função de pressupostos religiosos, morais ou éticos. Invoca valores tais como patriotismo ou sacrifício pelo bem comum. Segundo avaliação recente, esta abordagem é contraproducente na grande maioria dos casos, por não suscitar adesão às teses propostas.

A abordagem que privilegia o amedrontamento do alunado baseia-se em campanhas informativas sobre os lados negativos das drogas, com o intuito de assim persuadir os jovens a evitá-las. Inspirado pela "pedagogia do terror", este modelo se mostrou pouco eficaz, por não

mobilizar a juventude no sentido desejado e por ter pouca credibilidade face à experiência com drogas no cotidiano; o fato, por exemplo, de problemas graves aparecerem somente em usuários crônicos, desmoraliza as alegações dramáticas usadas.

O modelo baseado no conhecimento científico se propõe, em oposição ao anterior, a transmitir informações de modo imparcial e objetivo, para que o educando possa tomar decisões racionais sobre o uso ou não de drogas. Porém, segundo avaliações recentes, o aumento do conhecimento sobre drogas e seus efeitos não se traduz automaticamente por uma diminuição do consumo, pois em si não muda as atitudes frente às drogas. Não obstante, o modelo continua muito em uso para auxiliar programas educativos mais amplos.

A abordagem centrada na educação afetiva visa modificar os fatores de personalidade que podem predispor ao uso de drogas. Com determinadas técnicas, propõe-se a desenvolver a auto-estima, a capacidade de lidar com tensões, frustrações e angústias, a habilidade de decidir e interagir em grupo, a comunicação verbal e expressão não verbal, e a capacidade de resistir a pressões. As avaliações destacam a dificuldade de implementar tais programas nas escolas, por eles exigirem treinamentos especiais dos educadores e disposição interna para acatar mudanças pedagógicas.

O modelo que preconiza o aumento da qualidade de vida pretende promover estilos de vida saudáveis para barrar a procura por drogas. Adotando um enfoque de ecologia médica ou de ecologia humana, as drogas são discutidas enquanto agressores a uma vida saudável, ao lado de outras como poluição, barulho, agrotóxicos, trânsito, violência, miséria, desemprego, injustiça social, armamentos, consumismo, etc. Desta forma, espera-se redimensionar o problema das drogas dentro de um contexto amplo, transmitindo mensagens de valorização da vida.

A abordagem com enfoque na pressão positiva do grupo tenta mobilizar líderes naturais dos jovens para que assumam atitudes anti-drogas nas atividades corriqueiras das diversas faixas etárias. Espera-se, deste modo, que a coesão afetiva dos próprios jovens forme organizações de solidariedade e auto-ajuda, afastando as drogas da convivência cotidiana ou, ao menos, desestimulando seu uso.

## Métodos e Materiais Aplicáveis à Educação Preventiva

Um método é um meio para atingir determinadas finalidades. Como estas envolvem seres humanos, a qualidade humana de um método, ou seja, sua capacidade de mobilizar o potencial psico-afetivo, cognitivo e social dos beneficiários de um programa é mais importante do que sua qualidade técnica.

Visões simplistas a cerca da questão das drogas levam a propor métodos igualmente simplistas, como aqueles que focalizam o ensino de dados sobre drogas e seus efeitos, ou que tentam transmitir mensagens contendo apenas interdições e exortações.

Para dissuadir os usuários potenciais de drogas, os métodos e materiais devem centrar-se na pessoa tanto jovem quanto adulta, para favorecer o seu desenvolvimento positivo, apontando alternativas para as situações de risco, podendo envolver drogas. Considerando o jovem em sua totalidade biopsicossocial, abrem-se muitas perspectivas para a elaboração, a escolha e as técnicas de utilização das estratégias e dos meios de ensino. Sendo assim, as atividades escolares, extra-escolares e comunitárias possíveis apresentam-se extremamente diversas.

Os métodos usados devem apelar alternativamente à comunicação intra e interpessoal, à expressão verbal e não verbal, a trabalhos individuais e de grupo, para favorecer maiores trocas entre os corpos docente e discente e para assegurar processos integrados de aprendizagem e de desenvolvimento dos jovens.

Os programas que usam materiais e meios concebidos em outros países devem ser analisados criticamente, podendo ser ou não usados para subsidiar intervenções em nível nacional para outras culturas e outras realidades, principalmente quanto àqueles que recorrem demasiadamente aos meios de comunicação de massas, que devem ser evitados, pois correm o risco de não se adaptarem às características culturais do grupo-alvo e suas contingências concretas.

Na escolha de métodos, deve-se dar prioridade aos "métodos ativos", ao diálogo e a intercâmbios contínuos, usando técnicas capazes de despertar o interesse dos alunos e transformá-los em parceiros ativos das experiências de ensino preventivo.

A elaboração de materiais e métodos não deve ser entregue apenas a equipes de especialistas, mas deve envolver também educadores e alunos, para que não sejam receptores passivos de pacotes aprontados por pessoas estranhas ao contexto da realidade escolar. Outrossim, os materiais "todos prontos" devem alternar com materiais a serem preparados pelos próprios alunos, para incentivar seu interesse e a interiorização real da proposta, sua participação, criatividade e responsabilidade.

Os programas de educação preventiva veiculados pela mídia eletrônica não devem abordar diretamente o problema das drogas, posto que não oferecem possibilidade de discussão e diálogo; eles devem focalizar mensagens que transmitam a idéia de um desenvolvimento positivo do jovem, de uma vida saudável e da adoção de valores integridadores, temas a serem debatidos com os educadores.

Focalizando os valores da educação afetiva, cabe recorrer aos métodos e técnicas elaboradas para esta finalidade, tais como: exercícios de clarificação de valores, de simulação, de solução de problemas, de tomada de decisões pela avaliação das opções mais adequadas.

Os critérios de aplicabilidade, simplicidade, veracidade, inteligência e inteligibilidade do material devem garantir sua qualidade técnica e humana. Eles devem ser considerados tanto durante a sua elaboração quanto ao longo de sua adoção e utilização, quer sejam cartazes, slogans, filmes, diapositivos, gravações, textos ou outros materiais.

De modo geral, o material didático disponível no Brasil é escasso e sem consonância com os princípios apontados acima. Cumpre, portanto, elaborar e identificar um material didático adequado, a fim de otimizar a capacitação do corpo docente, a informação do educando e a participação de toda a comunidade escolar.

## Formação para a Educação Preventiva

A implantação de um programa amplo de educação preventiva pressupõe a formação aprofundada de todos os profissionais envolvidos nos processos educacionais. Ações de capacitação devem fazer parte tanto da formação inicial destes profissionais quanto da sua formação contínua, a serem asseguradas por especialistas com qualificação científica comprovada, com experiência na área e com capacidade de exercer uma crítica social e ideológica perspicaz e responsável.

Além da formação inicial, vale prever formações complementares para os profissionais encarregados de funções - chaves ou especi-

ficas, como coordenadores de programas, animadores de grupos jovens, monitores de atividades especiais, educadores de rua, responsáveis por áreas médicas e paramédicas e especialistas em abordagem de famílias.

A formação dos profissionais deve referir-se ao ser humano em sua totalidade, enfatizando a compreensão ampla dos problemas ligados ao uso de drogas, para assegurar ações repousando em bases científicas; a aquisição de conhecimentos teóricos e práticos e o desenvolvimento de atitudes compatíveis com o papel de interventor nos meios escolares e extra-escolares; o conhecimento das características culturais e afetivas dos beneficiários-alvo; e o treinamento das aptidões de comunicação verbal e não-verbal, de compreensão e empatia para possibilitar climas de confiança e segurança.

Quanto aos critérios de seleção para uma capacitação especializada, enfatiza-se: que os profissionais encarregados desta tarefa tenham experiência de ensino; que os responsáveis pela execução e supervisão adquiriram conhecimento concreto no terreno; e que a formação de coordenadores, animadores ou monitores seja baseada em objetivos, estratégias e processos em comum.

A formação de especialistas deve visar aos efeitos multiplicadores em suas esferas de ação, operando ajustes sempre que os interesses e necessidades do setor ou da região o exigirem. Os próprios sistemas de ensino devem ser associados aos programas de capacitação, através da implantação de processos contínuos de formação e de reciclagem, para que possam alargar seus conhecimentos e participar de experiências inovadoras como, por exemplo, o ensino por telecomunicação.

Informações e orientações devem ser transmitidas aos pais e ao conjunto da comunidade escolar, por intermédio de escolas para pais, associações de pais e mestres e outros canais de comunicação disponíveis, para que haja um envolvimento amplo com as ações de educação pre-

um efeito multiplicador com repercussões nas instituições e na comunidade, levando em conta, ainda, os diversos fatores que estimulam o consumo em geral na sociedade.

- Integrar as ações de educação formal e não-formal, mobilizando a escola como transmissora de idéias preventivas até a comunidade, e valorizando seu papel de agente de integração.

- Reforçar, com atividades de interação entre escola e comunidade, a discussão dos valores cívicos referentes à justiça, ao respeito, à ajuda mútua, à cooperação, à generosidade e à tolerância, focalizando estes valores no interior de uma educação para a saúde e a qualidade de vida.

- Promover programas escolares integrados a fim de assegurar uma educação com enfoques na formação pessoal de crianças e adolescentes em termos de um equilíbrio entre o desenvolvimento dos aspectos afetivos, expressivos, intelectuais e cognitivos, subsidiando as informações sobre drogas por discussões, encenações teatrais, jogos de papéis, dinâmicas interacionais e outros meios didáticos participativos.

- Motivar os poderes públicos a fim de melhorar as condições de trabalho do corpo docente e, conseqüentemente, a qualidade do ensino e das relações educador-aluno, por meio de atividades concentradas, prevenindo horários especiais para as atividades de prevenção, orientação e consulta, os conselhos e colegiados, o planejamento institucional, os contatos com os pais e toda a comunidade escolar.

- Promover, com a maior frequência possível, atividades preventivas extra-escolares, na própria escola ou na comunidade, com a participação de famílias, associações e instituições particulares, baseando as atividades de prevenção em um intercâmbio permanente entre as forças organizadas, interessadas e responsáveis da sociedade.

- Criar vias de comunicação fluídas entre os responsáveis pelos ensinamentos de primeiro e segundo graus, das escolas de formação técnica, dos cen-

tros de formação ao magistério e das universidades, a fim de favorecer o intercâmbio de experiência no tocante à prevenção do uso indevido de drogas e à promoção da qualidade de vida, visando, ainda, adaptar os currículos escolares às condições sociais do ensino.

- Incluir matérias sobre drogas, prevenção e qualidade de vida nos programas educativos para adultos e jovens pouco escolarizados, para que esta população específica participe e divulgue a discussão dessas questões na comunidade.

- Implantar programas educativos enfatizando o uso apropriado de medicamentos, o perigo da auto-medicação, o caráter perigoso da publicidade de drogas socialmente aceitas, os danos ocasionados por produtos solventes desviados do seu uso técnico, e relacionar tais abusos às pressões existentes na sociedade ou na própria comunidade escolar.

- Incentivar a prática de atividades de esportes, de lazer, de cultura, bem como de grupos de estudo, discussão e ação social, para que abordem, sem artificialidade, questões tocantes à prevenção ao uso indevido de drogas, sempre dentro do contexto da valorização da vida.

- Propiciar um clima de confiança entre educadores e alunos para que a escola não fique alheia à realidade da presença de drogas na juventude e para que as seguintes atitudes prevaleçam:

- tomar conhecimento dos problemas existentes, ao invés de fazer de conta que não há problemas;
- ter em mente que a escola é, juntamente com a família, o lugar privilegiado para a educação de jovens no que tange às drogas e à qualidade de vida, não expulsando, discriminando ou rotulando os jovens com problemas;
- promover envolvimento permanente dos pais com a discussão dos problemas da escola e da comunidade;
- difundir entre os alunos senso crítico diante de questões sociais.

como o consumo de drogas;

- motivá-los, por meio de técnicas pedagógicas participativas, a tomar decisões desenvolvendo senso de responsabilidade;

- não expulsar, não discriminar e não rotular alunos envolvidos com drogas nem isolá-los, mas procurar diálogo e integrá-los nas atividades estudantis, lazer, esporte e debates;

- investigar, numa linha compreensiva, os fatores de ordem pessoal, familiar e social desses alunos, ao invés de denunciá-los em público;

- zelar quanto a informações adequadas, objetivas e verídicas sobre drogas, adaptadas à população-alvo com a qual se trabalha;
- desenvolver técnicas dinâmicas e interacionais junto aos alunos, ao abordar a questão das drogas e outros agressores à vida;
- oferecer espaço e receptividade para que os alunos coloquem suas dúvidas, questionamentos, experiências e dificuldades;
- respeitar as opiniões dos alunos, procurando discuti-las com argumentos lógicos, coerentes, sem preconceitos, emoções e ideologias;
- oferecer ajuda concreta, de acordo com o nível constatado dos problemas e o envolvimento dos alunos concernidos;
- insistir para que os problemas de drogas sejam discutidos por todo o corpo docente, junto à diretoria e aos pais, recorrendo, eventualmente, à orientação especializada;
- mobilizar professores ou alunos líderes para abordar os problemas constatados e para entrar em contato com eventuais envolvidos; e
- defender atitudes firmes, baseadas em uma autoridade autêntica, vinculadas à compreensão, respeito e disposição permanente ao diálogo.

## 2 Linhas de Ação para o Programa de Educação Preventiva

## Diretrizes Gerais

**D**urante os três dias de trabalho da reunião técnica foram discutidas, a partir dos documentos de trabalho enviados previamente aos participantes, as idéias e princípios básicos que devem nortear as ações de educação preventiva a serem definidas pelo MEC e a serem implantadas pelas Secretarias Estaduais de Educação (SEEs). Desta forma, são determinados os papéis institucionais normativos enquanto marcos de referência para que as futuras ações de capacitação de recursos humanos e de confecção de material didático assegurem um desenvolvimento criterioso dos programas de educação preventiva.

Dispondo das presentes diretrizes, o MEC decidirá quanto à política de implementação a ser proposta aos estados. A estes, devidamente informados e sensibilizados, cabe definir as estratégias a curto prazo, após uma avaliação criteriosa da situação das drogas no estado e nas escolas, bem como dos recursos e infra-estrutura existentes, definindo as prioridades para a implantação local do programa.

Apresentam-se em seguida as idéias-diretrizes estabelecidas, reagrupadas sinteticamente, conforme os objetivos da reunião: definir as linhas de ação para os programas no estado e demarcar as suas modalidades de implementação.

As ações pedagógicas devem ser inseridas num contexto social amplo e ser sistemáticas e contínuas, sendo que sua responsabilidade constitucional assumida pelas autoridades, em oposição a ações isoladas e iniciativas particulares ou momentâneas, muitas vezes empreendidas para preencher o vazio institucional.

A implantação do programa deve ser precedida pelo mapeamento diagnóstico da situação das drogas, seja no estado, no município ou nas

escolas, para que se possa, a partir da avaliação da situação real do consumo, das frequências de uso, dos tipos de drogas e usuários, planejar intervenções adequadas que coadunem com os princípios pautados:

A idéia de "prevenção" e dos objetivos a serem alcançados deve ser claramente definida, situando as drogas como agressores à saúde integral, apreendendo os fatores de risco oriundos de carência e vulnerabilidade preexistentes e refletindo sobre a função social da droga, enquanto objeto de consumo inserido no panorama geral do consumismo moderno, em oposição a abordagens repressivas, a cruzadas anti-drogas emocionais ou sensacionalistas, ou ainda a abordagens priorizando o produto em detrimento do contexto econômico e sócio-cultural e da personalidade do usuário.

Informações sobre drogas e seus efeitos são necessárias, mas insuficientes. Elas devem chegar aos alunos e à comunidade escolar permeando todo o currículo escolar de forma clara e objetiva, sem distorções alarmistas ou aterrorizantes, visando sempre à melhoria da qualidade de vida, o objetivo mais abrangente das ações preventivas.

Os programas de educação preventiva a serem implantados devem basear-se em princípios científicos, democráticos, personalizadores e holísticos, a serem garantidos pelos responsáveis em nível do MEC e dos órgãos estaduais, e devem incentivar a cooperação dos alunos e a integração participativa com toda a comunidade escolar.

As ações a serem implantadas devem propiciar condições para que as unidades escolares possam montar e implementar seus próprios projetos, de acordo com sua realidade e suas necessidades e com a mobilização de toda a comunidade escolar, nas diversas fases do processo.

As ações de educação preventiva devem desenvolver-se em estreita cooperação com as universidades, com os Centros Regionais de Referência existentes e a serem criados, com as instituições que já enviam

esforços na área e com os centros de tratamento, tanto para assegurar a retaguarda para o encaminhamento de usuários como para alimentar a reflexão multidisciplinar e participativa sobre os conteúdos dessas ações.

As avaliações devem ser constantes e desenvolver-se ao longo dos processos a serem implantados, em nível tanto quantitativo quanto qualitativo, usando indicadores mensuráveis e não mensuráveis, atentando às tendências de colaboração, de interesse, de mudança e inovações nas escolas, nas instituições e na comunidade escolar.

A permanência das ações implementadas pelo MEC exige a mobilização de toda a sociedade civil e das suas organizações para que se engajem, por um envolvimento criterioso, em prol da continuidade dos trabalhos, além das mudanças políticas periódicas e das discontinuidades administrativas.

Deve-se procurar interações intersetoriais permanentes, em particular entre o CONEPI (MEC) e o Ministério da Saúde, com o apoio do CONFEN e a cooperação dos órgãos das Nações Unidas, para garantir a permanência e integração dos programas a serem implantados.

## Capacitação de Recursos Humanos

Tendo em vista o objetivo de determinar as modalidades de treinamento para a capacitação dos educadores, foram estabelecidas as diretrizes seguintes:

A capacitação preliminar de todos os profissionais vinculados ao processo educativo é fundamental para o êxito do programa de educação preventiva, dentro de um processo contínuo e sistematizado,

respeitando os contextos regional e local. Ela deve visar à formação de multiplicadores, proporcionando os princípios pedagógicos contidos nas diretrizes apresentadas.

Para a sistematização de seu trabalho, o CONEPI estabeleceu como população-alvo a infância e a adolescência: no desenvolvimento do psicossocial, cognitivo e afetivo; nas funções, responsabilidades e deveres dos grupos de referência - família, escola, comunidade; nos direitos da criança e do adolescente para atendimento integral, de qualidade e continuidade; adequado ao contexto sócio-cultural; na atenção específica a crianças, adolescentes e jovens em situação de risco ou de exclusão social; no estímulo à criatividade, ao senso crítico e à participação do adolescente e do jovem nos processos educacionais formais e não-formais; e nas alternativas para os condicionadores massificantes e às atividades culturais integradas na comunidade.

Os aspectos a serem adotados são:

- Sexualidade: desenvolvimento durante a infância e a adolescência; dimensões humanas da sexualidade, da reprodução, do prazer e do amor, repercussões na família, na escola, na sociedade e nos meios de comunicação; importância dos papéis sexuais e das relações de gênero na vida social; saúde sexual e reprodutiva; planejamento familiar, contracepção, gravidez precoce e gravidez não desejada.

- Drogas: aspectos farmacológicos, psicológicos e epidemiológicos; das substâncias psicoativas, dos seus efeitos e do seu consumo; as drogas na família, na escola, na comunidade e nos meios de comunicação; legislação; repressão, ética e prevenção; as motivações para o consumo de drogas e as condutas de risco; drogas ilícitas e lícitas; alcoolismo e tabagismo; relações culturais e interpessoais; as alternativas para diminuir a vulnerabilidade às situações de risco; relações com a personalidade,

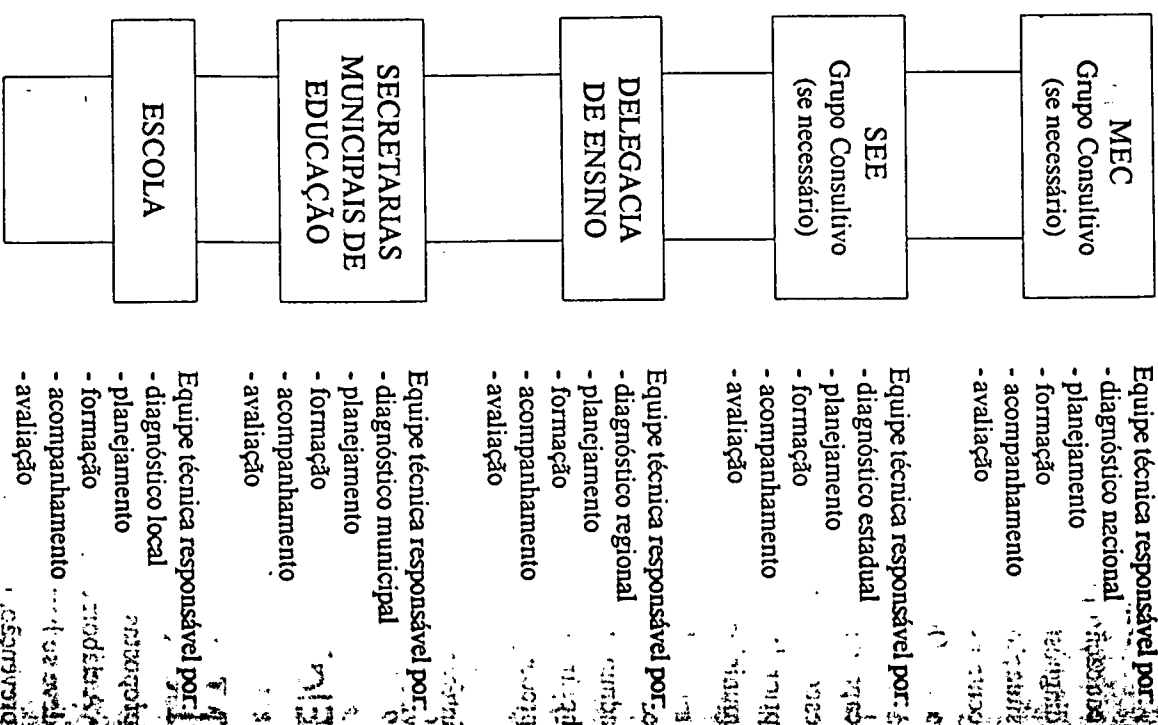


com as pressões sociais, com a sexualidade e com o prazer.

- Doenças Sexualmente Transmissíveis e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (DST/AIDS): aspectos biológicos e psicossociais; diminuição do problema da infecção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) e das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST); impacto das DST/AIDS na infância e adolescência; condutas de risco e modos de contaminação; relação com a ética, com a legislação e com os direitos humanos; atitudes preventivas de incremento à atividade sexual segura e de alternativas para diminuir o uso de drogas injetáveis.

• Ecologia Humana e Cidadania - preservação do ambiente e produção humana; o papel do homem no equilíbrio dos ecossistemas; a importância de redes de solidariedade, da comunicação nas relações humanas e do respeito a si, ao outro e ao ambiente; o valor dos sistemas culturais na construção da cidadania, nos processos de relacionamento interpessoal e na preservação da saúde pública; *protetores de saúde*: condições dignas de habitação, alimentação, higiene e infra-estrutura; atividades esportivas e de lazer; expressão cultural e artística; participação política e comunitária; condições de trabalho; valorização existencial, ética e religiosa; respeito aos valores e direitos humanos; educação para a saúde e o ambiente; saneamento básico; *agressores à saúde*: poluição; violência interpessoal; desrespeito ao trânsito; consumismo; corrida armamentista; fome; miséria; desemprego; analfabetismo; vida sedentária; condutas de risco voluntárias ou involuntárias; fatores ligados aos desequilíbrios da organização social e meio ambiente.

Os programas de capacitação de recursos humanos devem integrar-se ao seguinte organograma, respeitando as autonomias e responsabilidade institucionais e permanentes fluxos de interação:



Dentro do processo de capacitação de recursos humanos para a educação preventiva, deve ser incluída a elaboração de instrumentos diagnósticos e de avaliação, além de informações permanentes sobre a situação real das drogas, devidamente contextualizadas e levando em conta as implicações sociais para as populações-alvo.

Quanto à metodologia de capacitação, o MEC deve oferecer apoio à formação das equipes técnicas das SEE, reproduzindo a partir daí a capacitação para os outros níveis, mantida a autonomia de cada unidade escolar para montar seu projeto de acordo com as características, prioridades e demandas locais, devendo as equipes centrais, regionais e municipais responsabilizar-se pelo apoio à viabilização das propostas.

Quanto às modalidades de treinamento para a capacitação dos educadores, cabe ao MEC e às SEEs providenciar as devidas adaptações administrativas para proporcionar facilidades através da liberação de horários adequados e para superar as resistências, indisposições e preconceitos diante do tema em todos os níveis escolares.

O núcleo operacional responsável deve ser escolhido dentre os integrantes do próprio corpo docente regional, mediante habilitação que vise perscrutar a vocação dos integrantes para essa espécie de trabalho.

## Elaboração de Material Didático

N o que diz respeito ao objetivo de fixação de regras para definir as formas e os conteúdos do material didático a ser elaborado, são propostas as seguintes diretrizes:

- A elaboração de qualquer material didático (textos, audiovisuais, jogos) deve se harmonizar com as diretrizes políticas educacionais relativas à prevenção, cabendo a respectiva responsabilidade normativa ao MEC.

- O material didático deve ser elaborado levando em conta as expectativas da clientela, as propostas formuladas em nível local e descentralizado e os objetivos propostos para cada unidade escolar, e deve ainda, ser avaliado por especialista devidamente credenciado, antes de ser colocado na rede.
- Cabe ao MEC constituir grupos consultivos para avaliação, revisão e atualização do material existente, a ser completado pela confecção de novos materiais, sempre com a capacitação concomitante dos autores conforme as diretrizes do programa.
- O MEC deve decidir, por meio de grupos consultivos, sobre a tipologia de materiais didáticos, evitando a dispersão e enfatizando a distinção entre materiais de formação para educadores e instrutores, e outros para o aluno, ambos adaptados ao contexto de utilização.
- O conteúdo de todo material didático deve respeitar os itens definidos para a capacitação de recursos humanos em educação preventiva e tratá-los com isenção emocional, de maneira objetiva, clara e devidamente contextualizada.
- O MEC só deve adotar, adquirir e divulgar material didático aprovado pelas diferentes instâncias de decisão, criando, em colaboração com o CONFEN e FAE/MEC, um sistema de recomendações de tais materiais.
- A utilização de qualquer material didático requer a capacitação do precedente do educador, a ser proporcionada pelas instâncias competentes.
- Cabe ao MEC propor medidas de compatibilização entre o material didático elaborado, e o trato das questões referentes ao consumo de drogas pela mídia, em particular eletrônica, insistindo sobre a responsabilidade dos canais de comunicação social na abordagem adequada desta problemática e das suas incidências sociais.

## Aspectos Institucionais

Quanto ao assentamento de canais permanentes de mobilização política, de interação intersetorial, de intercâmbio interdisciplinar e de financiamento para garantir a continuidade das ações a serem implantadas, foram estabelecidas as seguintes diretrizes:

- O MEC deve estimular estados e municípios a oferecerem levantamento sistemático da situação atual de educação preventiva, cadastrando as iniciativas e experiências realizadas e em curso, os recursos disponíveis (materiais, técnicos, financeiros e humanos) e aqueles que se deixam mobilizar, com vistas à coordenação efetiva e devidamente subsidiada do programa a ser implantado e implementado.
- É atribuição do MEC ratificar as diretrizes estabelecidas pelos participantes da reunião técnica, e articular os canais políticos e institucionais passíveis de garantir a sua implantação, assumindo plenamente seu papel de catalisador, articulador de ações, fomentador de recursos e ordenador de normas.
- O MEC se incumba de estimular o processo de educação preventiva nos estados, convocando os Secretários de Educação para reuniões de trabalho com vistas à mobilização da sua vontade política, procedendo à informação e sensibilização para o programa, bem como ao exame de disponibilidade e interesse estadual num engajamento efetivo, além daquele dos recursos já disponíveis.
- Cabe ao MEC auxiliar os estados interessados a elaborar e desenvolver seus próprios programas, nos três níveis institucionais definidos, incentivando a criação de equipes e núcleos técnicos e proporcionando a realização de treinamentos de capacitação, bem como o

desenvolvimento dos processos de planejamento, implantação, execução e avaliação das ações.

- A integração do MEC com o Ministério da Saúde é fundamental para garantir ações eficazes e permanentes de educação preventiva, baseando-se em repasses contínuos de informações a respeito de planejamento, execução e avaliação, envolvendo os canais estaduais e municipais concernentes.
- As SEEs, uma vez informadas sobre o programa de educação preventiva do órgão central, devem pronunciar-se quanto a seu interesse de participação e, no caso afirmativo, organizar suas equipes técnicas e operacionais, em todos os níveis, para planejar e executar as tarefas idealizadas, devidamente contextualizadas e adequadas à situação estadual e regional.
- Os núcleos operacionais das unidades escolares devem envolver todos os seus segmentos, do corpo técnico e administrativo até a comunidade (pais e líderes comunitários), passando pelos docentes e alunos, para procurar soluções adequadas à realidade local.
- Todas as ações iniciadas, em todos os níveis administrativos, precisam de intercâmbio informativo institucionalizado e constante para assegurar continuidade, para tirar as unidades do isolamento e permitir avaliação e retroalimentação segundo critérios elaborados em conjunto, respeitando sempre as diretrizes gerais do programa.

N.R.: Os participantes convocados para a reunião técnica, do MEC frisam que as presentes diretrizes e recomendações, na plena consciência da aflição situação pela qual passa a educação no país como um todo, e das inúmeras falhas de ordem técnica, institucional e de recursos, mas sobretudo a falta de uma vontade política coerente e assumida, são apontadas como responsáveis pelos resultados desastrosos demonstrados

pelo sistema educacional brasileiro. Simultaneamente, chama-se a atenção para as crescentes faixas da população jovem que, sem condições de acesso às unidades escolares, são submetidas a múltiplas formas de violência, ameaças e riscos, entre os quais o consumo de drogas. Todo e qualquer programa de educação preventiva que não leve em conta esta situação calamitosa será fadado ao insucesso, em que pese sua qualidade técnica e humana.

# 3

## Recomendações Finais

- 1 Que as diretrizes básicas estabelecidas sejam implantadas em determinados estados enquanto projetos piloto, em função de critérios técnicos e institucionais precisos, levando em conta os interesses manifestados, as experiências em curso, as infra-estruturas existentes e os recursos já disponíveis.
- 2 Que as diretrizes básicas estabelecidas sirvam como balizas normativas para os programas a serem implantados, sem descaracterizar as responsabilidades regionais e a criatividade das instâncias locais.
- 3 Que sejam incentivados e fomentados projetos de informatização e informação das instituições e centros, para a atualização constante dos dados e sua circulação e divulgação.
- 4 Que se estabeleça um trabalho ativo junto aos meios de comunicação social, procurando integração construtiva, aproveitando-se do seu impacto na população, e evitando as tendências sensacionalistas e alarmistas, de forma a contribuir para a divulgação criteriosa de dados, da realidade e de soluções possíveis.
- 5 Que sejam criadas redes comunicantes de instituições privadas e universitárias, visando à prevenção e ao tratamento, articulados multidisciplinarmente em função dos objetivos definidos locais e regionais, respeitando sempre as diretrizes gerais do programa.
- 6 Que o programa do MEC procure sempre a articulação com o Ministério da Saúde, e que o Ministério da Justiça acompanhe todo o processo via CONFEN, assegurando o respeito às diretrizes estabelecidas.

- 7 Que se incentivem e fomentem pesquisas a respeito dos múltiplos aspectos envolvendo o consumo de drogas, dando prioridade para as pesquisas de ação.
- 8 Que se valorize, mobilize e incentive permanentemente a sociedade civil, apelando às suas forças vivas e criativas.
- 9 Que haja, nos órgãos competentes, integração e interação permanentes entre as responsabilidades políticas e as atribuições institucionais, assegurando as condições e recursos necessários à continuidade das ações.
- 10 Que a intervenção do Estado, no tratamento da questão das drogas, se realize de forma distinta, segundo os seus eixos principais - o consumo e a oferta.
- 11 Que as questões pertinentes ao consumo sejam abordadas, prioritariamente, a partir da ótica relativa às questões vinculadas ao campo da capacidade civil.
- 12 Que a legislação sobre a matéria atinente a drogas seja revista de tal sorte a compatibilizá-la com os princípios constantes das Diretrizes, pelo que não deverá o direito penal permanecer como sede unitária para o enfrentamento questão.

# 4

## Síntese da Reunião Técnica

## Síntese da Reunião Técnica do MEC, de 25 a 27/03/92

Como resultado da reunião, cabe ressaltar, globalmente, que pela primeira vez foram definidas diretrizes básicas para capacitação de recursos humanos em educação preventiva, tendo em vista sempre o objetivo geral da melhoria da qualidade de vida. Foram definidos critérios para os conteúdos temáticos desta capacitação e para os materiais didáticos a serem usados. Desta forma, os papéis institucionais normativos são fixados a partir de referências claramente enunciadas. Os itens seguintes merecem destaque:

1. Foi proposta uma articulação hierárquica flexível entre as instâncias federal, estaduais, e municipais para otimizar um programa nacional de educação preventiva em assuntos de drogas. Entre as quatro entidades envolvidas - MEC, Secretarias Estaduais de Educação, Delegacias de Ensino, Secretarias Municipais e Escolas - devem existir interações constantes, com consulta participativa às instâncias executivas. Grupos consultivos podem assessorar as instâncias normativas superiores, quando necessário. Em todos os níveis, as equipes técnicas, constituídas ou a constituir, deverão proceder ao diagnóstico da situação e ao planejamento, formulação, acompanhamento e avaliação das ações preventivas. Todas as pessoas vinculadas ao processo educativo devem se envolver com estas ações, a serem implantadas de forma contínua e sistematizada, levando sempre em conta o contexto regional e local.

2. Quanto à capacitação de recursos humanos, foram definidas as temáticas a serem incluídas obrigatoriamente em todos os programas futuros, a saber: infância e adolescência (desenvolvimento, família, escola

e sociedade); sexualidade (desenvolvimento na infância, adolescência, vida adulta; mídia, escola; DST/AIDS); drogas (aspectos farmacológicos, sócio-antropológicos, psicológicos e epidemiológicos; família e drogas; legislação, ética e prevenção; tipos de consumidores e tratamento; escola e comunidade); aspectos gerais (saúde e higiene, protetores de saúde; agressores à saúde, fatores de risco; meio ambiente).

3. Foi decidido que a confecção de qualquer material didático deverá estar em consonância com as diretrizes políticas referentes à educação preventiva, e ser elaborado a partir do levantamento das necessidades e expectativas dos beneficiários diretos e indiretos, levando em conta os objetivos propostos para as unidades escolares. O MEC deverá organizar e atualizar o material existente e criar um sistema de recomendações para aquele material que foi aprovado segundo os critérios definidos para a capacitação de recursos humanos. Todo material deverá ser avaliado antes de ser colocado na rede escolar, bem como durante o desenvolvimento das ações nas quais será utilizado. Quanto às tipologias de material didático, cabe distinguir criteriosamente entre material para educadores e material para os alunos, levando em conta as necessidades de formação e informação, bem como o contexto de utilização (escolas em favelas, subúrbios, área rural, entre outras).

4. Para a realização dos programas de educação preventiva, cabe ao MEC a função de articulador provedor de recursos e divulgador das diversas experiências, em contato permanente com as ONGs que aceitam trabalhar conforme os critérios estabelecidos, bem como com as forças criativas da sociedade civil, a ser mobilizada e envolvida para consecução das ações.

08-03-2001



## Considerações do CONEPI sobre Educação Preventiva Integral (EPI)

**T**oda educação, por definição, deve ser preventiva. Nela são ressaltados os valores das comunidades sobre as quais se assentam seus programas e com os quais são estruturados os valores maiores da cidadania.

2. Entretanto, não se pode exigir da educação a responsabilidade total na formação da cidadania, que pressupõe a atenção a múltiplos interesses da pessoa humana, a começar de suas necessidades de preservação da vida. Assim, a educação se estrutura como uma coluna mestra na construção do edifício social, mas requer a integração de outras áreas para o trabalho de formação integral da cidadania.

3. Dentro dessa visão, o Ministério da Educação e do Desporto assumiu a tarefa de coordenar os programas governamentais de atenção à criança e ao adolescente, admitindo, na estruturação do Poder Executivo Federal, esta atribuição legal e institucionalizando, com a aprovação do Congresso Nacional, o Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente - PRONAICA, que determina a integração das várias áreas governamentais que trabalham na promoção e na defesa dos direitos da criança e do adolescente.

4. Pela atenção integral pretende-se assegurar sobrevivência, proteção especial e desenvolvimento biopsicossocial, além do interesse específico, na área educacional, no desenvolvimento intelectual e na futura profissionalização da criança e do adolescente. Dessa maneira, a atenção integral constitui-se em uma ação educacional ampla, baseada na interação dos vários segmentos de ação social das esferas

governamentais e da própria comunidade e, como tal, assume o papel de autêntica política preventiva e emancipatória.

5. Com o respeito às características culturais e sócioeconômicas de cada comunidade envolvida, deseja-se caminhar no sentido de envolver essas populações, cada vez mais, no processo de promoção social, a caminho de uma atividade autogestora responsável. Isto determina, igualmente, a adequação dos programas e subprogramas propostos pelo PRONAICA às condições de vida de cada comunidade atendida e à construção conjunta de um programa de melhoria da qualidade de vida das respectivas populações.

6. Nesse sentido, os programas de Educação Preventiva Integral ampliam a responsabilidade da ação governamental, que passa a ser realizada com objetivos de longo alcance e corajosamente renovadores.

7. Sem se afastar dos objetivos básicos da educação, que, como já se frisou, tem amplo sentido preventivo, a EPI surge, também, como uma necessidade conjuntural, em vista do aumento das situações de risco por que passa um significativo segmento da população infanto-juvenil, com respeito ao consumo de drogas, assim como o álcool e o tabaco; à contaminação por doenças sexualmente transmissíveis e pela Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS); e a uma perda de valores de convivência, notadamente pela falta de uma correta educação sexual.

8. Dentro de uma visão tradicional, bastaria, talvez, a indicação sistemática dos escolhos colocados nos caminhos das crianças, dos adolescentes e dos jovens para afastá-los dos perigos enfrentados pela sociedade atual. Entretanto, a experiência tem mostrado que a prevenção, isto, é, a condução do educando por caminhos mais livres e amplos, não depende unicamente, por exemplo, de informação sobre os efeitos

negativos das drogas ilícitas, ou do álcool, ou do fumo. Ao contrário, tem-se comprovado que, muitas vezes, a própria propaganda antidrogas tem funcionado como um instrumento de incentivo ao uso, o que leva à compreensão de que a Educação Preventiva não pode ser tratada como uma mera matéria curricular, mas sim como um processo que envolve uma visão ampla dos problemas sociais e um respeito profundo pela pessoa humana, suas características individuais, seu relacionamento interpessoal, familiar e comunitário.

9. Ao adotar tais idéias e valores, a EPI ultrapassa não só os limites do campo educacional, mas também o âmbito da saúde pública, já que se quer compreender o inteiro processo de formação da cidadania. Apoiada nas recomendações e nas experiências da UNESCO e da OMS, ela adota, como ponto de partida, a análise das condições de vida de determinadas populações, de seus padrões de comportamento, de seus valores culturais, atitudes e crenças, com a finalidade de estruturar programas cogestados que a fazem assumir o caráter de Educação Preventiva para a Qualidade de Vida. Dessa maneira, sua metodologia não atua verticalmente sobre as mudanças atitudinais das comunidades atendidas, mas sim propicia meios para que essas comunidades decidam sobre as novas atitudes frente às situações de risco e assumam suas próprias competências interativas, alcançando os instrumentos apropriados para (re) valorizar a vida humana e social.

10. Preocupa-se a EPI, como toda ação social, com os aspectos de reabilitação, embora seu papel, nesse setor, seja exclusivamente cooperativo, uma vez que, eventualmente, a visão psicossocial da prevenção pode ser útil ao reabilitador. Esse envolvimento acessório tem sua razão ampliada quando se destina ao atendimento à rede escolar, como base específica para a sua ação administrativa, dentro das

atribuições do Ministério da Educação e do Desporto. Entretanto, não é o efeito da conduta anti-social o seu principal objetivo. O esforço maior será sempre na compreensão das causas determinantes dessas condutas negativas e na criação de instrumentos possíveis para reduzir a vulnerabilidade das populações mais jovens.

11. Pela Portaria nº 122, de 19 de janeiro de 1993, o Senhor Ministro de Estado da Educação e do Desporto houve por bem instituir o Comitê Nacional de Educação Preventiva Integral - CONEPI, considerando: a) os problemas atualmente verificados no sistema de ensino, envolvendo a criança e o adolescente, relacionados com alcoolismo, tabagismo, drogas e doenças sexualmente transmissíveis, inclusive a AIDS; b) a conseqüente necessidade de preparar a escola para tomada de decisões frente a esses problemas; c) o compromisso do Ministério da Educação e do Desporto com a formulação e a execução de políticas educacionais, que tenham por escopo o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho; e d) o potencial de utilização do sistema educacional na orientação da comunidade, em relação aos problemas referidos.

12. Para a sistematização de seu trabalho, o CONEPI estabeleceu como população alvo:

12.1. Infância, Adolescência e Juventude - desenvolvimento do psicossocial, cognitivo e afetivo; funções, responsabilidades e deveres dos grupos de referência - família, escola, comunidade; direitos da criança e do adolescente para atendimento integral, de qualidade e continuidade, adequado ao contexto sócio-cultural; atenção específica a crianças, adolescentes e jovens em situação de risco ou de exclusão social; estímulo à criatividade, ao senso crítico e à participação do adolescente e do jovem nos processos educacionais formais e informais; alternativas para os

condicionamentos massificantes e consumistas, mediante incentivos ao *lazer*, às atividades lúdicas, ao desporto e às atividades culturais integradas na comunidade.

13. Sexualidade - desenvolvimento durante a infância, a adolescência e a idade adulta; dimensões humanas da sexualidade, da reprodução, do prazer e do amor; repercussões na família, na escola, na sociedade e nos meios de comunicação; importância dos papéis sexuais e das relações de gênero na vida social; saúde sexual e reprodutiva; planeamento familiar, contraceção, gravidez precoce e gravidez não desejada;

14. Drogas - aspectos farmacológicos, antropológicos, psicológicos e epidemiológicos das substâncias psicoativas, dos seus efeitos e do seu consumo; as drogas na família, na escola, na comunidade e nos meios de comunicação; legislação, repressão, ética e prevenção; as motivações para o consumo de drogas e as condutas de risco; drogas ilícitas e lícitas: alcoolismo e tabagismo; relações culturais e interpessoais; as alternativas para diminuir a vulnerabilidade às situações de risco; relações com a personalidade, com as pressões sociais, com a sexualidade e com o prazer.

15. Doenças Sexualmente Transmissíveis e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (DST/AIDS) - aspectos biológicos e psicossociais; dimensão do problema da infecção pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV) e das doenças sexualmente transmissíveis DST/AIDS na infância e adolescência; condutas de risco e modos de contaminação; relação com a ética, com a legislação e com os direitos humanos; atitudes preventivas de incremento à atividade sexual segura e de alternativas para diminuir o uso de drogas injetáveis.

16. Ecologia Humana e Cidadania - preservação do ambiente e

produção humana; o papel do homem no equilíbrio dos ecossistemas, a importância de redes de solidariedade, da comunicação nas relações humanas e do respeito a si, ao outro e ao ambiente; o valor dos símbolos culturais na construção da cidadania, nos processos de relacionamento interpessoal e na preservação da saúde pública; protetores de saúde: condições dignas de habitação, alimentação, higiene e infra-estrutura; atividades esportivas e de *lazer*; expressão cultural e artística; participação política e comunitária; condições de trabalho; valorização existencial, ética e religiosa; respeito aos valores e direitos humanos; educação para a saúde e ambiente; saneamento básico; agressores à saúde: poluição, violência interpessoal; desrespeito ao trânsito; consumismo; corrida armamentista; fome; miséria; desemprego; analfabetismo; vida sedentária; condutas de risco voluntárias ou involuntárias; fatores ligados aos desequilíbrios da organização social e meio ambiente.

17. Inserida na visão que contempla os tópicos anteriormente citados e suas numerosas interfaces, a Educação Preventiva Integral objetiva a abertura de caminhos para uma prevenção com feições humanas. Como a grande maioria dos desequilíbrios modernos é produzida pelo próprio homem, cabe a nós aprender a controlá-los, não mediante meras regras censórias, mas por uma identificação progressiva com os nossos próprios valores culturais e, sobretudo, com a compreensão de nossas relações interpessoais e sociais, permitindo-nos uma convivência responsável e solidária.

# Portaria 1.656, de 28 de Novembro de 1994

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO, no uso das atribuições que lhe confere a Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994,

## CONSIDERANDO

o alargamento das situações de risco por que passa um significativo segmento da população infanto-juvenil com respeito ao consumo de drogas, à contaminação por doenças sexualmente transmissíveis e, especialmente, à Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), à gravidez indesejável, e a uma perda de valores de convivência, e do papel do homem no equilíbrio dos ecossistemas;

o potencial de utilização do sistema educacional na orientação da comunidade em relação a esses problemas, e a necessidade de preparar a rede escolar para tomada de decisões frente aos mesmos;

os preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) que exige o trabalho da promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente inserido no Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente - PRONAICA (Lei 8.642 de 31/3/93), coordenado pelo Ministério da Educação e do Desporto.

as recomendações sobre a matéria, advindas do Comitê Nacional de Educação Preventiva Integral - CONEPI -, de acordo com a Portaria nº 122, de 19/01/93, colegiado de assessoramento do Senhor Ministro da Educação e do Desporto,

CONSIDERANDO, finalmente,

que toda educação, por definição, deve ser preventiva para o exercício da cidadania e para a melhoria da qualidade de vida, resolve:

## Art. 1º - Recomendar

I - A inclusão da prática da educação preventiva integral nos conteúdos e atividades curriculares da educação infantil, fundamental e de nível médio;

II - A ênfase nas práticas e competições desportivas dentro das atividades normais da escola;

III - A inclusão de títulos sobre a educação preventiva integral nos acervos básicos compostos pelo Programa Nacional de Salas de Leitura e pelo Programa Nacional de Biblioteca do Professor;

IV - A produção e difusão, pela rede de emissoras que compõem o Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa, de material educacional sobre a matéria;

V - O estímulo à realização de estudos sobre educação preventiva integral nos cursos de formação de recursos humanos para a educação infantil, fundamental e de nível médio, bem como nos demais cursos de graduação e pós-graduação;

VI - A capacitação de professores em exercício nas diversas áreas, nos temas ligados à educação preventiva integral;

VII - Às Secretarias Estaduais e Municipais de Educação o apoio ao desenvolvimento de estudos sobre estratégias de implantação e implementação da educação preventiva integral na rede de ensino;

VIII - Aos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação que adotem medidas para o desenvolvimento da educação preventiva integral.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N. R.: Publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.), em 30/11/94

## REUNIÃO TÉCNICA DO MEC PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PREVENTIVA

Brasília, 25 a 27 de março de 1992

Apoio: UNESCO e UNDCP

Por iniciativa do Ministro da Educação do Brasil, Professor José Goldemberg, o Secretário Executivo do Ministério convocou representantes da área de educação de nove estados (Bahia, Ceará, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo) para estabelecer, numa reunião técnica de três dias, as diretrizes para um programa nacional de educação preventiva na área de drogas.

Os objetivos da reunião foram fixados como seguem.

### OBJETIVO GERAL:

Ampliar os conhecimentos sobre aspectos relevantes da educação preventiva sobre drogas e sobre possibilidades de implantação.

### OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Estabelecer as bases de um programa nacional de educação preventiva a ser implantado pelo MEC e sua aplicabilidade nos diversos estados.
2. Definir as linhas de ação para os programas nos estados convidados.
3. Demarcar as modalidades de implementação destes programas.
4. Fixar regras para a confecção de material didático no tocante à forma e ao conteúdo.
5. Determinar as modalidades de treinamento para a capacitação do corpo docente, administrativo e de apoio.
6. Assentar canais permanentes de mobilização política, de intercâmbio interinstitucional e de financiamento para garantir a continuidade das ações a serem implantadas.

## APROVAÇÃO PELO CONEPI E CONFEN

O documento *Diretrizes para uma Política Educacional de Prevenção ao Uso de Drogas* foi analisado e aprovado na 2ª Reunião de Comitê Nacional de Educação Preventiva Integral - CONEPI, em 8/10/93.

ANTONIO CARLOS GERBASE;  
BENEDITO ROQUE DA SILVEIRA CAMPOS;  
CID MARTINS BATISTA;  
JAMIL ISSY - relator;  
MARCO ANTONIO MARQUES DA SILVA;  
MARIA DO SOCORRO MAIA;  
MARIA EUGÊNIA LEMOS FERNANDES;  
REGINALDO WERNECK LOPES;  
RICARDO DA CUNHA CAVALCANTI;  
SALETE MARIA VIZZOLTO.

CLETO DE ASSIS  
Presidente

BALDUR SCHUBERT  
Secretário Executivo

O documento *Diretrizes para uma Política Educacional de Prevenção ao Uso de Drogas*, foi aprovado pelo Conselho Federal de Entorpecentes - CONFEN, em reunião plenária de 25/02/94.

ISAAC BARRETO RIBEIRO  
Presidente

## Glossário

**CEBRID:** Centro Brasileiro de Informação sobre Drogas Psicotrópicas do Departamento de Psicobiologia da Escola Paulista de Medicina

**COMEN:** Conselho Municipal de Entorpecentes

**CONEN:** Conselho Estadual de Entorpecentes

**CONEPI:** Comitê Nacional de Educação Preventiva Integral

**CONFEN:** Conselho Federal de Entorpecentes

**EPI:** Educação Preventiva Integral

**FAE:** Fundação de Assistência ao Estudante

**MEC:** Ministério da Educação e do Desporto

**OEA/CICAD:** Organização dos Estados Americanos/Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas

**OMS/OPS:** Organização Mundial da Saúde/Organização Panamericana da Saúde

**OPS:** Organização Panamericana da Saúde (braço americano da OMS)

**ONG:** Organismo (ou Organização) Não-Governamental

**SEE:** Secretaria Estadual de Educação

**UNDCP:** United Nations Drug Control Programme (Programa das Nações Unidas para Controle da Droga)

**UNESCO:** United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura)

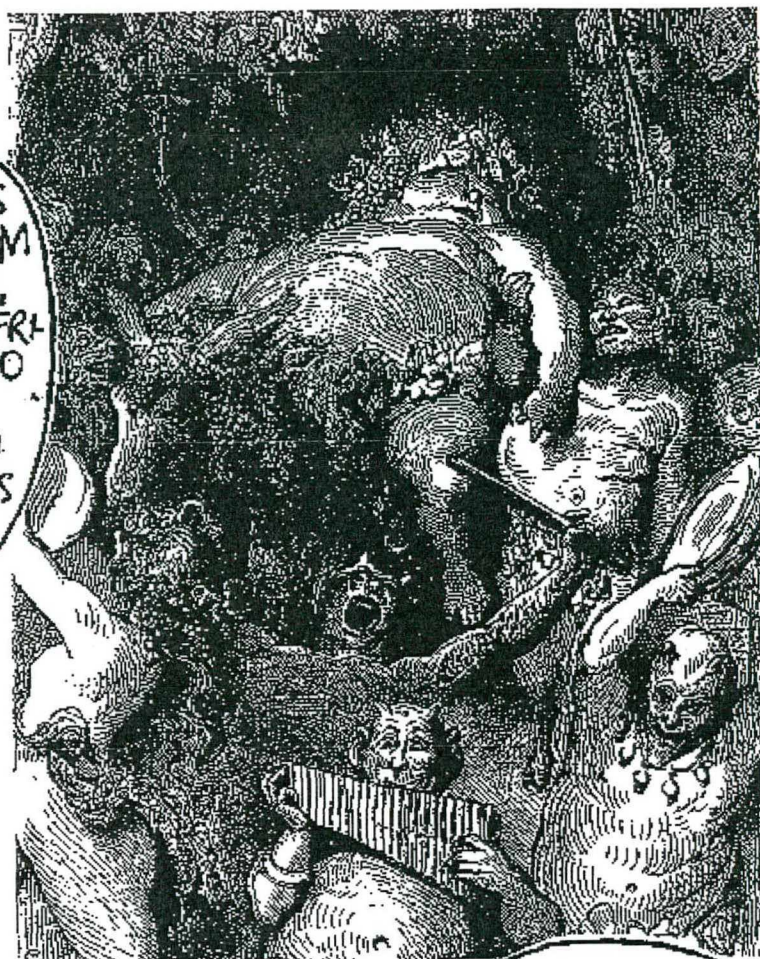
*O Ministério da Educação e do Desporto agradece o valioso apoio de todos que ajudaram na elaboração do presente documento, em particular dos seguintes profissionais:*

Alba Silvana de O. Piantamar	Hortência Maria L. Pinheiro
Ana Tedesco	Ilse Reichert
Antonio Alves Ferreira	João Manoel Matias
Antônio Alves Nery Filho	Júlia Bucher
Antônio Carlos M. Cavalcanti	Luiz Victor B. dos Santos
Antônio de Souza Teixeira	Luizemir Volney C. Lago
Antônio Portugal da Silva	Maria do Socorro Maia
Baldur Schubert	Maria Dulce Silva Barros
Bo Stenfeldt Mathiasen	Maria José Siqueira
Cândida R. de M. Oliveira	Mariney Martins dos Reis
Caridade Cruz	Néli Gonçalves de Melo
Clara Lúcia Carvalho	Raquel Martins Pinheiro
Dita de Paula Snel de Oliveira	Richard Bucher
Eldécilia A. dos Santos Araújo	Rosane Corrêa e Silva
Gilberta Accelrad	Salete Maria Vizzotto
Helena Gasparini	Selma Glaus Leão
Henri Vanoverbeke	Walter Eduardo Mundim

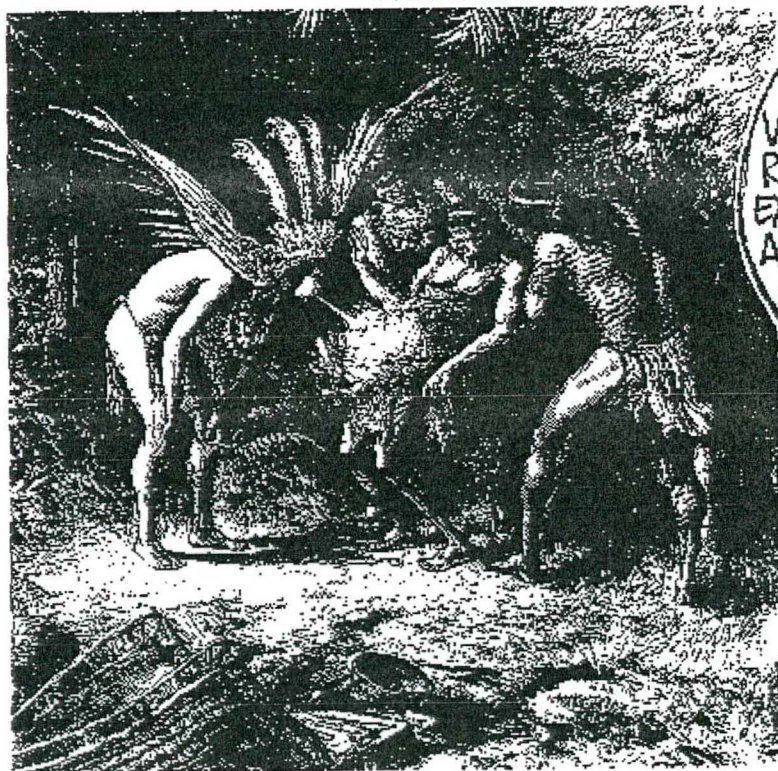
## **ANEXO II**



O USO DE DROGAS  
ACOMPANHA O HOMEM  
EM SUA EVOLUÇÃO,  
ALIVIANDO SEUS SOFRI-  
MENTOS, ANIMANDO  
SUAS FESTAS E  
ABRINDO CAMINHO  
PARA O MUNDO DOS  
ESPÍRITOS.

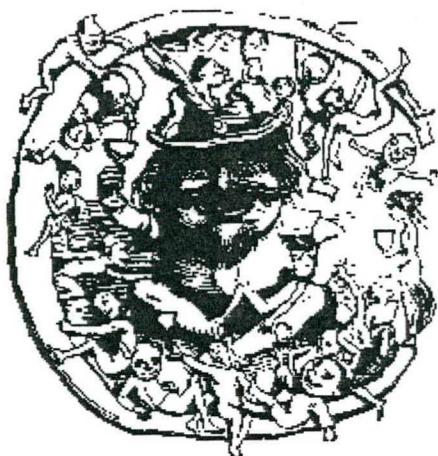


HAVIA UMA CUL-  
TURA QUE DISCIPLINA-  
VA O USO DAS DROGAS,  
RITUALISTICAMENTE  
EXTRAÍDAS DA NATUREZA,  
A FIM DE ASSEGURAR SEUS  
EFEITOS TERAPÊUTICOS  
MÁGICO-RELIGIOSOS  
E MÍSTICOS!



3

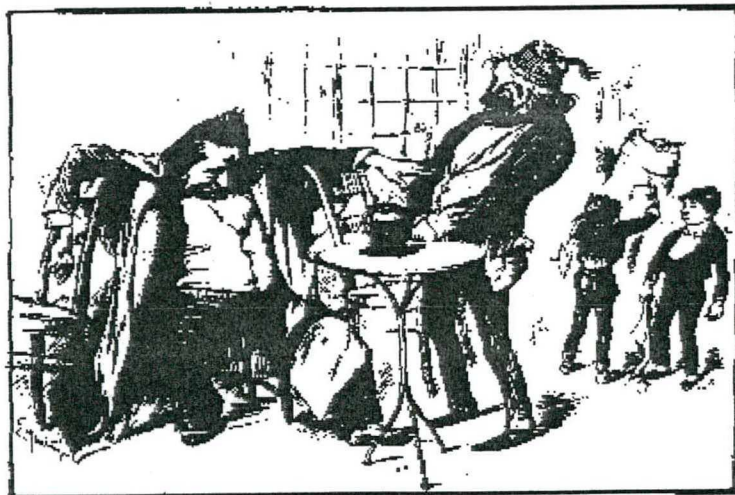
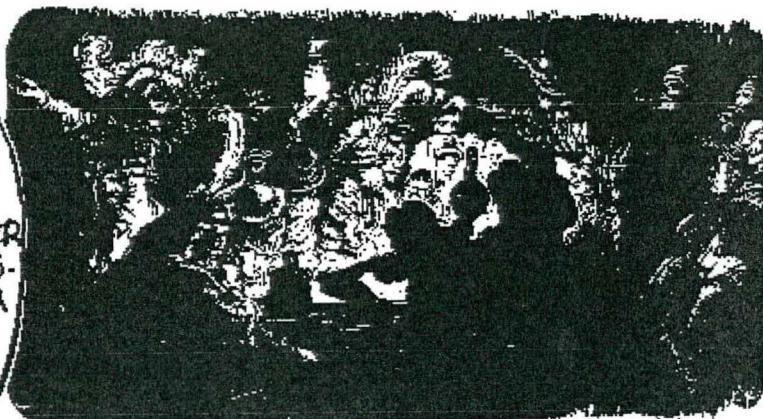




COM O CORRER  
DOS SÉCULOS, TAIS  
ELEMENTOS FORAM  
PERDENDO SUA AURA  
RITUALÍSTICA, PARA SE  
TORNAREM BENS  
DE CONSUMO.



PASSARAM A SER  
ADQUIRIDAS COMO  
UM ARTIFÍCIO  
QUÍMICO PARA  
RESOLVER QUALQUER  
PROBLEMA: DA INSÔ-  
NIA À SONOLÊNCIA,  
DO DESÂNIMO À  
EXCITAÇÃO, DO  
CANSAÇO AO  
TÉDIO!



O QUE ERA  
USADO PARA A  
LIBERAÇÃO DE  
MALES - FÍSICOS E  
ESPIRITUAIS - ACA-  
BOU SE TORNAN-  
DO FONTE DE DEPEND-  
ÊNCIA E  
DE AGRAVOS  
À  
SAÚDE!







## ENQUANTO ISSO, NOS COMERCIAIS DE TV



VENHA PARA A  
TERRA DO SABOR, DA  
AVENTURA E DO PRAZER  
COM  
**SMOKE!**

SAIA DO LUGAR  
COMUM, VOCÊ MERECE  
**JEB** A CANINHA  
DOS RICOS!



ACABE COM A APATIA,  
CANSAÇO E INDISPOSIÇÃO.  
**SUPER X** BOTE  
ESTA  
FORÇA NA SUA  
VIDA!



**DROGA** - É TODA SUBSTÂNCIA, NATURAL OU SINTÉTICA, QUE  
INTRODUZIDA NUM ORGANISMO VIVO, ALTERA UMA OU MAIS DAS SUAS FUN-  
ÇÕES. (O QUE ENTÃO INCLUI MEDICAMENTOS, NICOTINA, ALCOOL, CAFEÍNA, ETC...)



O FENÔMENO É CONHECIDO: ESTE AÇÚCAR VAIDAR A CRIANÇA UMA DOSE EXTRA DE ENERGIA, O QUE PROVOCA UM ESTADO DE EUFORIA ENQUANTO O ORGANISMO ESTIVER CONSUMINDO ESTA DOSE A MAIS. LOGO APÓS ESTA "QUEIMA" DE ENERGIA, VEM UM ESTADO DE DEPRESSÃO E... A NECESSIDADE DE CONSUMIR MAIS AÇÚCAR... MAIS ENERGIA, MAIS EUFORIA ...!







O USO INDEVIDO DE DROGAS ENTRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES TEM MERECIDO ATENÇÃO DOS ESPECIALISTAS.

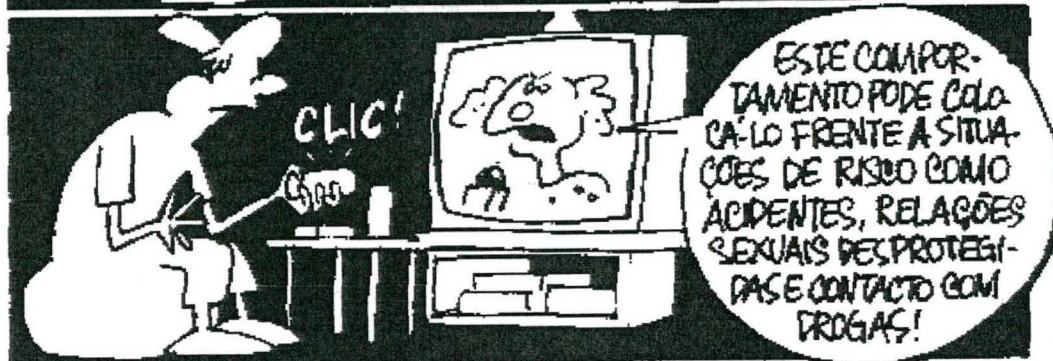
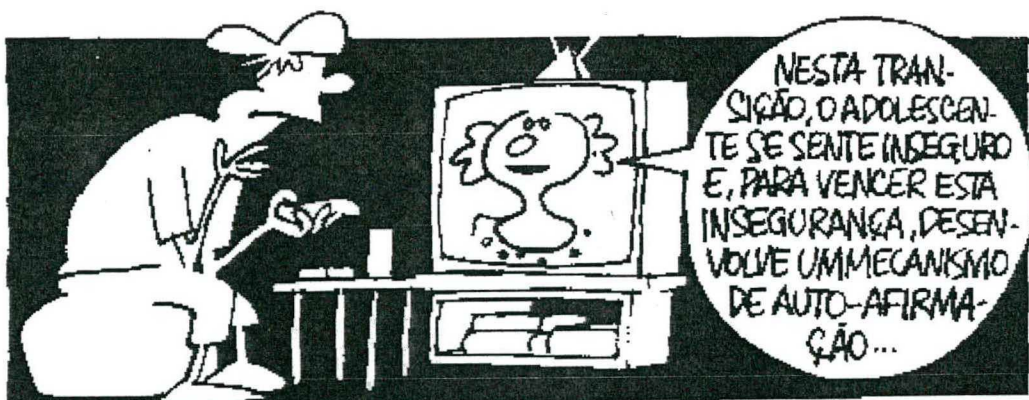
ESTA ATENÇÃO SE JUSTIFICA PELO FATO DE OS ADOLESCENTES ESTAREM VIVENDO UMA FASE IMPORTANTE DA VIDA: A PASSAGEM DO MUNDO INFANTIL PARA O ADULTO



O QUE GERA MUITAS DÚVIDAS E ANSIEDADES REPERCUTINDO EM SEU MODO DE VIDA.









E NESSE MOMENTO QUE O GRUPO DE AMIGOS TORNA-SE IMPORTANTE, POR NÃO SER MAIS CRIANÇA E AO MESMO TEMPO ESTRANHO NO MUNDO DOS ADULTOS, SÓ LHE RESTA O APOIO E A COMPREENSÃO DE SEUS PARES.



A CURIOSIDADE, A ANSIEDADE, A BUSCA DE NOVAS EXPERIÊNCIAS, A PRESSÃO DO GRUPO, PODEM LEVAR O ADOLESCENTE AO USO DE DROGAS.







ADULTOS COM POSTURAS MAIS POSITIVA, AFETIVA E RECEPTIVA FRENTE AOS ANSEIOS, DÚVIDAS E NECESSIDADES DOS JOVENS, SERÃO FATORES PROTETORES. AO PASSO QUE O AUTORITARISMO, A INTRANSIGÊNCIA E A RUDEZA PODERÃO FUNCIONAR COMO FATORES DE RISCO.





A RESPONSABILIDADE COM O DESENVOLVIMENTO 'A INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA E' DE TODOS NÓS - PAIS OU NÃO EDUCADORES FORMAIS OU NÃO. DEVEMOS CRIAR CONDIÇÕES PARA QUE SUAS POTENCIALIDADES POSSAM SE DESENVOLVER O MAIS PLENAMENTE POSSÍVEL.



TODOS TÊM A RESPONSABILIDADE DE ORIENTAÇÃO E PROTEÇÃO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA. CABE AOS PODERES CONSTITUÍDOSE A SOCIEDADE CIVIL UMA ATUAÇÃO EFETIVA E CONSEQUENTE.



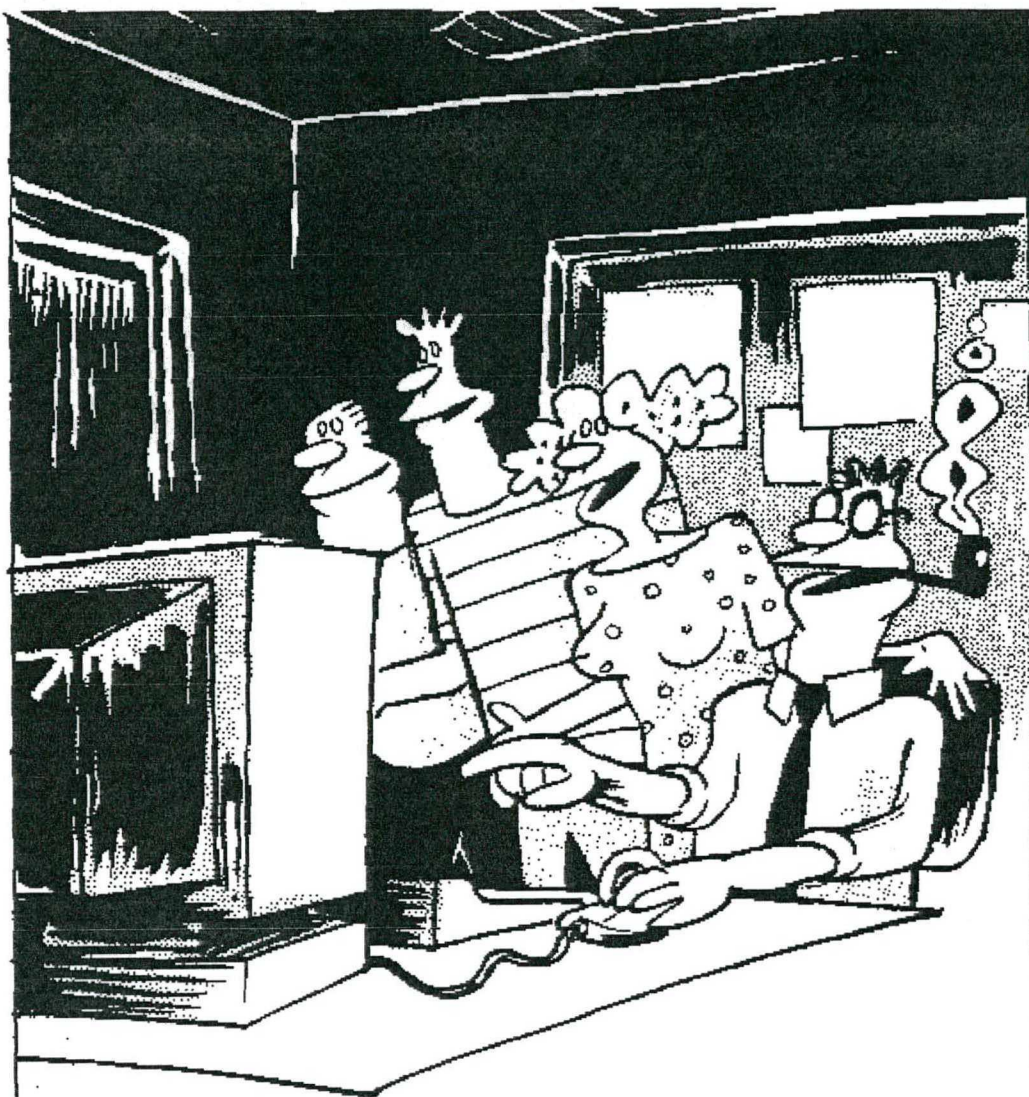
A FAMÍLIA E A ESCOLA SÃO REFERENCIAIS IMPORTANTÍSSIMOS PARA OS JOVENS. A FAMÍLIA É O VÍNCULO MAIOR COM O MUNDO EXTERNO, BASE DE SUA IDENTIDADE. A ESCOLA É A POSSIBILIDADE DE MODELOS ALTERNATIVOS E DO INTERCÂMBIO COM SEUS IGUAIS. FAMÍLIA E ESCOLA DEVEM SE UNIR E ASSUMIR O PAPEL DE AGENTES DE PREVENÇÃO



A PARTICIPAÇÃO DOS PAIS NA DINÂMICA DA ESCOLA DEVE SER BENVINDA. CHOQUES DE OPINIÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA, SE NÃO DISCUTIDOS, PODEM ATINGIR NEGATIVAMENTE A CRIANÇA E O ADOLESCENTE. AS INFORMAÇÕES CIENTÍFICAS E A PRÉDISPOSIÇÃO PARA MUDANÇAS ATRAVÉS DE DISCUSSÕES DE VALORES E PRECONCEITOS TALVEZ SEJAM A FORMA MAIS SENSATA DE SE RESOLVER O IMPASSE E DE SE CHEGAR A UMA ATUAÇÃO INTEGRADA E PRODUTIVA!



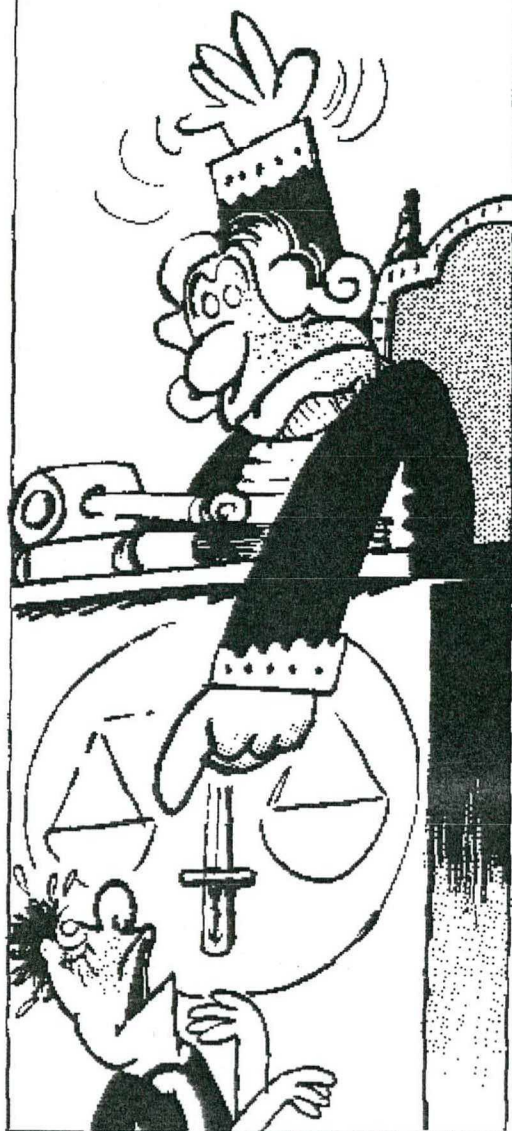




JÁ FIZEMOS ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE ADOLESCÊNCIA, NECESSIDADE DE INTEGRAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA, NECESSIDADE DE INFORMAÇÕES CIENTÍFICAS. AGORA APRESENTAMOS ALGUNS ASPECTOS DOS MODELOS MAIS CONHECIDOS DE FAZER PREVENÇÃO...

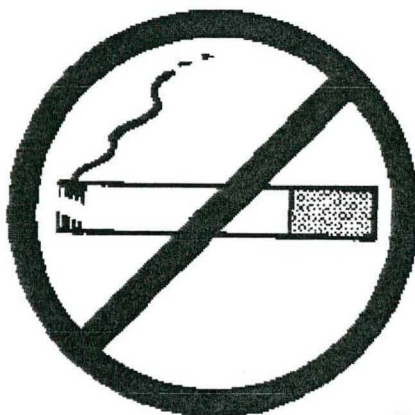
## PREVENÇÃO JURÍDICO-MORAL:

PROPÕE AFASTAR AS DROGAS DO ALCANCE DAS PESSOAS COM APELOS MORAIS E RELIGIOSOS, DIVULGAÇÃO DOS DANOS...



## PREVENÇÃO MÉDICO-SANITÁRIA:

PROCURA DIFICULTAR (FISCALIZANDO AS VENDAS, AUMENTANDO O PREÇO...) O ACESSO ÀS DROGAS NÃO PROIBIDAS - COMO O FUMO E O ALCOOL - MAS QUE CAUSAM MAL À SAÚDE E CONDUZEM À DEPENDÊNCIA. PRETENDE AINDA INFORMAR SOBRE OS RISCOS E PREJUÍZOS DO USO DE DROGAS.





## PREVENÇÃO PSICOSSOCIAL:



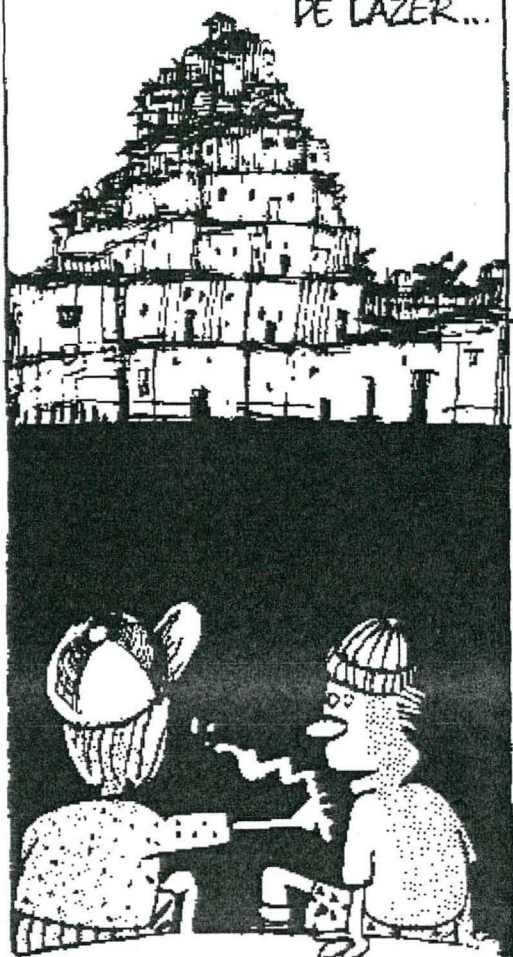
ATRIBUI GRANDE PESO AO COMPORTAMENTO DAS PESSOAS, SOBRETUDO AS DIFERENÇAS INDIVIDUAIS E AQUELAS RELATIVAS AOS MEIOS ONDE VIVEM.



## PREVENÇÃO SÓCIO-CULTURAL:



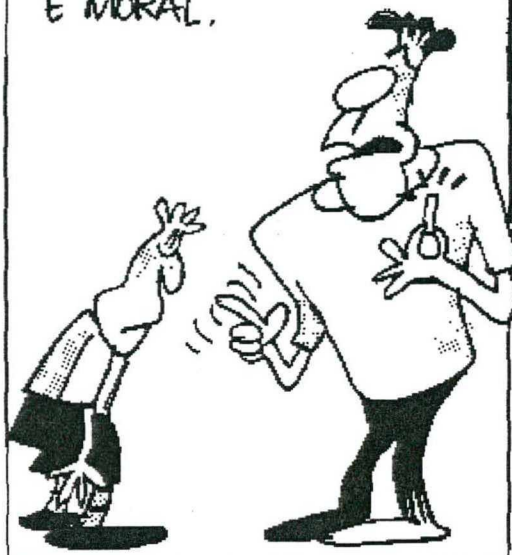
DEFENDE MAIOR ATENÇÃO AS CONDIÇÕES DO AMBIENTE, ESPECIALMENTE NOS SEUS ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS (SAÚDE, ALIMENTAÇÃO, MORADIA, EDUCAÇÃO, TRABALHO...) PROPÕE MAIOR ATUAÇÃO DA FAMÍLIA, ESCOLA, SERVIÇO DE LAZER...



MESMO HAVENDO DIFERENTES  
MODELOS DE PREVENÇÃO, NÃO HÁ  
DÚVIDA QUE A PRÁTICA MAIS COMUM  
É A DA EDUCAÇÃO. A EDUCAÇÃO  
PREVENTIVA SE BASEIA, ÀS VEZES  
MAIS ÀS VEZES MENOS, EM AL-  
GUM DOS SEGUINTE PONTOS...



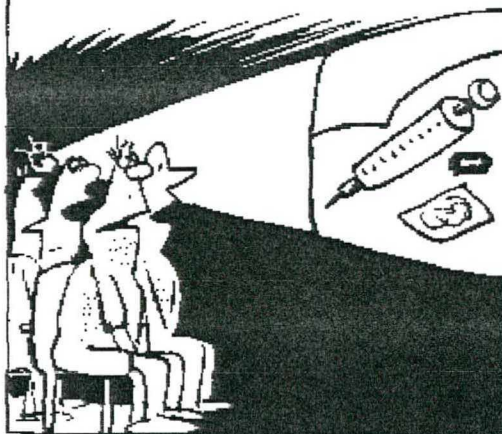
**PRINCÍPIO MORAL:**  
CONDENA O USO DE DROGAS  
DO PONTO DE VISTA ÉTICO  
E MORAL.



**AMEDRONTAMENTO:** USA  
APENAS O LADO NEGATIVO DAS  
DROGAS PARA AMEDRONTAR E  
AFASTAR  
OS  
JOVENS.



**CONHECIMENTO CIENTÍFICO:**  
FORNECE INFORMAÇÕES CIENTÍ-  
FICAS COM MAIOR NEUTRALIDADE  
POSSÍVEL, POIS O JOVEM EM POSSE  
DESTE TIPO DE INFORMAÇÃO PODE  
OPTAR OU NÃO PELO USO DE  
DROGAS.





### RELACÃO AFETIVA:

PARTE DO PRESSUPOSTO QUE SE DEVE ATUAR SOBRE OS ASPECTOS PESSOAIS QUE PODEM LEVAR AO USO DE DROGAS, PROPÕE O DESENVOLVIMENTO DA AUTO-ESTIMA E A CAPACIDADE DE LIDAR COM AS NECESSIDADES E FRUSTRAÇÕES.



### ESTILO DE VIDA SAUDÁVEL:



**PRESSÃO POSITIVA DE GRUPO:**  
PROPÕE TRABALHAR O GRUPO PARA O NÃO USO DE DROGAS.



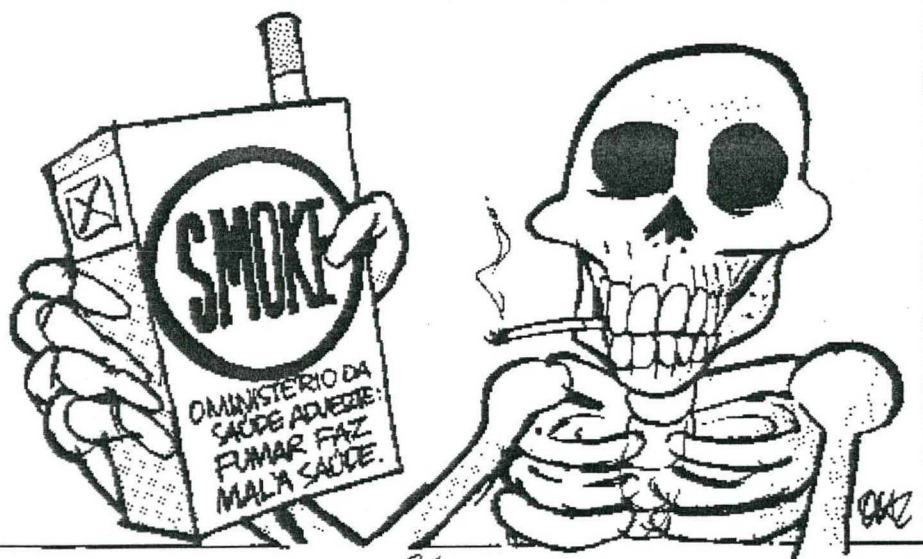
A EDUCAÇÃO CENTRADA NO AMEDRONTAMENTO, NO MORALISMO E NA PURA REPRESSÃO NÃO ATINGE O ADOLESCENTE, QUE É MUITO ATRAIÍDO PELO PROIBIDO, PELA TRANSGRESSÃO E PELA CONTESTAÇÃO DAS "VERDADES ABSOLUTAS" QUE ACOSTUMAM SER APRESENTADAS.



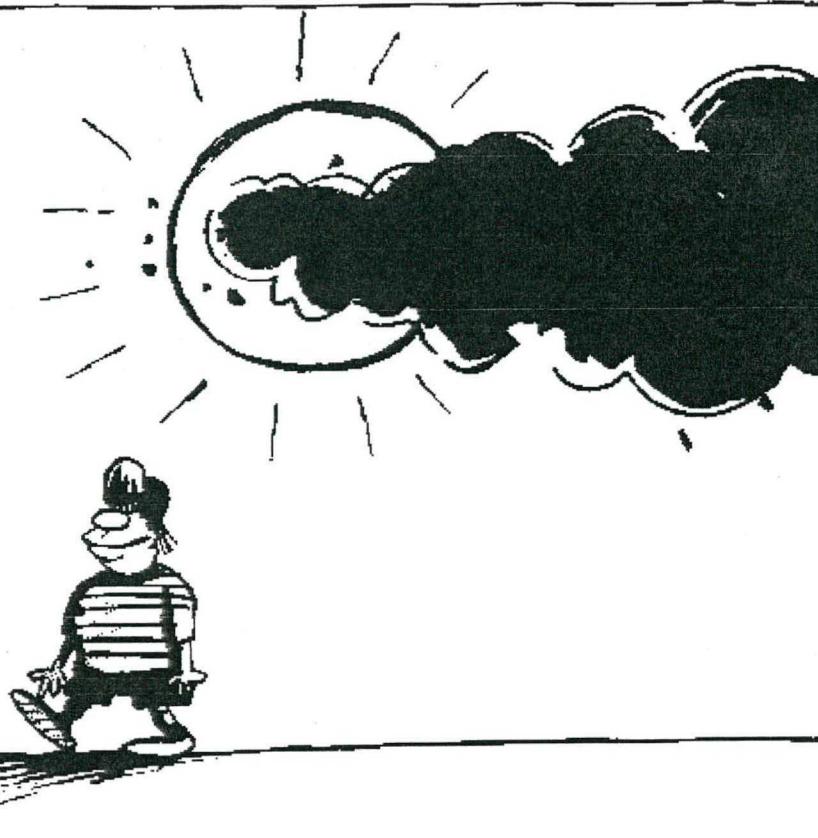
OUTRA FALHA DOS DEFENSORES DESSES ENFOQUES É NEGAR O LADO PRAZEROSO DAS DROGAS, DEVE-SE DISCUTIR A ORIGEM, A DURAÇÃO E AS CONSEQUÊNCIAS DESSE PRAZER. MAS NÃO NEGÁ-LO, POIS SERIA FALTAR COM A VERDADE E ISSO NÃO PASSA DESAPERCEBIDO AO JOVEM.



A INFORMAÇÃO CIENTÍFICA, ISOLADA DE OUTRAS AÇÕES TAMBÉM NÃO GARANTE MUDANÇAS DE COMPORTAMENTO, SE ASSIM FOSSE, MÉDICOS NÃO FUMARIAM E NEM BEBERIAM.







A COMBINAÇÃO DE MODELOS DE PREVENÇÃO POSITIVOS ESTÁ SENDO APTADA COMO MAIS ADEQUADA. RELAÇÕES AFETIVAS SOMADAS A CONHECIMENTO CIENTÍFICO E ESTILO DE VIDA SAUDÁVEL, PRIVILEGIANDO A PESSOA, FAVORECEM A REFLEXÃO E A CRÍTICA. ALÉM DISSO, POSSIBILITAM O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DO SER HUMANO, NÃO LIMITANDO-O A MERO EXPECTADOR DE SUA HISTÓRIA, TRANSFORMANDO-O EM ATOR PRINCIPAL.

OS ASPECTOS SÓCIO-CULTURAIS SÃO IMPORTANTES E DEPENDE DELES A FUNÇÃO QUE A DROGA OCUPA EM DETERMINADA SOCIEDADE. MUITAS VEZES, A SUBSISTÊNCIA E A PROTEÇÃO DE UMA COMUNIDADE ESTÃO LIGADAS À PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE DROGAS. DIFERENTE DE UMA OUTRA PARTE DA POPULAÇÃO QUE SÓ OUVI FALAR DESTA COMÉRCIO ATRAVÉS DOS JORNAIS E TELEVISÃO. NÃO DEVEMOS IMPORTAR MODELOS MECANICAMENTE. OBTEREMOS RESULTADOS MAIS POSITIVOS SE LARGARMOS OS PRECONCEITOS E TRATARMOS O ASSUNTO COM MAIS CRIATIVIDADE!





NÃO FALAMOS EM ELIMINAÇÃO DE RISCOS, POIS, VIVER  
É CORRER RISCOS, BUSCAR O NOVO É EXPOR-SE A  
ELES, E O HOMEM VIVE BUSCANDO O NOVO, ATRAVÉS DA  
MODIFICAÇÃO DO MUNDO REAL OU DA PERCEPÇÃO QUE  
SE TEM DELE. E A PROCURA DA DROGA NADA MAIS É  
QUE A BUSCA DE ALTERAÇÃO DESTA PERCEPÇÃO. SEJA  
PARA FUGIR DE UMA REALIDADE DOLOROSA,  
PESQUISAR NOVAS PERCEPÇÕES OU PARA BUSCAR  
NOVAS FONTES DE PRAZER.

